



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MILLA MARIA DE CARVALHO DIAS VIEIRA

**POSITIVAS: O IDEAL DE FEMINILIDADE EM ROUSSEAU E A INFECÇÃO DE
MULHERES PELO HIV**

Belém
2017

MILLA MARIA DE CARVALHO DIAS VIEIRA

**POSITIVAS: O IDEAL DE FEMINILIDADE EM ROUSSEAU E A INFECÇÃO DE
MULHERES PELO HIV**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cleide Moreira.

Coorientador: Prof. Dr. Paulo R. Ceccarelli.

Belém

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Vieira, Milla Maria de Carvalho Dias

Positivas: o ideal de feminilidade em Rousseau e a infecção de mulheres pelo HIV / Milla Maria de Carvalho Dias Vieira - 2017.

Orientadora: Ana Cleide Moreira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Belém, 2017.

1. Feminilidade (Psicologia). 2. AIDS (Doença) em mulheres.
3. Rousseau, Jean - Jacques, 1712-1778. I. Título.

CDD 22. ed. 155.333

MILLA MARIA DE CARVALHO DIAS VIEIRA

**POSITIVAS: O IDEAL DE FEMINILIDADE EM ROUSSEAU E A INFECÇÃO DE
MULHERES PELO HIV**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cleide Moreira.

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Cleide Guedes Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli (Coorientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Joana de Vilhena Novaes (Membro externo)
Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ)

Prof. Dr. Breno Ferreira Pena (Suplente)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Ao meu marido Dione Vieira, pelo companheirismo, amor e incentivo.

Aos meus pais Baltazar e Tereza, por todo o carinho e amor.

Aos meus irmãos Lívia e Neto, por todos os momentos prazerosos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido marido Dione Vieira, que sempre me incentivou a crescer enquanto profissional, compartilhou comigo as minhas alegrias e tristezas e esteve ao meu lado nas dificuldades, durante minha formação no mestrado, encorajando-me no decorrer da produção deste trabalho.

Ao meu pai, Baltazar Dias, que desperta em mim o desejo do conhecimento, o qual foi a primeira pessoa a me falar sobre a psicanálise e sobre o inconsciente, o que gerou em mim o desejo de conhecer essa ciência.

À minha mãe, Tereza Dias, que me dedica tanto carinho, ternura e amor, que me incentiva a buscar realizar meus sonhos, que desperta em mim a sabedoria de lidar com delicadeza com as situações da vida.

À minha irmã, Lívia Dias, que, com carinho, tornou-se minha cúmplice nas dificuldades da vida e sempre profere palavras motivadoras, em relação ao trabalho de pesquisa.

Ao meu irmão, Baltazar Neto, que, como grande amigo, sempre me incentivou a dar o meu melhor, tanto em relação à pesquisa quanto em relação à minha clínica particular.

À querida Ana Cleide, exemplo de mulher forte, que luta contra a misoginia, por um mundo mais justo e por uma maior igualdade social, a qual me orientou neste percurso, desempenhando papel fundamental para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli, que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento desta dissertação e que oportunizou vivenciar ensinamentos teóricos durante minha formação no mestrado e no Círculo Psicanalítico do Pará.

À prof.^a Dr.^a Joana Novaes, que muito contribuiu durante minha qualificação no mestrado e que aceitou fazer parte da banca examinadora deste trabalho acadêmico. Sem dúvida, suas observações sobre esta dissertação foram e serão fundamentais.

À Prof.^a Dr.^a Helena Melo Dias, que colaborou com importantes supervisões no início do meu consultório particular e com a qual construí uma amizade ao longo do meu mestrado e da minha formação em psicanálise.

Às minhas queridas amigas Nathália, Adriane, Monise, Tammy e Camila, que, com seu carinho, foram importantes para que a minha caminhada no mestrado fosse mais prazerosa, repleta de momentos de alegria.

Às participantes do filme “Positivas”, que contaram suas histórias em um documentário. Sem dúvida, seus depoimentos foram fundamentais para o combate da infecção pelo HIV em mulheres em relacionamentos estáveis.

Ao CNPq, que me concedeu bolsa de estudos, incentivo importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Perfeita - chimamanda ngozi adichie

Nós ensinamos as meninas a se retraírem

Para diminuí-las

Nós dizemos para as garotas, você pode ter ambição

Mas não muita

Você deve ser bem sucedida, mas não muito

Caso contrário, ameaçará o homem

Porque eu sou uma fêmea

Esperam que eu deseje me casar

Esperam que eu faça as minhas próprias escolhas na vida

Sempre tendo em mente que

O casamento é o mais importante

O casamento pode ser uma fonte de alegria e amor e apoio mútuo

Mas por que ensinamos às garotas a aspirar ao casamento

E não ensinamos a mesma coisa aos meninos?

Educamos as garotas a se verem como concorrentes

Não por emprego ou por realizações

O que eu penso que pode ser uma coisa boa

Mas sim pela atenção dos homens

Nós ensinamos as garotas que não podem ser seres sexuais

Da mesma forma que os garotos são

Feminista, a pessoa que acredita na igualdade social

Política e econômica entre os sexos.

RESUMO

Durante anos da epidemia do HIV/aids, as questões que envolviam mulheres infectadas em relacionamentos estáveis foram silenciadas, pois existia a concepção de que apenas pessoas que faziam parte dos chamados “grupos de risco” estariam vulneráveis à infecção pelo HIV, como prostitutas e mulheres promíscuas sexualmente. Nesse contexto, as estratégias de prevenção estavam direcionadas apenas para esses grupos, o que levou a um grande aumento de mulheres infectadas, que eram casadas, namoradas, mães dedicadas à família e consideradas de “bom comportamento”. Nesta dissertação, buscamos analisar uma das problemáticas envolvendo mulheres infectadas em relacionamentos estáveis: a negociação do preservativo. O sexo feminino ainda apresenta dificuldade em negociar o uso da camisinha na relação sexual, pois muitas vezes quem decide sobre isso é o homem. As mulheres apenas aceitam passivamente o desejo masculino. Isso ocorre porque existem ideais que normatizam a conduta de mulheres, mantendo-as submissas, dóceis e passivas ao desejo dos homens. Na tentativa de compreender as origens desses ideais que fazem parte da subjetividade de mulheres em nossa cultura, abordamos que, no século XVIII, emergiu um novo modelo de feminilidade, cujo principal responsável foi Jean Jacques Rousseau. Tal modelo constituiu-se em um ideal que ainda serve como um referencial identificatório para muitas mulheres. Nesse ideal de feminilidade, as mulheres estariam destinadas à maternidade e ao espaço doméstico, deveriam ser dóceis e passivas, em relação aos desejos e necessidades dos homens, além disso, deveriam suportar sofrimentos, injustiças e encontrar prazer nas obrigações que lhes eram destinadas. A partir dessa perspectiva de Rousseau, questionamos se a identificação de mulheres ao ideal de feminilidade proposto por ele dificultaria a negociação do uso do preservativo na relação sexual com o parceiro estável. Para abordarmos essa questão, analisamos, a partir do aporte teórico psicanalítico, o depoimento de três mulheres participantes do documentário “Positivas”, produzido em 2009: Cida, Heli e Rosário. Considerou-se como resultado que as mulheres identificadas a esse ideal não conseguiriam negociar o uso do preservativo na relação sexual, pois não se posicionariam enquanto sujeito na relação com o parceiro sexual estável, permanecendo em uma posição de objeto e, dessa forma, se manteriam “caladas” diante do desejo do marido ou do namorado. Além disso, também se concluiu que as mulheres identificadas a esse ideal estariam submetidas a um modelo de subjetividade masoquista, pois ficariam subjugadas a certas práticas sociais que exigiriam delas submissão ao homem e sacrifício, ao abdicarem de seus desejos, com o intuito de serem mães e esposas dedicadas.

Palavras-chave: HIV/aids. Psicanálise. Feminilidade. Ideal. Mulheres.

ABSTRACT

During years of the HIV/aids epidemic, the issues involving infected women in stable relationships were silenced because there was a belief that only people who were members of so-called "risk groups" would be vulnerable to HIV infection, such as prostitutes and women sexually promiscuous. In this context, prevention strategies were targeted only at these groups, which led to a large increase in infected women who were married, girlfriends, mothers in the family and considered "good behavior". In this dissertation, we try to analyze one of the problems involving infected women in stable relationships: the negotiation of the condom. The female sex still presents difficulties in negotiating the use of the condom in the sexual relation, since who decides about it is the man. The women only passively accept male desire. This is because there are ideals that normalize the conduct of women, by keeping them submissive, docile and passive to the desire of men. In an attempt to understand the origins of these ideals that are part of the subjectivity of women in our culture, we approach that in the eighteenth century emerged a new model of femininity; Jean Jacques Rousseau is the main author responsible for building this new model, constituting a ideal that still serves as an identifying reference for many women. In this ideal of femininity, the woman would be destined for motherhood and the domestic space. She should also present in her conduct: docility and a passivity in relation to the desires and the needs of men. Moreover, they were to suffer suffering, injustice, and were obliged to find pleasure in their obligations. From this Rousseau's perspective, we questioned whether the identification of women with the ideal of femininity proposed by him would make it difficult for to negotiate condom use in the sexual relationship with the stable partner. To address this issue, we analyze, from the psychoanalytical theoretical contribution, the testimony of three women participants in the documentary "Positives", produced en 2009: Cida, Heli and Rosário. It was considered as a result that the women identified to this ideal could not negotiate the use of the condom in the sexual relation, since they would not position themselves as subject in the relation with the stable sexual partner, remaining in an object position and, in this way, would remain "Silent" before the desire of the husband or the boyfriend. Moreover, it was also concluded that the women identified to this ideal would be subjected to a model of masochistic subjectivity, because they would be subjugated to certain social practices that would require of them submission to the man and sacrifice by abdicating of their desires with the intention of being mothers and dedicated wives.

Keywords: HIV/aids. Psychoanalysis. Femininity. Ideal. Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL FEMININO: ROUSSEAU E O PARADIGMA DO IDEAL DE FEMINILIDADE	18
1.1 DE EVA A MARIA: a construção de uma nova imagem do feminino	20
1.2 O PARADIGMA DO SEXO ÚNICO	22
1.3 O PARADIGMA DA DIFERENÇA SEXUAL	25
1.4 ROUSSEAU E O IDEAL DE FEMINILIDADE	27
1.4.1 A mulher recatada	30
1.4.2 Julgamento da fidelidade da esposa	31
1.4.3 Esposa, mãe e do lar	32
2 FREUD E A MULHER: OS IMPASSES DA SEXUALIDADE FEMININA ..	35
2.1 O MONISMO SEXUAL	36
2.1.1 Da menina para a mulher: a mudança de zona erógena	40
2.2 FREUD E A SEXUALIDADE FEMININA APÓS 1920	42
2.2.1 Falo: o operador da diferença sexual	42
2.2.2 Da diferença anatômica à diferença psíquica	45
2.2.3 Complexo de Édipo, complexo de castração e inveja do pênis: a especificidade da sexualidade feminina	46
2.2.4 A fase pré-edípica: uma possível perspectiva para além do falo	49
2.2.5 A anatomia é o destino?	52
2.2.6 O tornar-se mulher	54
3 AS CONTRIBUIÇÕES DE JOYCE MCDOUGALL SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA	62
3.1 A CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA DA MENINA E AS VICISSITUDES EM SEU DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL	63
3.2 A BISSEXUALIDADE PSÍQUICA	65

3.2.1 Bissexualidade na perspectiva freudiana	65
3.2.2 Bissexualidade a partir de McDougall	70
3.3 A CONSTITUIÇÃO DA FEMINILIDADE	73
3.4 MCDOUGALL, FREUD, A MULHER E TRÊS DESEJOS DISTINTOS: sexual, maternal e profissional	76
3.5 INVESTIMENTOS DA PULSÃO HOMOSSEXUAL NA VIDA DA MULHER ADULTA	81
4 IDEAIS E MORAL SEXUAL CIVILIZADA: A FEMINILIDADE A PARTIR DO DISCURSO DOS HOMENS	84
4.1 PULSÃO SEXUAL: uma sexualidade não normativa	85
4.2 MORAL SEXUAL CIVILIZADA E RECALCAMENTO DA SEXUALIDADE FEMININA	87
4.3 ORDEM REPRESSIVA: a mulher alienada ao discurso do homem	91
5 QUEBRANDO O SILÊNCIO: DEPOIMENTO DE MULHERES INFECTADAS EM RELACIONAMENTOS ESTÁVEIS	95
5.1 RELACIONAMENTO ESTÁVEL E OS DESAFIOS DA NEGOCIAÇÃO DO PRESERVATIVO: a passividade e a submissão diante do desejo masculino..	97
5.2 IDEAL DE FEMINILIDADE E MASOQUISMO	102
5.3 ESCREVENDO SUA PRÓPRIA HISTÓRIA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, deparei-me com a problemática sobre a infecção do HIV em mulheres, ao participar do projeto de pesquisa intitulado “Relações de gênero, feminismo, sexualidade, raça, vulnerabilidade: feminização da epidemia do HIV-aids”. Nesse projeto, realizei a escuta do sofrimento psíquico de mulheres que se encontravam internadas no hospital por estarem gravemente debilitadas devido a diversas doenças oportunistas, como tuberculose, neurotoxoplasmose, meningite, dentre outras. O projeto era realizado em Belém do Pará, no Hospital Universitário João de Barros Barreto, considerado referência na Região Norte no atendimento de pacientes portadores do HIV/aids.

Algumas das pacientes atendidas pelo projeto eram mulheres casadas, donas de casa, mães de família, avós, as quais se deparavam com uma nova realidade, diagnosticadas com HIV/aids e internadas em um hospital por estarem com alguma doença oportunista, pois o marido ou o namorado havia transmitido o vírus para elas. Apesar de não ter atendido mulheres com esse perfil, era muito comum discutirmos os sofrimentos, as angústias, os conflitos psíquicos dessas mulheres nas supervisões com a equipe do projeto, o que gerava em mim várias inquietações e o desejo de pesquisar mulheres infectadas em relacionamentos estáveis.

É importante considerar que o diagnóstico positivo para HIV/aids causava nelas, assim como nas pessoas infectadas pelo HIV de forma geral, muito sofrimento psíquico, já que, como afirma Moreira e outros (no prelo), o diagnóstico de HIV/aids é carregado de associações mortíferas, pois, no imaginário social, ter Aids é estar condenado à morte. Além disso, põe em xeque a fantasia de imortalidade, colocando o sujeito diante de sua própria finitude. Dessa forma, esse diagnóstico é uma verdadeira ferida narcísica.

Outra situação que também gerava muito sofrimento psíquico para essas mulheres era o fato de que, apesar de serem esposas e mães dedicadas, foram diagnosticadas com o vírus. Para que possamos compreender a causa desse sofrimento, é importante considerar que, desde o início da epidemia, o HIV/aids está presente no imaginário social como uma doença de prostitutas, homossexuais e de pessoas promíscuas sexualmente. Dessa forma, como mulheres casadas, mães, consideradas de “bom comportamento”, poderiam estar infectadas pelo vírus? Com o diagnóstico elas passaram a ter uma nova representação psíquica, o de mulheres portadoras do vírus HIV, representação que entrava em conflito com seus ideais de mãe e esposa.

O que também despertou minha atenção para a problemática da infecção do HIV em mulheres em relacionamentos estáveis foi a dificuldade de elas negociarem o preservativo com o parceiro estável. Assim, na relação sexual com o namorado ou marido, geralmente era ele quem detinha o poder de decidir se o preservativo seria usado ou não. Elas apenas aceitavam sua decisão, já que a “palavra final era do homem”.

Ao pesquisar sobre o tema e na busca por encontrar mais relatos de mulheres que foram infectadas em relacionamentos estáveis, deparei-me com o documentário “Positivas”, um longa-metragem, produzido no Brasil no ano de 2009 e que traz a história de sete mulheres que foram infectadas em relacionamentos estáveis: Cida, Heli, Rosária, Medianeira, Sílvia, Ana Paula e Michelle, mulheres que foram surpreendidas com o diagnóstico quando estavam em relacionamentos ditos até então “seguros” e moralmente “adequados”, como o casamento ou o namoro.

Cida, uma das participantes do filme, ao falar sobre as dificuldades da mulher em negociar o uso preservativo, faz a seguinte afirmação: “nós, mulheres, fomos educadas para não discutirmos relação, aceitamos o que o parceiro quer. Se a mulher tem já algum tempo já de casada, muito menos. Como ela vai pedir pro marido usar preservativo?”.

A partir desses depoimentos, podemos verificar que as relações entre homens e mulheres ainda são marcadas por uma desigualdade. Para Cida, as mulheres apenas aceitam o que o parceiro quer, ainda mais quando estão casadas. Com isso, seriam os homens que decidiriam sobre o uso do preservativo na relação sexual, as mulheres apenas aceitariam sua decisão. Desse modo, os homens assumem uma posição ativa diante das mulheres, as quais permanecem passivas, submissas ao desejo masculino.

Acerca dessa questão, Guimarães (1994) fez um estudo com 240 mulheres no Rio de Janeiro e obteve como resultado as dificuldades de elas negociarem o uso do preservativo com seus parceiros. Nesse contexto, verificou-se que a adoção de medidas preventivas, como o preservativo, estaria relacionada com a disponibilidade do parceiro.

Dessa forma, muitas mulheres ainda se mantêm submissas, passivas diante do desejo do marido ou do namorado, já que culturalmente ainda são exigidas delas certas condutas nos relacionamentos estáveis. A partir dessa realidade, que mostra mulheres que são mães e esposas dedicadas, mas que se surpreenderam como “positivas”, fui impulsionada a pesquisar sobre os ideais culturais responsáveis por normatizar a conduta das mulheres, os quais as mantêm passivas em relação ao desejo dos homens, inclusive a desejos que põem em risco a saúde e a vida delas, como o de não usar o preservativo na relação sexual.

É importante considerar que, como afirma Ceccarelli (2000), o superego é formado não apenas pelo precipitado da autoridade paterna, mas também por fatores externos, como os ideais, que pertencem ao sistema social. Assim, as figuras que formam o superego e os ideais derivam do mundo externo, que guarda as influências do passado e da tradição. Nesse sentido, vê-se a importância de analisar o surgimento de certos ideais em nossa cultura, os quais fazem parte da subjetividade de mulheres e são responsáveis por uma sexualidade normativa.

Para discutir esse assunto, trago as contribuições de Maria Rita Kehl (2008), a qual, em seu livro “Deslocamentos do feminino”, afirma que a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX “produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi o de promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade” (KEHL, 2008, p. 47).

Esses discursos tinham por base a concepção de que as mulheres, por conta de sua anatomia, deveriam assumir determinadas funções, contudo, elas precisavam ser educadas para que, assim, pudessem cumprir o destino estabelecido pela sua natureza. Dessa forma, o único lugar digno para a mulher seria o lar e a sua tarefa mais valiosa seria a maternidade. Entretanto, para que melhor correspondessem ao que era esperado, elas deveriam ostentar as virtudes da feminilidade: “o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos” (KEHL, 2008, p. 48).

Para Kehl (2008, p. 58), foi Rousseau o principal autor dessa perspectiva sobre as mulheres. Nas palavras da autora: “de todos os escritores que se manifestaram a favor de uma volta das mulheres ao seu verdadeiro estado, ou seja, o ‘estado de natureza’, o mais influente foi Rousseau”. Foi no livro quinto da obra “Emílio ou da educação”, de 1762, que ele criou a personagem Sofia, considerada como a esposa adequada para Emílio. Segundo Kehl, Sofia seria “o paradigma do ideal de feminilidade baseado na dedicação, na doçura, na submissão” (KEHL, 2008, p. 59). Por conseguinte, Rousseau foi fundamental para a criação de um ideal de feminilidade que persiste até hoje na subjetividade de mulheres identificadas a esse modelo de submissão, passividade e maternidade.

A partir dessa perspectiva e da realidade de mulheres infectadas em relacionamentos estáveis, questionamos se as mulheres identificadas a tal ideal de feminilidade conseguiriam negociar o preservativo na relação sexual com o parceiro estável.

Partindo desse questionamento, propomos o seguinte problema de pesquisa: *A identificação de mulheres com o ideal de feminilidade proposto por Rousseau dificultaria às mulheres a negociação do uso do preservativo na relação sexual com o parceiro estável?*

Nesta dissertação, o objeto de análise será o depoimento de três participantes do documentário “Positivas”: Cida, Heli e Rosário, mulheres que, por meio de seus depoimentos, contaram suas histórias de infecção e suas perspectivas sobre a epidemia do HIV/aids entre mulheres.

Sobre o nosso método de pesquisa é importante considerar que o método psicanalítico pode ser operado no estudo de manifestações expressivas que nos chegam sob a forma de uma produção que se inscreve no mundo da arte e da cultura, jornalisticamente, a partir de seu cunho realista (CHINALIA, 2012).

Mezan (1985), em seu livro “Freud, pensador da cultura”, afirma que Freud utilizou o método psicanalítico para analisar não apenas seus pacientes, mas também várias obras de arte, a cultura, a sociedade e o funcionamento psíquico do ser humano. Dessa forma, a psicanálise, para Freud, deveria ser uma ciência capaz ir além do consultório e alcançar outros campos.

No contexto de reflexão acerca da produção fílmica, propomos tomar o depoimento de Cida, Heli e Rosário como objeto de estudo, uma vez que na narrativa se encontram depoimentos reais de mulheres que vivem com aids, fato que pode permitir a proposição de um diálogo com as teorias publicadas sobre a temática.

Sobre a epidemia do HIV/aids, é importante também considerarmos algumas questões históricas significativas para situar melhor o contexto desta pesquisa. De acordo com Moura (2006), os primeiros casos a serem diagnosticados com aids foram os da comunidade gay dos Estados Unidos, o que contribuiu para a estigmatização da doença, que passou a ser conhecida como a “peste gay” ou o “câncer gay”. Desde o início da epidemia, apesar da existência de outras formas de transmissão, como a transfusão sanguínea, o uso de drogas injetáveis e a transmissão vertical (de mãe para filho), a aids foi associada à sexualidade.

Além disso, houve também a relação da doença com aqueles que eram considerados promíscuos sexualmente: os homossexuais e as profissionais do sexo. Nesse caso, a mídia e o discurso científico sobre a doença foram importantes para determinar tal associação, a qual resultou na instauração do conceito, muito divulgado, de “grupos de risco”. A prevenção, então, voltou-se para os grupos de prostitutas, homossexuais, hemofílicos, haitianos e usuários de drogas injetáveis. Essa prática mantinha a falsa percepção de que, assim, os outros membros da população, como heterossexuais, mulheres em relacionamentos estáveis, estariam protegidos. Dessa forma, não seria necessário realizar programas de prevenção para esses demais grupos (MOURA, 2006).

Com esse conceito de “grupos de riscos”, a epidemia do HIV/aids, que se iniciou nos anos de 1980, trouxe com ela o sentimento de medo, o preconceito e, como afirma Moreira (2002), substituiu uma revolução sexual que estava crescendo com os movimentos de liberação feminina, homoafetiva, de casais e da juventude, que começaram na década de 1960 e que visavam a práticas eróticas menos repressivas, hipócritas e autoritárias.

Por falta de programas de prevenção que fossem direcionados para toda a população e não apenas para alguns grupos, em 1985, a aids já era considerada uma pandemia, abrangendo todas as etnias, classes sociais, idades, orientações sexuais. Assim, o conceito de “grupos de risco” passa a ser questionado e criticado pela sua inadequação (MOURA, 2006).

Surge, com o aumento de pessoas infectadas no mundo, a necessidade de compreensão dos caminhos da epidemia. Em relação ao HIV/aids em mulheres, primeiramente houve um direcionamento para o *elo bissexual* ou para a ligação com usuários de drogas injetáveis. Essa explicação para o aumento da contaminação feminina mostra uma simplificação e linearidade na compreensão da trajetória da epidemia. Além disso, é socialmente descontextualizada e desconsidera aspectos subjetivos da construção sociopolítica da sexualidade feminina (CARVALHO, 2003).

A falta de um olhar mais abrangente sobre a epidemia do HIV em mulheres, que permitiria um trabalho de prevenção mais eficaz para esse grupo, fez com que o número de mulheres infectadas aumentasse significativamente. Dados do Ministério da Saúde demonstram esse aumento: em 1983, início da epidemia, havia 01 (uma) mulher infectada a cada 40 (quarenta) homens contaminados. Em 2014, a razão passou a ser de 1,9 homens contaminados para cada mulher (BRASIL, 2016).

Uma das características de mulheres contaminadas, a qual não foi levada em consideração durante anos de epidemia, foi a infecção de mulheres em relacionamentos estáveis, já que essa síndrome era concebida tanto pelas instituições governamentais, quanto pelo imaginário social como doença de prostituta e de mulheres promíscuas sexualmente.

Além disso, é importante considerar que, no início da epidemia do HIV, grande parte da população não tinha acesso às informações sobre as formas de transmissão do vírus, fato que permitiu que muitas pessoas não se prevenissem. Segundo Barreto (2004), a ignorância sobre essa epidemia, presente no final do século XX, foi substituída pelo aumento do conhecimento e pela ampliação do acesso às informações necessárias para que as pessoas pudessem se prevenir da infecção.

Assim, grande parte da população passou a saber que o uso do preservativo seria necessário para evitar a contaminação pelo HIV e por outras doenças sexualmente

transmissíveis; contudo, apesar do aumento da informação sobre os modos de prevenção, as práticas sexuais arriscadas ainda persistiram (BARRETO, 2004).

Com isso, ter conhecimento sobre a doença e os meios de prevenção desta, não resultou em tomar medidas para se proteger no caso de mulheres (Carvalho, 2003; Barreto, 2004). Nesse sentido, temos que concluir, com Ceccarelli (2001), que para “falar de sexo” deve ser levado em consideração a dimensão fantasmática da sexualidade, razão porque a informação objetiva utilizada nas campanhas realizadas sobre o uso do preservativo, não tem alcançado os resultados esperados.

Birman (1994) também considera que para se falar de aids é necessário abordar a sexualidade, uma vez que o desejo sexual, diferença de sexos e o corpo sexual são construções históricas e subjetivas. Portanto, deve-se considerar não a noção de corpo natural, mas sim de um corpo representado que é composto de elementos que constituem sua erogeneidade como, por exemplo, os elementos sociais, linguísticos, psíquicos e políticos.

Partindo dessa concepção de Birman (1994) sobre a importância de abordarmos a sexualidade levando em consideração os seus elementos históricos e subjetivos, esta dissertação se propôs pesquisar a possível relação entre o ideal de feminilidade proposto por Rousseau e a dificuldade das mulheres em negociar o uso do preservativo em relacionamentos estáveis.

Sobre o percurso realizado para atingir esse objetivo, no primeiro capítulo, intitulado *A construção de um perfil feminino: Rousseau e o paradigma do ideal de feminilidade*, abordou-se o modelo de mulher ideal presente no projeto romântico de Rousseau; contudo, antes de adentrarmos em sua proposta de mulher ideal para a família burguesa, levamos em consideração o modelo de mulher que existiu antes do século XVIII.

No segundo capítulo, intitulado *Freud e a mulher: os impasses da sexualidade feminina*, analisaram-se as teses freudianas sobre a sexualidade feminina. Assim, defendemos a ideia de que foi a partir das suas formulações sobre esse tema que Freud começou a construir a figura da mulher como castrada, invejosa e voltada para a maternidade, reforçando todo um imaginário sobre ela.

No terceiro capítulo, intitulado *As contribuições de Joyce McDougall sobre a sexualidade feminina*, investigaram-se as principais teorizações de McDougall sobre a sexualidade feminina e a feminilidade. Acerca desse tema, destacou-se a importância dada pela autora à bissexualidade para o desenvolvimento da sexualidade feminina. Além disso, destacamos o quanto McDougall considera a especificidade da figura feminina para a compreensão da sua sexualidade, diferenciando-se da perspectiva freudiana que, no início da

sua teoria, tomou a sexualidade masculina como paradigma para entender a sexualidade da mulher.

No quarto capítulo, intitulado *Ideais e moral sexual civilizada: a feminilidade a partir do discurso dos homens*, tratou-se da importância dos ideais para a criação de uma sexualidade normativa para as mulheres. Esse estudo embasou-se no texto de Freud “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, de 1908. Além disso, abordamos a criação de uma ordem repressiva para as mulheres a partir dos discursos dos homens. As contribuições teóricas do foram dos textos de Ceccarelli (2010a, 2013b), importantes para se proceder a essa análise.

No quinto capítulo, intitulado *Quebrando o silêncio: depoimento de mulheres infectadas em relacionamentos estáveis*, analisou-se, a partir do aporte teórico psicanalítico, uma possível relação entre a identificação ao ideal de feminilidade de Rousseau e a dificuldade na negociação do preservativo em relacionamentos estáveis. Para isso, tomamos os depoimentos de Cida, Rosário e Heli, constantes no documentário, sobre suas histórias de infecção. Além disso, analisou-se a subjetividade dessas mulheres a partir de uma possível identificação a esse ideal.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL FEMININO: ROUSSEAU E O PARADIGMA DO IDEAL DE FEMINILIDADE

Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco (ROUSSEAU, [1762] 1973).

Jean Jacques Rousseau (1712-1778), considerado por grande parte dos estudiosos de teoria literária como o pai do Romantismo, construiu um sistema filosófico que influenciou a forma de viver e pensar do Ocidente (TOLEDO, 2002). Assim, foi o responsável pela construção de uma proposta filosófica, moral e política para a sociedade burguesa em ascensão, por meio da criação de um modelo amoroso que persiste até os dias atuais, como a imagem do ideal de amor (LEJARRAGA, 2002).

A postura romântica de Rousseau pode ser observada quando ele propõe o reencontro com a origem, com a natureza e com o passado que foi perdido, ou seja, anterior à maldade gerada pela civilização. Dessa forma, sugere uma sociedade ideal, onde há a união entre cultura e natureza, a qual deve ser alcançada por meio da educação do homem para o amor (LEJARRAGA, 2002).

Neste capítulo, abordamos, de forma mais detalhada, uma das propostas presente no ideal de amor romântico de Rousseau, o modelo de mulher dócil, recatada e dedicada à maternidade e ao marido, que, segundo alguns autores, como Kehl (2008), Nunes (2000), Badinter (1985) e Laqueur (2001) foi o modelo que contribuiu para a constituição da perspectiva sobre a mulher existente na modernidade. Maria Rita Kehl (2008), ao abordar em seu livro “Deslocamentos do feminino” a formação do sujeito moderno, mais precisamente das mulheres modernas, afirma que

O modelo de Rousseau é tão perfeitamente articulado, que escutamos até hoje suas ressonâncias. No século XIX, ele dominou, com uma série de variações mais ou menos científicas e/ou pedagógicas (aquele foi o século da medicina e da pedagogia), toda a produção de saberes sobre as mulheres (KEHL, 2008, p. 62).

Como comentamos anteriormente, para Kehl (2008), a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu discursos que tinham o objetivo de adequar a mulher a um conjunto de atributos, funções e restrições que foram chamadas de feminilidade, discursos dos quais Rousseau foi o principal autor. Kehl (2008) afirma que ele também foi o responsável por criar um paradigma do ideal de feminilidade baseado na dedicação, doçura e submissão.

Roudinesco (1997), ao comentar a concepção rousseauiana sobre o sexo feminino, afirma que: “a mulher seria um ser corporal, instintivo, sensível, fraco em seus órgãos e principalmente inapta à lógica e à razão. Sua natureza a obrigava a uma atividade de completude com relação ao homem, que encarnava a essência do poder intelectual” (ROUDINESCO, 1997, p. 27).

Nessa relação de completude com o homem, enquanto ele deveria se responsabilizar por trabalhar na esfera pública, a mulher seria a responsável pelos cuidados do marido, dos filhos e do lar. Assim, uma das principais funções presente no ideal de feminilidade rousseauiano seria a maternidade. Tal condição feminina não seria um atributo social, mas um desígnio da natureza, ou seja, seria por conta do seu sexo que ela estaria destinada a ser mãe. Segundo Nunes (2000), até o século XVIII, as mães não eram consideradas peças-chave para o desenvolvimento e para a educação das crianças. Rousseau foi um dos primeiros pensadores a problematizar a relação entre mãe e filho e a tratá-la como ancoragem fundamental da construção da subjetividade.

Assim, diante dos altos índices de mortalidade infantil que estavam presentes até nas camadas mais favorecidas da sociedade, a necessidade de uma nova ordem familiar passa a ganhar destaque nos discursos de filósofos, médicos e moralistas. Com isso, a mulher burguesa passará a ser considerada como a responsável pelos cuidados e educação dos filhos. A partir dessas mudanças, o modelo familiar nuclear ganha força e se expande (NUNES, 2000, p. 21).

Nunes (2000) esclarece que esse movimento não ocorreu de forma linear nem de maneira imediata. Para que pudesse ocorrer a transformação da mulher em mãe, foi necessária uma reformulação profunda da imagem do sexo feminino, já que, até o final do século XVII, a concepção sobre a mulher era a herdada pelo cristianismo primitivo, que esteve presente em toda a Idade Média e no Renascimento.

A seguir, abordamos como se deu essa mudança da imagem do feminino. Além disso, neste capítulo pretendemos abordar os dois paradigmas que existiram para se pensar o homem e a mulher: o paradigma do sexo único e o da diferença sexual, a partir das contribuições de Laqueur (2001). Por fim, analisamos o modelo de mulher ideal proposto por Rousseau, modelo esse que tem por base o paradigma da diferença sexual.

Nesse percurso, deparamo-nos com os mitos fundadores descritos na Bíblia. Segundo Ceccarelli (2003), os mitos de origem judaico-cristãos estão nas bases que sustentam o discurso da “normalidade”, da família tradicional e do casamento, portanto, serão fundamentais para a compreensão do modelo de mulher apresentado por Rousseau.

1.1 DE EVA A MARIA: a construção de uma nova imagem do feminino

Elizabeth Badinter (1985), em seu livro “Um amor conquistado: mito do amor materno”, aborda o tema do amor da mãe pelo filho como um sentimento que não é inerente à condição da mulher, mas algo que se adquire, já que é um produto das mudanças ocorridas na sociedade ao longo da história.

Nessa obra, ao analisar a perspectiva sobre a mulher existente antes dos séculos XVIII e XIX, declara que, a partir do século IV, é atribuída às mulheres uma malignidade natural, tal atribuição seria uma herança do primeiro texto da Bíblia, que colocava Eva como a culpada da infelicidade de Adão, já que ela seria mais acessível às tentações da carne e da vaidade. Essa imagem primeira será agravada por certos doutores da Igreja, pois Eva passará a ser assimilada à própria serpente, isto é, ao demônio tentador, transformando-se no símbolo do mal (BADINTER, 1985).

Conforme Badinter (1985), as diatribes tão abundantes no século IV contra as mulheres se baseariam nos textos de Santo Agostinho, o qual concebia a ideia de que elas seriam como um animal que alimenta a maldade, fonte de todas as discussões, querelas e injustiças.

Segundo Ceccarelli (2013b), com Santo Agostinho a origem do mal passa a ser a sexualidade. Dessa forma, o pecado original deixa de estar relacionado com a tentação de ter comido o fruto proibido e passa a ser a tentação do desejo sexual. A mulher é, então, considerada como aquela que seduz o homem e que por meio da sexualidade o induz a pecar, assim, o pecado que é sempre sexual e a mulher a culpada por ele. Para Nunes (2000), Essa imagem ameaçadora da mulher sobrevive ao longo de toda a Idade Média. Assim, naquele período a mulher era considerada a filha e herdeira de Eva, fonte do pecado original e constituída de uma inferioridade, visto que foi feita da costela de Adão.

Segundo Nunes (2000), essa imagem da mulher como uma ameaça perniciosa teve seu ápice no Renascimento, quando ela é transformada em feiticeira. Esse estereótipo surgiu por volta de 1400 e manteve-se até o século XVII no nível de direito criminal.

Sobre esta questão, Lins (2013, p. 13) afirma que milhares de mulheres foram torturadas e queimadas vivas nas fogueiras, acusadas de “feitiçaria, roubo do sêmen de homens adormecidos, de provocar impotência, esterilidade e abortos, além de doenças e deformidades às partes íntimas das pessoas”. Moças atraentes também eram suspeitas de relação sexual com Satã e, sob tortura, acabavam confessando sua relação com o diabo.

Segundo Nunes (2000), no século XVII também começa haver uma mudança calcada no pensamento cartesiano, que propunha que homens e mulheres partilhavam a mesma razão. Dessa forma, as mulheres procuravam ter acesso às ciências, às letras e à filosofia, permanecendo o cuidado das crianças sob a responsabilidade das amas de leite. Assim, “muitas mulheres não estavam dispostas a sacrificar seu lugar na Corte ou simplesmente sua vida social e mundana para criar filhos. O desejo de emancipação e de saber fazia com que essas mulheres trocassem a vida doméstica pelos salões” (NUNES, 2000, p. 48).

Badinter (1985) defende que é no século XVIII que começam a ocorrer algumas transformações nos costumes, assim como na visão acerca da mulher, as quais são empreendidas pela primeira vez não pela aristocracia, mas pela nova classe ascendente, a burguesia. Nesse período, houve a necessidade de situar a mulher como a responsável pela infância.

A criança, na ideologia familiar do século XVI, tem uma posição insignificante na família. Alguns filósofos e teólogos manifestavam um verdadeiro medo da infância. Santo Agostinho, por exemplo, considera a criança como um ser imperfeito, esmagado pelo peso do pecado original. Sobre a importância da criança para a família naquela época, Badinter (1985) considera que “a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta” (BADINTER, 1985, p. 53).

Segundo a mesma autora, nos séculos XVII e XVIII as crianças eram normalmente entregues às amas de leite para serem criadas e só voltavam ao lar depois de cinco anos de idade. Ao longo do seu livro, a autora apresenta vários argumentos e questionamentos sobre o “instinto materno” ou o amor materno, considerado inerente à mulher. Um dos questionamentos que ela realiza é: “como explicar que uma mulher que já perdera dois ou três filhos colocados em casa de amas continuasse a enviar os outros filhos para o mesmo lugar?” (BADINTER, 1985, p. 12). Muitas crianças morriam ao morarem na casa de amas de leite. A autora traz o exemplo de uma ama de leite chamada Marie Bienvenue, considerada negligente, pois deixou morrer trinta e uma crianças em cerca de catorze meses.

Nunes (2000) afirma que é somente no final do século XVIII, a partir de uma necessidade de situar a mulher como guardiã da infância, que se observa uma mudança significativa na representação do sexo feminino. Ocorre, assim, uma inversão de valores, já que atributos como fragilidade, sensibilidade e dependência passam a ser valorizados.

Sobre essa mudança, Badinter (1985) considera que a mulher deixa de ser identificada com Eva, com o diabólico, e passa a ser identificada com Maria. Em suas palavras:

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (BADINTER, 1985, p. 175).

Para a autora, foi Rousseau, com a publicação de “Emílio”, em 1762, o responsável por cristalizar as novas ideias, que deram um verdadeiro impulso à família moderna, a qual é fundada no amor materno. Dessa forma, Rousseau será importante para a constituição de uma nova imagem do feminino, imagem esta que ainda pode ser observada em nossos dias.

Nunes (2000) destaca também que a construção de um novo perfil feminino ocorreu junto com a modificação na forma de pensar a diferença entre o homem e a mulher, pois esta não era pensada a partir da diferença sexual. É somente na virada para o século XVIII que passa a existir o paradigma da diferença sexual, trazendo uma nova perspectiva sobre ser homem e ser mulher. Assim, neste novo paradigma, as funções estabelecidas para ambos seriam justificadas por conta do seu sexo, ou seja, a mulher estaria voltada para maternidade por conta do seu sexo, da sua anatomia. A seguir, analisamos essas questões a partir das contribuições do historiador Laqueur (2001).

1.2 O PARADIGMA DO SEXO ÚNICO

Laqueur (2001), em seu livro “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, fez um estudo histórico rigoroso sobre as noções de sexo e de gênero desde os gregos até o século XIX. Segundo o autor, a concepção de dois sexos biológicos distintos passou a vigorar a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa e o Iluminismo. O que existia antes era o paradigma do sexo único, o qual considerava que homens e mulheres não seriam diferentes em termos biológicos, ou seja, ambos seriam ligados por um sexo comum, assim, as mulheres teriam os mesmos órgãos que os homens, contudo, eles estariam invertidos. Sobre o paradigma do sexo único, Laqueur assevera:

[...] um mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a apenas um sexo, onde as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie, e onde os

órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos do lugar do corpo em uma ordem cósmica e cultural que transcende a biologia (LAQUEUR, 2001, p. 41).

Essa perspectiva existiu desde a Antiguidade Clássica até o final do século XVII e teve o filósofo Aristóteles e o médico Galeno como seus principais defensores. Aristóteles acreditava na existência de dois sexos, masculino e feminino, contudo, insistia que a característica distinguível da masculinidade era imaterial. A respeito dessa perspectiva de Aristóteles, Laqueur (2001, p. 44) afirma que, “como naturalista, acabou com as distinções orgânicas entre os sexos, e o que restou foi a ideia de uma carne que podia ser classificada, ordenada e diferenciada caso exigido por circunstâncias especiais” (LAQUEUR, 2001, p. 44).

Desse modo, diferenças sexuais, por exemplo, os homens terem pênis e as mulheres, vaginas; os homens, testículos e as mulheres, ovários, eram observações contingentes e filosoficamente pouco interessantes sobre a espécie (LAQUEUR, 2001). O que Aristóteles defendia era a concepção de que os homens seriam ativos e as mulheres passivas, ideia considerada como algo indubitável, ou seja, como verdades “naturais”.

Para Aristóteles, a natureza do homem e da mulher, de acordo com a vontade divina, seria pré-ordenada para que pudessem viver uma vida comum. Assim, a divisão de trabalho e os papéis específicos seriam naturais. A mulher e o homem seriam distintos e teriam funções opostas, como o fato de um sexo ser forte e o outro, fraco; um seria cuidadoso e o outro, corajoso; um permaneceria em casa e o outro sairia e adquiriria bens (LAQUEUR, 2001).

É importante destacar que essa perspectiva sobre homens e mulheres difere da visão moderna de dois sexos, pois os papéis sociais não são baseados na natureza, ou seja, o fundamento biológico não é um fundamento de arranjos sociais específicos. Além disso, apesar de Aristóteles considerar os corpos masculino e feminino como adaptados aos papéis particulares, essas adaptações não seriam sinais de oposição sexual (LAQUEUR, 2001).

Para Laqueur (2001), o sexo, na filosofia aristotélica, tinha a finalidade de gerar, situação em que a fêmea era responsável por fornecer o material, enquanto o macho forneceria o que molda, ou seja, enquanto o corpo seria da fêmea, a alma seria do macho. Dessa forma, ser macho significava suprir a alma sensível, sem a qual seria impossível existir as partes do corpo como o rosto e mão. Joel Birman (2001), ao comentar essa perspectiva de Aristóteles sobre a geração, afirma que

A figura do macho então seria a responsável pela transmissão da humanidade propriamente dita, já que apenas aquele seria o portador do princípio divino. Isso porque a forma, enquanto essência, seria o ato, sendo esta, pois, a perfeição em que se transmite a marca do divino. Por isso mesmo, o macho seria, ontologicamente

falando, o princípio motor e gerador, isto é, o único ser que poderia engendrar um outro. Em contrapartida, a figura da fêmea, enquanto matéria, esperaria passivamente para ser engendrada. A figura do macho seria, pois atividade e a da fêmea, passividade (BIRMAN, 2001, p. 38).

Assim, a superioridade masculina estaria inscrita no ato da própria geração dos seres humanos, já que o homem é o portador do princípio divino e o responsável pela transmissão da humanidade. A fêmea, em seu papel de passividade, ofereceria apenas a matéria, que seria trabalhada pelo macho (BIRMAN, 2001).

Galeno, por sua vez, trabalhou sobre esse terreno inicial forjado por Aristóteles, como afirma Birman (2001), e desenvolveu, no século II d. C., o mais poderoso e exuberante modelo de identidade estrutural dos órgãos reprodutivos de ambos os sexos. Nesse padrão, considerava que “as mulheres seriam essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que nos homens são visíveis na parte externa” (LAQUEUR, 2001, p. 16).

Dessa maneira, haveria uma homologia precisa entre os elementos que constituiriam o aparelho genital do homem e da mulher, assim, a vagina era considerada um pênis interno, os lábios seriam o prepúcio, o útero seria o escroto e os ovários seriam os testículos (LAQUEUR, 2001).

Essa inversão das genitálias nas mulheres, devido à falta do calor vital, faria delas seres imperfeitos, enquanto o homem seria caracterizado pela perfeição; por isso, haveria uma hierarquia vertical entre os gêneros. Assim, existiria “um corpo de sexo único com suas diferentes versões atribuídas a pelo menos dois gêneros” (LAQUEUR, 2001 p. 30).

Birman (2001), ao abordar a perspectiva de Galeno sobre a existência de apenas um único sexo, argumenta que

Nesse contexto, a equivalência e a homologia morfológicas entre os sexos se inscrevem numa lógica marcadamente hierárquica. As várias oposições acima destacadas já revelam evidentemente as linhas de forças presentes na arquitetura hierárquica entre os sexos. Com efeito, o polo masculino seria caracterizado pela perfeição, como já dissera Aristóteles ao aproximá-lo do divino, enquanto o polo feminino seria marcado, no seu ser, pela imperfeição, dada a ausência do humor quente (BIRMAN, 2001, p. 40).

Todavia, Birman (2001) ressalta que, como o sexo era considerado único, existiria a possibilidade de transformação de um no outro. Assim, o feminino poderia ser transformado no masculino se o humor quente se tornasse dominante no corpo da mulher, conseqüentemente a passividade se transmutaria em atividade. Contudo, masculino não poderia se transformar em feminino, pois “o imperfeito poderia sempre se transformar no

perfeito, mas a operação oposta não se realizaria jamais, pela razão oposta” (BIRMAN, 2001, p. 41).

Vale ressaltar que, para Laqueur (2001), nesse modelo de sexo único, o gênero será fundamental para uma organização social, ou seja, os papéis sociais seriam atribuídos pela cultura e não pelo sexo. O sexo ou o corpo seria como o epifenômeno, enquanto o gênero, uma categoria cultural, seria primário ou “real”. Dessa forma, no paradigma de sexo único,

Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p. 19).

O papel desempenhado na sociedade seria fundamental para a sua posição social. Além disso, o corpo de sexo único seria mais livre para exprimir o gênero teatral. Nas palavras do autor:

Meu propósito neste capítulo foi explicar o que eu entendo por um mundo de sexo único: a mente e o corpo são tão intimamente ligados que a concepção pode ser compreendida como ter uma idéia, e o corpo como um ator no palco, pronto para desempenhar os papéis que a cultura lhe atribui (LAQUEUR, 2001, p. 74).

Como analisamos, as ideias de Galeno constituem o dogma oficial da medicina. Contudo, no século XVII, com os avanços nas pesquisas em anatomia os médicos começam a questionar as concepções presentes até o momento. A seguir comentaremos o novo paradigma que surge com os avanços na medicina e que defende que a diferença sexual seria determinante do caráter de homens e mulheres (NUNES 2000).

1.3 O PARADIGMA DA DIFERENÇA SEXUAL

No paradigma da diferença sexual, que começou a ser construído a partir do século XVIII, homens e mulheres não teriam apenas um sexo, mas dois sexos distintos, ou seja, a mulher deixou de ter apenas genitálias invertidas para ter a sua própria anatomia diferenciada da masculina.

Nesse novo paradigma, órgãos que tinham nomes associados, no modelo do sexo único, como os ovários e testículos, foram diferenciados em termos linguísticos. A vagina, que não tinha um nome no antigo modelo, passou a ter uma denominação específica no paradigma da diferença sexual (LAQUEUR, 2001).

Tal distinção entre os sexos, a partir de uma perspectiva anatômica, serviu para justificar o lugar da mulher e do homem na sociedade, ou seja, os dois sexos foram inventados como um novo fundamento para o gênero, como explica Laqueur (2001, p. 191): “O ventre que era uma espécie de falo negativo, passou a ser o útero – um órgão cujas fibras, nervos e vascularização ofereciam uma explicação e uma justificativa naturalista para a condição social da mulher”.

Haveria duas explicações para essa mudança de paradigma: a epistemológica e a política. A epistemológica se refere à mudança na qual o fato passa a ser mais distinto da ficção, assim como a ciência da religião e a razão da credulidade, ou seja, apesar de o ceticismo não ter sido criado no século XVIII, a divisão entre o possível e o impossível, entre verdade e falsidade, entre sexo biológico e gênero teatral passou a ser mais aguçada (LAQUEUR, 2001).

Sampaio (2010), ao comentar essa perspectiva de Laqueur, afirma que foi por conta do surgimento do Iluminismo que houve a racionalização da forma de olhar para o corpo, o que impediu a perpetuação de superstições e de histórias fantasiosas, como as mudanças de sexo a partir da imaginação e as mulheres que geravam coelhos, as quais eram superstições muito presentes na pré-modernidade.

Além disso, com o processo de racionalização das sociedades, as semelhanças entre corpos, que explicavam uma hierarquia entre homens e mulheres, foi substituída por uma explicação a partir da anatomia, como afirma Laqueur (2001, p. 191): “no mundo da explicação reducionista o que importava era o fundamento simples, horizontal e imóvel do fato físico: o sexo”.

Em relação à explicação política para o surgimento do paradigma das diferenças sexuais, Laqueur (2001) destaca o importante período da Revolução Francesa. As reivindicações universais por liberdade e igualdade humana, durante o período do Iluminismo, foram importantes para as promessas da Revolução Francesa, como a liberdade civil para as mulheres. Isso fez surgir um feminismo, mas também um novo tipo de antifeminismo, como destaca Laqueur (2001, p. 242):

As promessas da Revolução Francesa – que a humanidade em todas as suas relações sociais e culturais podia ser regenerada, que as mulheres podiam atingir não só liberdades civis como também pessoais, que a família, a moralidade e as relações pessoais podiam ser renovadas – fizeram surgir não só um feminismo novo e genuíno como também um novo tipo de antifeminismo, um novo medo das mulheres, e fronteiras políticas que criaram fronteiras sexuais (LAQUEUR, 2001, p. 242).

Desse modo, com esse novo tipo de antifeminismo, houve a necessidade de buscar novas ideias para manter a mulher sem liberdade e submetida ao homem. A natureza, então, seria essa nova justificativa: a partir do sexo, homens e mulheres foram considerados como distintos, pois biologicamente seriam diferentes, conseqüentemente teriam essências diferentes e, com isso, deveres diferentes na sociedade. Portanto, a divisão social entre os sexos passou ter seu fundamento na biologia, como afirma Laqueur (2001):

A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos [...]. Qualquer que fosse o assunto, o corpo tornou-se o ponto decisivo (LAQUEUR, 2001, p. 192).

Vários filósofos contribuíram para a sustentação do paradigma da diferença sexual, contudo a teoria de Rousseau, considerado por Laqueur (2001, p. 245) como um filósofo antifeminista, “talvez seja a teoria liberal de corpos e prazeres mais elaborada em termos teóricos, e a mais concretamente preocupada com a relação da diferença sexual com as origens da sociedade [...]”.

É importante frisar que a criação desse modelo das diferenças sexuais está intimamente relacionada com a criação de novos ideais de masculinidade e feminilidade. Assim, como afirma Nunes (2000), filósofos, médicos e moralistas, recorrendo à natureza, arquitetaram uma teoria “racional” do feminino, que aponta para a essência maternal das mulheres. Rousseau foi um desses filósofos que, em seu projeto, “aponta vários aspectos inerentes à feminilidade, tais como: fragilidade, timidez, doçura, sedução e afetividade” (NUNES, 2000, p. 43). Além disso, especifica características que seriam fundamentais para o bom funcionamento do casal.

Nesta dissertação abordamos essa perspectiva rousseuniana das diferenças sexuais que, segundo Maria Rita Kehl (2008, p. 59), ao criar a personagem Sofia, no seu livro “Emílio ou da educação”, em 1762, criou “o paradigma do ideal de feminilidade”.

1.4 ROUSSEAU E O IDEAL DE FEMINILIDADE

Segundo Nunes (2000), Rousseau, ao negar às mulheres o *status* de cidadãos, em seu ideal romântico, entrou em choque com sua própria proposta de igualdade universal. Com isso, houve a necessidade de criar uma justificativa para a desigualdade real que existia entre homens e mulheres. É no seu livro quinto da obra “Emílio ou da Educação” que ele propõe a

solução para esse impasse, ao afirmar que a diferença entre ambos existiria, pois apresentariam essências diferentes que estariam ancoradas no sexo biológico.

Assim, seria a partir do sexo que eles se diferenciariam e assumiriam diferentes deveres e direitos, tanto em relação à vida pública, quanto em relação à vida privada do casamento, como afirma o autor: “em tudo que diz respeito ao sexo, a mulher e o homem têm em tudo relações e em tudo diferenças” (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 414). Dessarte, seria uma futilidade discutir sobre a igualdade entre os sexos, pois ambos seriam perfeitos, atendendo aos fins da natureza. Textualmente, escreve o autor:

Tais relações e tais diferenças devem influir no moral; esta consequência é sensível, conforme a experiência, e mostra a futilidade das discussões acerca da preferência ou da igualdade dos sexos: como se cada um deles, atendendo aos fins da natureza segundo sua destinação particular, não fosse mais perfeito nisso do que se assemelhando mais ao outro! No que têm de comum, são iguais; no que tem de diferente, não são comparáveis. Uma mulher perfeita e um homem perfeito não devem assemelhar-se nem de espírito nem de fisionomia, e a perfeição não é sucessível nem de mais nem de menos (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 415).

A partir dessa perspectiva de uma desigualdade ancorada em uma diversidade morfológica sexual, Rousseau “inaugurou todo um discurso sobre a diferença entre os sexos e suas consequências morais e sociais, acoplando diferença sexual e diferença de gênero” (NUNES, 2000, p. 38). Nesse sentido, a mulher não seria nem inferior nem imperfeita, como observamos no modelo do sexo único, mas perfeita em sua especificidade. Nesse viés, Nunes (2000) considera que Rousseau conseguiu se justificar diante da ética libertária emergente, pois a condição feminina seria um desígnio da natureza e não uma imposição social (NUNES, 2000).

A respeito da conduta assumida pela mulher, Nunes (2000, p. 43) certifica que esse filósofo apontou vários aspectos inerentes à feminilidade, tais como: “fragilidade, timidez, doçura, sedução e afetividade [...] para ele, feminilidade rima com passividade”. Tais ideias de Rousseau fizeram escola, e o século XVIII viu nascer o desenho de um perfil feminino.

É importante destacar que, apesar de Rousseau ([1762] 1973) asseverar que a essência feminina está voltada naturalmente para a passividade, para a subordinação e para uma maior capacidade de amor e doação, ele elabora um projeto pedagógico que, conforme Nunes (2000), seria um adestramento da mulher para que ela pudesse suportar o lugar de submissão.

Nesse sentido, ela seria educada para atender às necessidades e aos desejos masculinos, assim, as mulheres deveriam ser úteis e sempre procurar agradar aos homens, como podemos ler em Rousseau ([1762] 1973, p. 415):

Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já pela simples razão de ser forte (ROUSSEAU [1762] 1973, p. 415).

Segundo Sampaio (2010), nessa lógica de dominação masculina, presente na concepção rousseauniana, o sexo feminino fica em uma posição de nítida sujeição ao desejo masculino. Diante disso, a visão preponderante é a de que a mulher é feita para agradar ao sexo masculino, a mulher deveria preocupar-se em satisfazê-lo. Este, por sua vez, só se satisfaria sujeitando-a ao seu desejo. Assim, bastaria ao homem dominar a mulher, pensada como necessariamente subordinada ao desejo dele.

Para que isso acontecesse, ou seja, para que elas submetessem suas fantasias e seus desejos à vontade dos homens, elas deveriam desde cedo ser contrariadas e constrangidas. Assim, ao longo de suas vidas, estariam submetidas a constrangimentos contínuos, como os relacionados a decoro:

As jovens devem ser vigilantes e laboriosas; não é tudo: elas devem ser contrariadas desde cedo. Esta desgraça, se é que é uma, inseparável de seu sexo; e dela nunca elas se libertam senão para sofrer outras bem mais cruéis. Estarão a vida inteira escravizadas a constrangimentos contínuos e severos, os de decoro e das conveniências. É preciso exercitá-las desde logo a tais constrangimentos, a fim de que não lhes pesem; a dominarem suas fantasias para submetê-las às vontades dos outros (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 429).

Assim, como resultado do contínuo constrangimento, surgiria na conduta da mulher a docilidade, a passividade, a submissão. A doçura seria importante qualidade de uma mulher, pois ela teria como dever suportar os erros que o marido cometesse, sem questioná-los. Sobre essa questão, Nunes (2000) considera que um importante aspecto presente no projeto pedagógico de Rousseau é pressupor que, além de a menina se submeter calada, ela deveria fazer isso de bom grado, extraindo daí satisfação. O homem, por sua vez, nessa relação, não poderia ser um marido delicado, pois poderia tornar a mulher impertinente. Sobre a importância da docilidade feminina, o autor assevera que

Resulta desse constrangimento habitual uma docilidade de que as mulheres necessitam durante a vida toda, porque não deixam de se achar submetidas ou a um homem ou ao julgamento dos homens, e que não lhes é permitido colocarem-se acima de tais juízos. A primeira e a mais importante qualidade de uma mulher é a doçura: feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto um homem, amiúde cheio de vícios, e sempre cheio de vícios, ela deve aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar; não é por ele, é por ela mesma que deve ser doce (ROUSSEAU [1762] 1973, p. 430).

Portanto, como se verifica nesse excerto e ao longo de toda a proposta rousseauiana, há, no pensamento de Rousseau ([1762] 1973), afirmativas misóginas e sexistas como essas em que se mantém a mulher submetida aos constrangimentos e julgamentos feitos pelo marido na relação amorosa, suportando as injustiças cometidas por ele, sem poder questionar sua posição de submissão.

Tal situação nos faz pensar no que Nunes (2000) afirmou sobre o projeto. Ela considera que “o processo educativo preconizado por Rousseau se assemelha a uma verdadeira tortura, onde a necessidade de subjugação contínua da vontade das meninas é o fim principal” (NUNES, 2000, p. 45).

Ainda sobre a conduta que as mulheres deveriam assumir, a seguir, analisamos, de forma mais detalhada, o recato feminino, o julgamento da fidelidade feminina e a dedicação que a mulher deveria ter à maternidade e ao lar.

1.4.1 A mulher recatada

Rousseau ([1762] 1973) considera, em seu projeto amoroso, que desejo sexual feminino nunca poderia ser manifestado, pois caso acontecesse, desagradaria ao homem. Desse modo, no referencial de relação entre os sexos que foi exposto em *Emílio*, a expressão da sexualidade só poderia ser feita pelo homem, ao qual caberia o papel de galantear a mulher, cuja função, no jogo de sedução, primeiramente seria resistir e só depois ceder (SAMPAIO, 2010).

Nesse sentido, Sampaio (2010, p. 28) afirma que “A mulher que agrada ao homem é, então, aquela que não assume diretamente o seu desejo, mantendo-se passiva e fazendo-se também, em certa medida, indecifrável para o homem”. Caberia também à mulher atrair o homem por meio de sua beleza, de seu amor próprio, de seus encantos, como armas de sedução (SAMPAIO, 2010).

Ao abordar tal questão, Carvalho (2003, p. 143) textualiza: “Em certo sentido, é como se – dúvida, desejo, resistência – e não recusa absoluta – constituíssem um jogo

necessário para a realização final”. Rousseau ([1762] 1973), a partir de pensamentos análogos, assevera que o que seria mais doce para um homem é duvidar se a fraqueza cederia à força ou se a vontade se renderia, pois a malícia da mulher seria deixá-lo sempre em dúvida sobre essa questão.

Nesse contexto, Rousseau ([1762] 1973, p. 415) conclui que “daí nascem o ataque e a defesa, a ousadia de um sexo e a timidez de outro, finalmente a modéstia e o pudor com que a natureza armou o fraco para escravizar o forte”. Bloom (1996), ao estudar esse projeto romântico, escreve que, para Rousseau, a mulher deveria desejar, buscar controlar e dissimular seu desejo.

Carvalho (2003, p. 143-144) denomina de recato essa postura feminina e considera que, no projeto rousseauiano, a mulher deveria ser recatada, pois dessa forma seria fonte de atração para o homem, “mas também porque os interesses femininos no ato sexual são ampliados, uma vez que só ela poderá engravidar”. Essa questão da gravidez remete ao tema da fidelidade feminina, o qual abordamos mais detalhadamente a seguir.

Ainda sobre o recato feminino, Carvalho (2003), ao considerar a importância da mãe para a família, enuncia que o recato feminino teria relação com a própria manutenção familiar, pois com ele a mulher garantiria a presença masculina para si e para a proteção do lar e dos filhos. Assim, caberia à mulher estimular o homem a ser o amante e protetor, ou seja, a assumir uma dupla função. Com isso, homens e mulheres seriam díspares e complementares, além disso, encarregar-se-iam da reprodução e manutenção da espécie. Dessa forma, nessa relação de complementaridade, força e delicadeza se combinariam para um projeto comum.

1.4.2 Julgamento da fidelidade da esposa

Um aspecto importante da proposta rousseauiana é o julgamento da fidelidade feminina pelo companheiro. Esse julgamento não deveria ser feito apenas pelo marido, mas também pela sociedade. Segundo Rousseau ([1762] 1973), o homem infiel é injusto e bárbaro, contudo, uma mulher infiel vai além, pois ela dissolveria a família e acabaria com os laços da natureza, já que daria ao homem filhos que não são dele. Dessa forma, o recato feminino seria também importante, pois assim ela se manteria fiel ao marido, como afirma Carvalho (2003). Acerca do julgamento da mulher, Rousseau expõe:

Não basta portanto que a mulher seja fiel e sim que assim seja julgada por seu marido, por seus próximos, por todo mundo; importa que seja modesta, atenta, reservada, e que apresente aos olhos de outrem, como aos seus próprios, o testemunho de sua virtude (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 419- 420).

Assim, era dever da mulher sempre apresentar um bom comportamento, agradar ao companheiro e ter uma boa reputação aos olhos dos outros. O que as pessoas pensam ao seu respeito é tão importante quanto o que ela é efetivamente, pois sua honra não estaria apenas na sua conduta, mas também no que o marido e a comunidade pensam a respeito dela. O homem, por outro lado, apenas precisaria agir bem e não dependeria do juízo público, como pode ser verificado no trecho abaixo:

Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens: não basta que sejam estimáveis, cumpre que sejam estimadas; não basta que sejam belas, é preciso que agradem; não basta que sejam bem comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar um dia por infame seja um dia honesta. O homem, agindo bem, não depende senão de si e pode desafiar o juízo público; mas a mulher, agindo bem só cumpre metade de sua tarefa, e o que pensam dela lhe importa tanto quanto o que é efetivamente (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 423).

Como podemos ler nesse excerto, a reputação seria algo muito importante para as mulheres e mais: um dos deveres delas nessa proposta rousseauiana. A seguir, comentamos outros deveres também fundamentais para a mulher, como o ser esposa, a maternidade e o cuidado do lar. Segundo Kehl (2008), nesse ideal de feminilidade, o único destino para todas as mulheres seria ser mãe.

1.4.3 Esposa, mãe e do lar

Segundo Nunes (2000), Rousseau, em seu projeto, privilegia algumas características que considera importantes para o bom funcionamento do casal. Uma delas seria que as mulheres fossem economicamente dependentes dos homens, para se dedicarem apenas à família. Assim, para que elas pudessem sobreviver, seria preciso que os homens dessem aquilo de que elas necessitassem. Contudo, eles deveriam estimá-las dignas disso, o que geraria uma dependência também do valor que eles dessem a elas, dos sentimentos deles, do caso que eles fazem dos seus encantos e das suas virtudes.

Com isso, desde crianças as mulheres deveriam ser educadas para ser esposas que agradam, que são úteis e honradas aos maridos. Seria também dever da mulher “educá-los

jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce” (ROUSSEAU, [1762] 1973 p. 424). Esses seriam deveres do sexo feminino, ensinados desde a infância e que estariam presentes ao longo de toda a sua vida, os quais não deveriam ser questionados pelas mulheres.

Além disso, Rousseau ([1762] 1973) também aborda a importância de uma função complementar entre o casal. Assim, o dever do homem seria trabalhar na esfera pública e o da mulher, ser a responsável pelo cuidado do lar, dos filhos e do marido. Sampaio (2010, p. 29), ao comentar essa perspectiva, constata que “com Rousseau (1762) se desenha, então, um forte retrato literário da família moderna então nascente, na qual o homem é o provedor e a mulher ocupa o posto de rainha do lar”.

Kehl (2008), ao tratar da relação entre mulher, espaço doméstico e maternidade, na feminilidade proposta por Rousseau, enuncia que

A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade (KEHL, 2008, p. 48).

Dessa forma, seria por conta da particularidade do seu corpo que a mulher estaria destinada a um único lugar social e à maternidade, não podendo exercer outras funções sociais. Diante dessa perspectiva rousseuniana, Nunes (2000) considera que é interessante notar como a maternidade exigiria das mulheres sacrificar seus anseios, seus projetos, seus direitos pessoais, civis, em nome dos filhos e do marido, por isso: “a ideia de que o ideal de feminilidade supõe que a mulher sacrifique qualquer desejo em nome do marido e dos filhos passa então a ganhar cada vez mais força” (NUNES, 2000, p. 77).

Portanto, haveria nessa nova descrição da feminilidade a concepção de que a mulher deveria ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças, subjugação e encontrar prazer naquilo a que era destinada. Para Nunes (2000), até aquele momento nunca se insistira tanto sobre a necessidade de sacrifício materno:

Toda mãe tem de sacrificar sua vontade e seu prazer para o bem da família. Os discursos médicos exaltavam a capacidade feminina para o sacrifício. Faz-se um elogio daquelas que morrem para salvar a vida dos filhos e do marido. Aprofunda-se a ideia de que mulher que se sacrifica retira desse sofrimento um importante *quantum* de prazer. Na glória de tornar-se mártir, a mãe sofre e goza (NUNES, 2000, p. 80).

Para Kehl (2008, p. 58), Rousseau foi o “grande propagandista das virtudes do amor materno com a publicação do seu *Emílio*, em 1762”. Como abordamos neste capítulo, foi no livro quinto dessa obra que Rousseau descreveu a esposa adequada para Emílio, que serviu de modelo para a nova família burguesa.

Portanto, a partir de Rousseau criou-se um ideal de feminilidade, o qual ainda serve como referencial identificatório para mulheres na contemporaneidade, como afirmam Kehl (2008), Costa (2003), Nunes (2000) e Carvalho (2003). A partir disso, questionamos: o que a psicanálise tem a dizer sobre a subjetividade feminina, sobre tornar-se mulher, sobre a feminilidade? Ela serviu para caucionar ou para questionar esse modelo presente a partir do século XVIII e XIX? No próximo capítulo, apresentamos as contribuições de Freud sobre essas questões.

CAPÍTULO 2

FREUD E A MULHER: OS IMPASSES DA SEXUALIDADE FEMININA

Com a criação de um novo modelo de feminilidade, constitui-se um ideal que serviu para normatizar, para regular, a conduta de muitas mulheres, surge também, no século XIX, a histeria, que, segundo Kehl (2008), é a expressão (possível) da experiência das mulheres diante dos ideais tradicionais de feminilidade que entraram em desacordo com as aspirações das mulheres enquanto sujeitos.

Foi a partir da escuta do sofrimento psíquico das histéricas que Freud fundou a psicanálise. Assim, desde o início dos seus estudos, ele se deparou com a mulher e seus conflitos, o que permitiu que Freud construísse uma teoria sobre a sexualidade feminina. Segundo Nunes (2000), o perfil feminino construído por Freud começa a ser desenvolvido principalmente a partir da formulação da sua teoria sobre a sexualidade feminina. Dessa forma, neste capítulo, abordamos a feminilidade a partir de Freud. Para isso, analisamos as teses freudianas sobre a sexualidade feminina e suas contribuições para a construção de um perfil feminino.

É importante considerar que as contribuições que a psicanálise trouxe para a compreensão da sexualidade foram bastante revolucionárias, já que, para a ciência do século XIX, esse conceito estava atrelado à biologia e à reprodução. Foi com o seu conceito de pulsão, introduzido em 1905 nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, que Freud colocou a sexualidade no domínio das representações psíquicas e do prazer. Assim, a pulsão, definida como uma força constante, na fronteira entre o psíquico e o físico, busca a satisfação em diferentes objetos, diferenciando-se do instinto. Nesse contexto, as perversões não seriam fenômenos anormais, mas seriam importantes para a constituição da sexualidade.

Nunes (2000) enuncia que a teoria freudiana rompe com o dispositivo “perversão-degenerescência-hereditariedade”, que norteou as formulações psiquiátricas do século XIX. Dessa forma, sua concepção de sexual se afastaria de uma perspectiva biológica e hereditária. Contudo, a respeito da sexualidade feminina, Freud não foi inovador. Segundo Nunes (2000, p. 172), nas suas primeiras teses, ao explicar como o bebê se torna homem ou mulher,

[...] Freud acabou por reintroduzir o naturalismo que criticava, vinculando a construção de gêneros a diferenças anatômicas entre os sexos. É na anatomia que ele vai buscar as bases para pensar, inicialmente o processo de sexuação de homens e de mulheres.

Podem-se destacar dois momentos importantes sobre a sexualidade feminina ao longo da obra freudiana. O primeiro momento se refere ao período de 1905 até o início dos anos de 1920. Freud, nesse período, pensa a sexualidade feminina a partir do masculino. O segundo momento, após 1920, é quando ele passa a atribuir uma especificidade à sexualidade feminina.

Para pensarmos esse primeiro período, abordamos dois textos de Sigmund Freud que, segundo Silvia Nunes (2000), autora do livro “O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade”, serão fundamentais para a compreensão da sexualidade feminina. Os textos freudianos, para esse primeiro percurso teórico, são: “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905, e “Sobre as teorias sexuais das crianças”, de 1908.

Em um segundo momento, para a compreensão da concepção freudiana apresentada após 1920, abordamos os seguintes textos: “A organização genital infantil” (1923a), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924a), “Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (1925), “Sexualidade feminina” (1931) e “Feminilidade” (1933 [1932]), os quais Regina Neri (2005) qualifica, em seu livro “A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade”, como fundamentais para a compreensão do tornar-se mulher e do feminino a partir da construção fálico-edípica. Nunes (2000), por sua vez, afirma que, nesse segundo momento, Freud formula uma nova concepção da diferença entre os sexos, além de propor um novo modelo de desenvolvimento libidinal para as mulheres.

2.1 O MONISMO SEXUAL

Freud, ao realizar estudos sobre o desenvolvimento da sexualidade humana e sobre as diferenças entre o tornar-se mulher e tornar-se homem, apresenta duas proposições que serão fundamentais para uma compreensão da sexualidade feminina na primeira tópica. A primeira proposição é a existência de uma libido masculina que estaria presente tanto em meninos quanto em meninas. A segunda é a fantasia infantil da existência de apenas um único sexo. Essas proposições fizeram com que algumas autoras, como Chasseguet-Smirgel (1988), Nunes (2000), Neri (2005), denominassem de monismo sexual esse primeiro momento da teoria freudiana.

Assim, é em seu artigo “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905, que Freud afirma que a natureza da libido seria masculina, independentemente se ocorresse no sexo feminino ou no masculino, como podemos ler abaixo:

A rigor, se soubéssemos dar aos conceitos de “masculino” e “feminino” um conteúdo mais preciso, seria possível defender a alegação de que a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina, quer ocorra no homem ou na mulher, e abstraindo seu objeto, seja este homem ou mulher (FREUD, 1905, p. 207).

A libido teria essa natureza masculina, “pois a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si um alvo passivo” (FREUD, 1905, p. 207). Assim, a atividade autoerótica das zonas erógenas seria idêntica em ambos os sexos, o que permitiria Freud (1905) afirmar que na infância não haveria uma diferenciação sexual como a que se estabelece na puberdade.

Dessa forma, o que também seria idêntico tanto nos meninos quanto nas meninas seria a zona erógena, já que, para Freud (1905), o clitóris seria uma zona genital homóloga a dos meninos. É nesse órgão que há as descargas espontâneas de excitação sexual, as quais são expressas em contrações do clitóris e não na vagina, o que demonstraria o aspecto ativo e, portanto, masculino de sua sexualidade.

As próprias crianças, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, atribuiriam uma genitália idêntica para ambos os sexos e as próprias teorias sexuais infantis girariam em torno da genitália masculina: “a suposição de uma genitália idêntica (masculina) é a primeira das mais notáveis e momentosas teorias sexuais infantis” (FREUD, 1905, p. 184). Assim, o clitóris seria um autêntico substituto do pênis.

Em 1908b, Freud em seu texto “Sobre as teorias sexuais das crianças”, aborda a questão da presença de apenas um órgão sexual nas teorias sexuais de meninos e meninas. Segundo Freud (1908b), a existência de dois sexos entre os seres humanos não seria um ponto de partida, para as crianças, ao pesquisarem sobre os problemas sexuais, já que em suas lembranças mais antigas sempre existiu um pai e uma mãe que “assinalam suas diferenças com sinais externos muito óbvios” (Freud, 1908b, p. 193). Desta forma, a diferença sexual não seria algo importante para determinar a diferença entre homens e mulheres ou entre um pai e uma mãe, pois, Como afirma Ceccarelli (2010), a primeira classificação ocorreria a partir da “função social do sexo”.

A teoria infantil de que todos, inclusive as mulheres, possuem um pênis, surge quando a criança se depara com a chegada de um novo bebê na família. As perdas dos carinhos dos pais e a realidade de que terá de compartilhar seus bens com o recém-chegado fazem-na elaborar certos questionamentos. O primeiro grande problema seria “de onde vêm os bebês?”. O fato de os pais responderem a esse questionamento com narrativas, como a da “cegonha”, faz com que as crianças percebam um grau de inverdade nessa história. Diante disso, as

crianças passam a produzir diversas teorias sexuais, e a primeira delas é a atribuição de um pênis a todas as pessoas, inclusive às mulheres (FREUD, 1908b).

A partir desta perspectiva monista da sexualidade, em que haveria uma libido masculina e uma zona erógena idêntica em homens e mulheres, a masculina, alguns autores como McDougall (2001), Nunes (2000) e Birman (2001) e Sigal (2009) afirmam que Freud analisa a sexualidade da mulher a partir do modelo da sexualidade masculina. Sobre esta questão, Birman (2001, p. 181), em seu livro “Gramática do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise”, afirma que

O ser da mulher poderia ser revelado, na sua positividade e negatividade, por uma especulação em relação ao homem. Seria por comparação e até mesmo por subtração que o ser da mulher poderia ser elucidado a partir da condição masculina (BIRMAN, 2001, p. 181).

Nesse sentido, Birman (2001) assevera que a figura do homem seria o paradigma para a leitura do feminino nesse primeiro momento da obra freudiana. O autor também declara que o discurso freudiano sobre a mulher sempre evocou o enigma da feminilidade (numa época em que a figura do masculino era mais evidente), fato que permitiria que o feminino fosse mais bem esclarecido.

Sigal (2009), por sua vez, em sua obra “Escritos metapsicológicos e clínicos: clínica psicanalítica”, ao abordar a questão freudiana de que a sexualidade do menino seria o ponto de partida para se pensar a sexualidade, questiona como teria sido a teoria freudiana se ele tivesse tomado a mulher como ponto de referência. A autora sustenta que, ao tomar o “masculino” como ponto de referência do gênero humano, algumas categorias epistemológicas são instituídas, o que permite ao pensamento percorrer determinados caminhos e não outros.

Para discutir esses outros caminhos que poderiam ter sido percorridos na teoria freudiana para se pensar a sexualidade feminina, abordamos, no próximo capítulo, a perspectiva de Joyce McDougall (2001), que nos encaminha a uma reflexão sobre a sexualidade feminina e a feminilidade.

É importante frisar que, apesar de Freud, nesse primeiro momento, pensar a sexualidade da mulher a partir da sexualidade do homem, ele pressupõe a existência de uma diferença de essência entre os dois sexos, como afirmam Nunes (2000) e Neri (2005). Essa perspectiva pode ser verificada nos *Três ensaios*, no qual Freud declara que desde a infância

já se pode reconhecer nas crianças as disposições masculinas e femininas. Contudo, em relação às meninas, ele defende que:

O desenvolvimento da inibição da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão etc.) ocorre nas garotinhas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos; nelas, em geral, a tendência ao recalçamento sexual parece maior, e quando se tornam visíveis as pulsões parciais da sexualidade, elas preferem a forma passiva. Mas a atividade autoerótica das zonas genitais é idêntica em ambos os sexos, e essa conformidade suprime na infância a possibilidade de uma diferenciação sexual como a que se estabelece depois da puberdade. Com respeito às manifestações autoeróticas e masturbatórias da sexualidade, poder-se-ia formular a tese de que a sexualidade das meninas tem um caráter inteiramente masculino (FREUD, 1905, p. 207).

Observamos que nesse trecho Freud (1905), ao mesmo tempo em que aborda uma passividade, uma inibição sexual para as meninas, afirma que a sexualidade delas apresentaria um caráter masculino, o que seria uma contradição nessa formulação. Nunes (2000), ao comentar esse paradoxo, afirma que Freud pressupõe uma espécie de essência feminina, em que vergonha, repugnância, piedade e passividade estariam presentes. Contudo, também aborda que a atividade autoerótica seria a mesma em ambos os sexos, e a sexualidade feminina possuiria um caráter masculino.

Para autores como Joel Birman (2001), Regina Neri (2005) e Silvia Nunes (2000), essa contradição nas formulações freudianas é fruto da herança de dois sistemas diferentes de pensamento: a tradição iluminista e a teoria aristotélica galênica do sexo único. Assim, Freud se inscreve em uma tradição iluminista que concebe uma diferença de essência entre os dois sexos, em que o feminino é considerado de natureza passiva e o masculino, de natureza ativa. A pulsão e os comportamentos ativos das meninas seriam sinais de sua masculinidade.

Essa concepção pôde ser observada quando abordamos, no capítulo anterior, o ideal de feminilidade presente na proposta de Rousseau. Como já analisado, foi em seu livro “Emílio, ou da educação” que o filósofo propôs como essência às mulheres a passividade, a docilidade, o recato, estabelecendo, por meio da personagem Sofia, o que Kehl (2008) denominou de um paradigma do ideal de feminilidade.

Por outro lado, ao analisar a concepção monista da sexualidade de que haveria na fantasia infantil a existência de apenas um único órgão sexual, o pênis, visão presente tanto no texto freudiano de 1905 quanto no de 1908b, Freud aparece como herdeiro do pensamento ocidental antigo que, como abordamos em capítulo anterior, pressupõe a existência de apenas um único sexo em homens e mulheres, o masculino. Assim, desde a Antiguidade Clássica até o século XVII, com o paradigma do sexo único, acreditava-se que ambos não seriam diferentes em termos biológicos, ou seja, as mulheres teriam os mesmos órgãos que os

homens, contudo, em lugares errados, pois eles estariam invertidos, fato que as tornava imperfeitas, enquanto os homens seriam perfeitos, o que levaria à existência de uma hierarquia vertical entre homens e mulheres. Sobre essa herança no discurso freudiano, Birman (2001, p. 184) sustenta que

O discurso freudiano repetiu, portanto, num momento histórico posterior, o que o discurso anatômico realizou até o século XVII, isto é, estudou o psiquismo pelo paradigma masculino da perfeição, deduzindo daí o feminino, pela consideração de sua imperfeição.

É importante ressaltar que, apesar de já existir na teoria freudiana a concepção de pulsão para se pensar a sexualidade humana, opondo-se às teses essencialistas e biologizantes da sexualidade, Freud acaba trazendo em sua teoria sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres heranças da tradição iluminista e da teoria aristotélica galênica do sexo único, como comentado acima. A seguir, analisamos como essas heranças ainda estão presentes na tese freudiana, quando este formula uma tese sobre a transformação da menina em mulher.

2.1.1 Da menina para a mulher: a mudança de zona erógena

Freud (1905, p. 184) afirma que, para ocorrer a compreensão da transformação da menina em mulher, deve-se acompanhar as vicissitudes da excitabilidade do clitóris que ocorrem durante a puberdade. Sobre o clitóris, enquanto zona dominante, Freud (1905, p. 208) sustenta: “tudo o que pude averiguar pela experiência sobre a masturbação nas meninas relacionou-se com o clitóris, e não com as partes da genitália externa que são posteriormente significativas para as funções sexuais”. Portanto, de acordo com Freud (1905), a menina terá uma atitude ativa em sua sexualidade, que será vivenciada por meio da estimulação clitoridiana.

Contudo, na puberdade, enquanto no menino há um avanço da libido e uma supervalorização sexual, na menina há uma onda de recalçamento que atinge a sexualidade do clitóris, sucumbindo, desta forma, sua sexualidade masculina e ocasionando uma inibição sexual. É quando o ato sexual é permitido que ocorre a excitação do clitóris e a transferência desta excitabilidade para a vagina, mudando de zona erógena. Sobre essa mudança, Freud (1905, p. 209) assevera:

Nessa mudança da zona erógena dominante, assim como na onda de recalçamento da puberdade, que elimina, por assim dizer, a masculinidade infantil, residem os

principais determinantes da propensão das mulheres para a neurose, especialmente a histeria. Esses determinantes, portanto, estão intimamente relacionados com a natureza da feminilidade.

Assim, a mudança de zona erógena e o recalçamento da sexualidade masculina estariam relacionados com a feminilidade. Para Nunes (2000), Freud, nesse primeiro momento da sua teoria, ao descrever o desenvolvimento sexual da mulher, fixa-a em uma determinada posição que está de acordo com o seu ideal feminino. Assim, quando a menina percorre um determinado caminho, tem como finalidade última o abandono da sua sexualidade excessiva, masculina, tornando-se receptiva, passiva, dotada de maior capacidade de sacrifício, verdadeiramente feminina.

Regina Neri (2005, p. 179), por sua vez, ao comentar essa formulação freudiana sobre a sexualidade feminina, afirma que, se Freud supõe um feminino verdadeiro que a mulher deve alcançar e que essa condição está relacionada com um órgão anatômico, a vagina, “é porque ele articula ainda a diferença sexual à diferença anatômica e supõe o masculino e o feminino como essência”. Dessa maneira, o destino feminino seria abdicar de uma posição ativa para uma posição passiva, assim como abdicar do prazer do clitóris, considerado não natural e masculino, em nome do prazer do sexo genital, a vagina, que é destinada à reprodução e considerada feminina. Isso indica que, nesse primeiro momento da elaboração freudiana, há um ideal feminino ligado à passividade e à reprodução (NERI, 2005).

É interessante verificar que Freud, já nesse mesmo período, trouxe em sua tese uma sexualidade plástica que não estaria voltada para a reprodução, mas para o prazer, rompendo com a moral vigente da época. Consequentemente, rejeitou uma concepção biologizante da sexualidade genital, tornando-se alvo de várias críticas por sua tese tão inovadora. Além disso, desde os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905) já apresenta a importância da relação da criança com os pais para o desenvolvimento da sexualidade infantil, abrindo a possibilidade para existir nos sujeitos humanos, como afirma Nunes (2000, p. 176), “potencial para variedade de formas femininas e masculinas de ser, relativamente independentes do sexo biológico”.

Contudo, ao realizar um estudo sobre a sexualidade feminina, Freud parece retomar as concepções presentes nos séculos XVIII e XIX, em que a mulher teria como essência a passividade. Nesse sentido, como abordamos no capítulo anterior, Kehl (2008) considera que foram nesses séculos que houve a produção de discursos cujo objetivo foi o de promover a adequação entre as mulheres e um conjunto de atributos denominado de feminilidade. Para a

autora, Rousseau, no século XIX, dominou toda a produção de saberes sobre a mulher e criou uma teoria, na qual existiria uma relação de complementaridade entre marido e esposa, em que um deveria ser ativo e forte, enquanto o outro, passivo e fraco.

2.2 FREUD E A SEXUALIDADE FEMININA APÓS 1920

Nos textos desenvolvidos por Freud a partir de 1920, observamos uma mudança em sua teoria sobre a diferença sexual entre homens e mulheres e sobre a sexualidade feminina. Como podemos verificar anteriormente, a sexualidade masculina serviu como modelo para Freud pensar a sexualidade feminina. A partir desses novos textos, a sexualidade feminina será pensada com uma dinâmica e especificidade próprias.

A seguir, comentamos cinco textos freudianos elaborados após 1920, os quais serão fundamentais para a construção dessa compreensão, a saber: “A organização genital infantil” (1923), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924a), “Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (1925), “Sexualidade feminina” (1931) e “A feminilidade” (1933).

2.2.1 Falo: o operador da diferença sexual

É em seu texto “A organização genital infantil”, de 1923, que Freud realiza uma reinterpretação da sua teoria sobre a sexualidade infantil, principalmente no que se refere ao monismo sexual. Enquanto naquele texto de 1905, Freud considerava que existia nas fantasias infantis a universalidade do pênis; neste novo texto, de 1923, há uma ênfase na falta do pênis e na castração, já que a distinção será entre aqueles que possuem o pênis e os considerados castrados. De acordo com Neri (2005), clitóris e pênis deixam de ser simétricos e passa a haver uma oposição entre o pênis e o ser castrado.

Freud (1923a) afirma que, na organização genital infantil, haveria apenas um único sexo, o masculino, existiria, portanto, uma primazia não dos genitais, mas do falo. Dessa forma, ele formula uma nova fase da sexualidade, a fase fálica. Em suas palavras:

Ao mesmo tempo, a característica principal dessa “organização genital infantil” é sua *diferença* da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o

masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo* (FREUD, 1923a, p. 160, grifos do autor).

Assim, com essa primazia do falo, se antes havia o reconhecimento de um monismo sexual, haverá a substituição para o monismo fálico. Para desenvolver sua concepção sobre a primazia do falo, Freud (1923a) retoma em seu texto a ideia de que existiria inicialmente apenas um órgão genital em ambos os sexos.

Assim, a distinção entre homens e mulheres não é atribuída pelo menino a partir da distinção dos órgãos genitais. Ela ocorre quando o menino começa a fazer algumas pesquisas em outras pessoas, por ocasião do surgimento de uma curiosidade em comparar sua parte do corpo, que é tão excitável, com a dos outros, momento em que ele percebe que nem todos possuem essa parte do corpo, por exemplo, uma irmãzinha. As crianças, ao verificarem essa ausência, rejeitam o fato e acreditam que o pênis ainda crescerá. Com o passar do tempo, consideram que o pênis já esteve lá, mas foi retirado. A falta desse órgão é resultado da castração (FREUD, 1923a).

Inicialmente a criança apenas acredita que as mulheres que não possuem o pênis são aquelas consideradas como desprezíveis. Mulheres que elas respeitam, como a mãe, são possuidoras do pênis. No entanto, quando a criança retoma o problema da origem e o nascimento dos bebês e verifica que somente as mulheres podem “dar à luz”, a mãe passa a ser considerada como não possuidora do pênis. Dessa forma, haveria na fase fálica uma antítese que caracterizaria meninos e meninas: possuir um órgão genital masculino e ser castrado, como observamos neste excerto:

No estágio da organização pré-genital sádico-anal não existe ainda questão de masculino e feminino; a antítese entre ativo e passivo é a dominante. No estágio seguinte da organização genital infantil, sobre o qual agora temos conhecimento, existe *masculinidade*, mas não *feminilidade*. A antítese aqui é entre possuir um órgão genital *masculino* e ser *castrado*. Somente após o desenvolvimento haver atingido seu completamento, na puberdade, que a polaridade sexual coincide com *masculino e feminino*. A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade (FREUD, 1923a, p. 163, grifos do autor).

Nessa afirmativa freudiana, verificamos que, na sexualidade infantil, há primeiramente uma antítese entre ativo e passivo, com isso, não há uma distinção em relação aos sexos, mas uma bissexualidade infantil. Com a entrada da criança na fase fálica, existe a masculinidade, mas não a feminilidade, ou seja, há apenas o reconhecimento de um único sexo, o masculino. Aqueles que não possuem o órgão genital masculino foram castrados. A feminilidade ocorrerá apenas na puberdade, quando há a combinação da masculinidade com

sujeito, atividade e posse do pênis, e da feminilidade com objeto e passividade. Em suma, como resume Sigal (2009), as fases pré-genitais seriam marcadas por ativo-passivo, a fase genital infantil, por fálico-castrado e a genitalidade adulta, que se constitui apenas na puberdade, por feminino-masculino.

Para Nunes (2000), essa teoria construída após 1920 se diferencia da presente na primeira tópica freudiana, pois, se no monismo sexual as crianças acreditavam na universalidade do pênis, visto que o clitóris seria homólogo ao pênis, fato que negaria a diferença sexual; na nova teoria, elas vão aos poucos percebendo que o pênis não existe em todos os seres vivos, como nas meninas, pois como punição elas foram castradas. Nesse sentido, Nunes (2000, p. 187) afirma que “na fase fálica a presença ou ausência do falo se tornaria o principal critério infantil de elaboração da diferença de gêneros”.

Neri (2005), ao comentar esse texto de 1923, afirma que o falo seria o operador da diferença sexual, pois a questão seria ter ou não ter o falo. Nessa diferença sexual, apenas existiria um único sexo, o masculino, e a oposição sexual ocorreria não em termos de masculino-feminino, mas em termos de masculino e castrado. Assim, a sexualidade feminina não seria mais simétrica à masculina, no entanto teria uma especificidade. Seria a partir do operador fálico que meninos e meninas se situariam diferentemente, e a mulher, nesse contexto, estaria destinada ao polo castrado.

Segundo Sigal (2009), em todos os trabalhos futuros de Freud sobre a sexualidade, o falo será o organizador tanto para o feminino quanto para o masculino. Dessa forma, quando a criança vai se constituindo como sujeito sexuado, a partir de uma desorganização perverso-polimorfa, terá no falo a função de organização. Essa é a premissa universal do falo.

Sigal (2009) também esclarece que, nesse texto de 1923, Freud amalgama a castração com a constituição da sexualidade. Assim, a sexualidade terá uma nova leitura a partir do Édipo e da castração. O complexo de castração teria duas vertentes: a ameaça de castração e a inveja do pênis. Dessa forma, a falta se presentifica como inveja nas mulheres e, no homem, como angústia por perder. O complexo de Édipo, por sua vez, está articulado com o desejo, não qualquer desejo, mas o desejo pelos pais. Com isso, o complexo de Édipo e de castração, quando articulados na teoria freudiana, determinam o destino da neurose e da subjetivação.

Freud desenvolve, de forma mais aprofundada, essa articulação entre fase fálica, complexo de castração e complexo de Édipo no seu texto de 1924. Neste, ele aborda as diferentes consequências no complexo de Édipo entre aqueles que são os possuidores do falo e os castrados, como analisamos a seguir.

2.2.2 Da diferença anatômica à diferença psíquica

Em “A dissolução do complexo de Édipo”, de 1924, Freud formula as diferenças que podem ser observadas no complexo de Édipo de meninos e meninas, além disso, articula a fase fálica, complexo de castração e complexo de Édipo, vinculação fundamental para o desenvolvimento infantil. Freud (1924a) inicialmente afirma que ainda não havia ficado claro o que ocasionava a destruição do complexo de Édipo, por isso desenvolve em seu texto como ocorre essa dissolução do complexo de Édipo nos meninos e nas meninas.

Dessa forma, ele explica que, na fase fálica, quando o menino se volta para os órgãos genitais, manipulando-os, é ameaçado pelos adultos de perder essa parte do corpo. Tal ameaça de castração passa ter uma possibilidade real quando o menino se depara com a região genital da menina sem o pênis. É também nesse período que há a atitude edipiana para com os pais, o que representa, segundo Freud (1924a), a totalidade da sua vida sexual. Com a ameaça de castração, surge um conflito entre seu interesse narcísico no órgão genital masculino e o investimento libidinal nos seus objetos parentais. Freud (1924a, p. 198) conclui que “trunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo”. Portanto, diante da ameaça de castração, ele renuncia o seu desejo edípico pela mãe.

Em seguida, Freud (1924a, p. 199), ao questionar como se realiza a destruição do complexo de Édipo nas meninas, afirma que “nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas”. Em meio a essa incerteza, Freud (1924) formula a sua compreensão sobre esse processo na menina.

Assim, retoma seu pensamento, presente nos textos de 1905 e 1908b, de que o clitóris se comporta exatamente como um pênis. Contudo, quando a menina compara essa parte do corpo com a do menino, sente-se injustiçada e inferiorizada. Para ela, em algum momento, possuiu um pênis igualmente grande, mas foi castrada. A menina, então, aceita a castração como um fato consumado, o que a difere do menino, que teme a castração.

Outra diferença seria em relação ao que levaria as meninas entrarem e saírem do Édipo. Assim, com o complexo de castração e a inveja do pênis, a menina entraria no complexo de Édipo, enquanto que, no menino, o complexo de castração levaria ao fim do Édipo. É importante considerar que a renúncia ao pênis não será tolerada sem uma compensação. Com isso, na relação com o pai, deseja receber um bebê como presente. Assim, ao longo de uma equação simbólica, haveria a substituição do desejo de ter um pênis pelo desejo de ter um filho. Como esse desejo jamais se realiza, o complexo de Édipo é gradativamente abandonado pela menina.

Para Neri (2005), a formulação da fase fálica, articulada ao complexo de Édipo e ao complexo de castração, permite que a perspectiva freudiana da sexualidade se distancie das referências anatômicas. Com isso, apesar de a identidade sexual não estar estabelecida, o tornar-se homem ou mulher seria fruto de um complexo trabalho psíquico, de uma construção, em que há as diferenças fundamentais entre o feminino e o masculino.

Assim, a construção fálico-edípica, em torno da qual se ordena a diferença sexual, está bastante presente nesse texto de 1924, o que o diferencia dos *Três ensaios*, no qual o complexo de Édipo era formulado em termos de uma atração natural do filho pela mãe e da filha pelo pai (NERI, 2005).

A seguir, analisamos o texto de 1925, no qual Freud desenvolveu de forma mais aprofundada alguns conceitos já introduzidos nesse texto de 1924, o que demonstra um avanço na teoria freudiana sobre a sexualidade feminina.

2.2.3 Complexo de Édipo, complexo de castração e inveja do pênis: a especificidade da sexualidade feminina

No seu artigo “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, de 1925, Freud passa a analisar a sexualidade feminina não mais a partir da masculina, pois reconhece que há uma especificidade na sexualidade das meninas. Em seu texto, ele enuncia:

Examinando as primeiras formas mentais assumidas pela vida sexual das crianças, habituamo-nos a tomar como tema de nossa investigação a criança do sexo masculino, o menino. Com as meninas, assim supúnhamos, as coisas deviam ser semelhantes, embora de um modo ou de outro, elas tenham, não obstante, de ser diferentes (FREUD, 1925, p. 282).

Freud (1925), ao analisar as diferenças da sexualidade em ambos os sexos, afirma que, no menino, o complexo de Édipo ocorre primeiro que o complexo de castração, pois a criança investe libidinalmente na mãe, tem o pai como seu rival e quer tomar o lugar deste. Essa atitude edípica nos meninos tem seu fim com o temor da castração. Nas meninas, por outro lado, o complexo de Édipo levantaria um problema a mais que nos meninos, visto que, em ambos os casos, a mãe é o objeto original de investimento amoroso, assim, a menina teria que abandonar esse objeto e ter o pai como objeto libidinalmente investido. Isso ocorre, pois elas notam que os meninos possuem um pênis de grandes proporções “e imediatamente o

identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis” (FREUD, 1925, p. 285).

Essa inveja do pênis tem como consequência um sentimento de inferioridade e um afrouxamento na relação afetiva da menina com o objeto materno, já que a mãe, responsável por colocá-la no mundo, é considerada também a responsável por sua falta de pênis. A menina, então, encontrará em seu pai a possibilidade de substituir essa falta, com isso, o amor passa a ser direcionado a ele. Dessa forma, o complexo de Édipo seria secundário na menina, pois primeiramente ocorre a constatação de que é castrada, e a consequente inveja do pênis. Assim, é o complexo de castração que permite que ela entre na triangulação edípica, o que a diferencia do processo que ocorre no menino, como certifica Freud:

Nas meninas, o complexo de Édipo é uma formação secundária. As operações do complexo de castração o precedem e preparam. A respeito da relação existente entre os complexos de Édipo e de castração, existe um contraste fundamental entre os dois sexos. *Enquanto nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração.* Essa contradição se esclarece se refletirmos que o complexo de castração sempre opera no sentido do implícito em seu conteúdo: ele inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade (FREUD, 1925, p. 289, grifos do autor).

Na sequência de seus escritos nesse texto, Freud (1925) esclarece que a diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos do sexo masculino e feminino é uma consequência da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida. Assim, enquanto na menina há uma castração que foi executada, no menino houve apenas ameaça. Essa constatação tem consequências psíquicas distintas nos sexos.

Ao refletir sobre essa perspectiva freudiana, Nunes (2000) afirma que o complexo de castração é o que marca definitivamente a distinção psíquica entre os sexos, ou seja, com a passagem pela castração, que se processa de forma diferente no homem e na mulher, a inscrição na ordem cultural de ambos os sexos se daria também de forma diferenciada. Então, ao vincular o complexo de castração à diferença sexual, Freud trata a diferença entre os sexos como uma construção psíquica, desvinculando-a da biologia.

É importante considerar que a partir da problemática da inveja do pênis, Freud (1925) permanece vinculado à sua concepção presente nos *Três ensaios*, de 1905, obra em que já afirmava que a mulher abandonaria a sua sexualidade masculina, ou seja, abandonaria a masturbação clitoridiana, o que seria uma condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade. Assim, Freud (1925) defende que a menina só deixaria essa atividade prazerosa, masturbação clitoridiana, por conta do “seu sentimento narcísico de humilhação ligado à

inveja do pênis” (FREUD, 1925, p. 288). Dessa forma, como afirma Birman (2001), a inveja do pênis será a marca eloquente do psiquismo feminino, marca da inferioridade genital, por ser despossuída da magnificiência do pênis.

McDougall (2001, p. 04), ao comentar a questão da inveja do pênis na tese freudiana, afirma que foi porque Freud interpreta a sexualidade feminina a partir de uma lente que tem por base a sexualidade masculina que ele considera a inveja apenas como destino da mulher e não considera uma possível inveja dos meninos em relação a vagina de uma menina e de sua capacidade de gerar filhos. Nas palavras da autora:

Insistia também em que, nessa linha de pesquisa, fora obrigado a tomar como ponto de partida seu saber acerca da sexualidade masculina. Com esse telescópio refrator nas mãos, não é de surpreender que “deduzisse” aquilo que, estava convencido, seria a resposta de uma menina: a extrema inveja do órgão visível e interessante do menino, bem como seu desejo de possuir um pênis dela própria. A noção de que os meninos também teriam inveja da vagina de uma menina, de sua capacidade de gerar filhos e de seu potencial de atração sobre o macho, precisamente porque ela *não* tinha pênis, não ocorreu a Freud, até onde sabemos (MCDUGALL, 2001, p. 04, grifo da autora).

É ainda nesse texto de 1925 que Freud concebe o superego da mulher como diferente do presente no homem, já que, no modelo masculino, é o temor da castração que permite o fim do complexo de Édipo e a formação do superego. Nas meninas, como não há um motivo para o fim do complexo de Édipo, já que ela se encontra castrada, não havendo o que temer, o seu superego não seria forte e, por isso, apresentaria uma moral pouco desenvolvida:

Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres – que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúdes influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade – todos eles seriam amplamente explicados pela modificação de seu superego que acima inferimos (FREUD, 1925, p. 290).

Portanto, é por meio da inveja do pênis e de um superego frágil que Freud (1925) justifica que a mulher é passiva, voltada para a maternidade como possibilidade de ter o pênis, possuidora de menor senso de justiça e influenciada por sentimentos ao realizar julgamentos. Essa perspectiva freudiana ajudou a reforçar toda uma concepção que existia sobre a mulher desde o Iluminismo, com o paradigma da diferença sexual, cujos filósofos, como Rousseau, defendiam que a mulher deveria ser educada para ser passiva, dócil, do lar e mãe.

Até nesse momento da teoria freudiana, a sexualidade feminina é pensada a partir de um referencial fálico-edípico. Abordamos, a seguir, como Freud começa a destacar a importância de uma nova fase, denominada de pré-edípica, como importante para a compreensão da sexualidade feminina.

2.2.4 A fase pré-edípica: uma possível perspectiva para além do falo

É em seu texto “Sexualidade feminina”, de 1931, que Freud aborda uma nova fase da sexualidade da menina, anterior ao Édipo, que será fundamental para a vida erótica da mulher, a fase pré-edípica. Segundo Neri (2005), Freud, em sua tarefa de apreender o feminino, depara-se com um para além do Édipo, ao se defrontar com uma outra cultura, além da cultura fálica, a cultura mino-micênica. Dessa forma, ele teria o desafio de formular uma teoria da sexualidade feminina para além da cultura fálica. Contudo, vemos, ao longo de seu texto, que Freud (1931) mantém a análise dessa fase sob o olhar do saber fálico.

A fase pré-edípica é caracterizada como uma fase em que há uma ligação exclusiva da menina com a mãe, além disso, é considerada original e a ligação com o pai é construída a partir dessa primeira relação. Partindo desse princípio, ele considera que se no relacionamento de uma menina com o pai há uma intensa ligação é porque houve uma ligação exclusiva com a mãe, igualmente intensa, apaixonada, o que faz Freud (1931, p. 239) concluir que “com exceção da mudança de seu objeto amoroso, a segunda fase mal acrescentará algum aspecto novo à sua vida erótica”.

Para Freud (1931), a fase pré-edípica servirá para explicar alguns fenômenos da vida sexual feminina que antes não haviam sido compreendidos. Sobre isso, ele cita o caso de mulheres que escolhem o marido conforme o modelo do pai e afirma que estas, na verdade, repetem na vida conjugal os relacionamentos com a mãe. Assim, o marido seria herdeiro da relação dela com a mãe e não com o pai.

Essa fase é tão importante, pois compreende as fixações e repressões da neurose, que Freud (1931) se questiona se o complexo de Édipo seria realmente o núcleo das neuroses. Em suas palavras:

De uma vez que esta fase comporta todas as fixações e repressões a que podemos fazer remontar a origem das neuroses, talvez pareça que deveríamos retratar-nos da universalidade da tese segundo a qual o complexo de Édipo é o núcleo das neuroses (FREUD, 1931, p. 240).

Contudo, Freud (1931) afirma que, na verdade, não há necessidade de fazer essa correção, pois se pode ampliar o complexo de Édipo de modo a incluir todas as relações das crianças com ambos os genitores. No caso das meninas, elas só atingiriam o complexo de Édipo positivo, ou seja, voltar seu amor ao pai, depois de ter superado o complexo negativo, que é um período anterior, no qual o amor da menina está voltado para a mãe.

É por esse amor inicial destinado à mãe que o complexo de Édipo seria mais complicado nas meninas, já que teria de haver uma mudança de objeto amoroso. Além disso, a mudança de zona genital – do clitóris para a vagina – também seria um motivo que tornaria o complexo de Édipo mais complicado. Diante dessa constatação, Freud (1931, p. 243) afirma: “Em outras palavras, à mudança em seu próprio sexo deve corresponder uma mudança no sexo de seu objeto”.

Na menina, essas mudanças, tanto de sexo quanto de objeto amoroso, ocorrem diante da constatação de que é castrada, o que a leva a se considerar inferior ao homem: “Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade, mas se rebela contra esse estado de coisas indesejável” (FREUD, 1931, p. 243).

Haverá, como consequência para o desenvolvimento sexual da mulher, três linhas de desenvolvimento: a frigidez e a inibição; o complexo de masculinidade; e o tornar-se feminina. Na primeira, a menina cresce insatisfeita com seu clitóris, o que a faz abandonar sua atividade fálica – masturbação clitoridiana – e sua sexualidade de modo geral. Na segunda linha de desenvolvimento, há a autoafirmação de sua masculinidade ameaçada, na tentativa de conseguir um pênis, que é o principal objetivo de sua vida. Esse complexo de masculinidade pode resultar em uma escolha homossexual. E, por fim, como consequência no desenvolvimento sexual da mulher, há o terceiro caminho, que é o responsável por levar a menina para a forma feminina do complexo de Édipo, que é a escolha do pai como objeto. Assim, haveria a substituição do desejo de ter um pênis, pelo desejo feminino de ter um filho do pai.

Nunes (2000), ao comentar essas três alternativas para o desfecho de castração feminino, assevera que nele não há nada de natural ou de dependente da anatomia. Contudo, ainda existe, na teoria freudiana, um percurso normal para a mulher, que culmina na maternidade, enquanto os outros percursos são patológicos. Além disso, a autora comenta que, na tese de Freud, no lugar de a mulher ser mãe por natureza, ela passa a ser mãe por “vocação libidinal”. Nas palavras de Nunes (2000, p. 194):

Se essas últimas teses freudianas não sustentavam que a mulher devia ser mãe por natureza, inauguraram uma nova forma de abordar o problema ao formular que a mulher deveria ser mãe por uma espécie de “vocação libidinal”, o que restringiria da mesma forma sua atuação ao espaço familiar e não ao espaço público.

Para Birman (2001), por sua vez, o discurso freudiano traz a maternidade como a “forma por excelência de realização do ser mulher” (BIRMAN, 2001 p. 25). Do ponto de vista libidinal, sem a maternidade, a mulher não seria efetivamente mulher e estaria no campo da anomalia e da própria patologia libidinal, afastada do encontro com a plena feminilidade, que ocorre com a assunção da maternidade.

Ainda sobre a fase pré-edípica, Freud (1931) também afirma que a rivalidade que é observada no complexo de Édipo entre a menina e sua mãe se origina na fase precedente, mas essa hostilidade apenas seria reforçada e explorada na situação edipiana. A partir dessa constatação, Freud (1931) questiona quais seriam os motivos para uma hostilidade dirigida à mãe, já que ela era um objeto tão intenso e exclusivamente amado, ocasionando, com isso, o seu afastamento do objeto materno?

Ele afirma que essa hostilidade e esse afastamento do objeto materno estão relacionados com a sexualidade infantil em geral. Primeiramente, ele comenta o ciúme que a criança tem de um irmão, uma irmã ou do pai. Como o amor infantil é ilimitado e exige a posse exclusiva, a criança não se contentaria com “menos do que tudo”, por isso não se apaziguaria em dividir a mãe com outros.

A atitude hostil para com a mãe também surgiria com o desapontamento da criança, por não obter uma satisfação completa. Além disso, a mãe seria aquela que, ao mesmo tempo, inicia a filha na fase fálica, ao realizar a limpeza da zona erógena, ocasionando suas primeiras sensações genitais, e também proíbe a masturbação. Assim, o impedimento de uma atividade sexual livre faz com que a menina se afaste da mãe. Por último, como motivo para a menina se afastar da mãe, há “a censura por a mãe não lhe ter dado um pênis apropriado, isto é, tê-la trazido ao mundo como mulher” (FREUD, 1931, p. 248).

Contudo, apesar de Freud (1931) comentar esses motivos, ele afirma que eles não seriam suficientes para justificar a hostilidade da menina para com a mãe. O possível motivo para a relação com a mãe parecer é o fato de essa relação ter sido a primeira, muito intensa, a qual resultou em desapontamentos (FREUD, 1931, p. 248).

Para Freud (1931), o afastamento da mãe seria algo importante para o desenvolvimento de uma menina, pois, junto com o afastamento, haveria o abaixamento dos

impulsos sexuais ativos, uma ascensão dos passivos e a transição para o objeto paterno, como podemos verificar em suas palavras:

Com o afastamento da mãe, a masturbação clitoridiana não raro cessa também, e, com bastante frequência, quando a menina reprime sua masculinidade prévia, uma parte considerável de suas tendências sexuais em geral fica também permanentemente danificada. A transição para o objeto paterno é realizada com o auxílio das tendências passivas, na medida em que escaparam à catástrofe. O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se ache restrito pelos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação que superou (FREUD, 1931, p. 253).

Como podemos observar nesse excerto, mais uma vez Freud (1931) repete a concepção de um caminho para a feminilidade, o qual é traçado a partir do abandono da masturbação clitoridiana, ou seja, dos impulsos sexuais ativos e também de uma parte de suas tendências sexuais em geral.

Neri (2005), ao comentar a passividade como destinada ao feminino na teoria freudiana, afirma que, apesar de Freud dissociar, em suas formulações, o binômio masculino-atividade/feminino-passividade, as vezes que o feminino está relacionado com a atividade, seja no gozo clitoridiano, seja pelas moções ativas sublimadas, essa perspectiva é sempre negativizada, pois é colocada como inveja do pênis, recusa da castração e da diferença sexual. Dessa forma, apesar de Freud afirmar que a libido pode ter modos de satisfação passivos e ativos, como na infância, em que menino e menina se encontram na posição de passividade na sua primeira relação com a mãe, Freud mantém sua tese de que uma libido ativa é de essência masculina. Assim, “a conjugação de uma lógica fálica com a tese de uma libido ativa de essência masculina conduz a que as moções ativas do feminino sejam interpretadas como reivindicação fálica, como se o feminino excluísse atividade” (NERI, 2005, p. 188).

2.2.5 A anatomia é o destino?

No artigo intitulado “Feminilidade”, publicado como a Conferência XXXIII, de 1933, Freud aborda os motivos que levariam a menina a se separar de um objeto tão investido, como a mãe. Além disso, aprofunda a análise das três linhas de desenvolvimento possíveis para a menina, ao se perceber castrada. Contudo, primeiramente demonstra como a perspectiva biológica dos sexos é insuficiente para explicar a masculinidade e a feminilidade.

Assim, nas primeiras páginas do seu texto, afirma que dificilmente alguém tem dificuldade em distinguir uma pessoa em homem ou mulher. Anatomicamente, homens e

mulheres apresentam certos órgãos reprodutores que ajudam afirmar essa distinção. Contudo, o que constitui masculinidade e feminilidade é algo que foge do alcance da anatomia. Muitas vezes, masculino e feminino são empregados como qualidades mentais, assim, quando nomeiam uma pessoa de homem ou mulher por comportar-se de maneira masculina em uma determinada situação e feminina em outra, isso, para Freud (1933[1932]), seria ceder à anatomia ou às convenções.

É também atribuído para masculino o significado de ativo e para o feminino o significado de passivo. No texto freudiano, há como exemplo dessa relação a célula sexual masculina, que é ativamente móvel e que busca a célula feminina, o óvulo, que espera passivamente. Contudo, Freud (1933 [1932]), ao se opor a essa ideia, assevera que existem animais em que as fêmeas são mais fortes e mais agressivas, e o papel do macho é cuidar do filhote. Assim, não se deve coincidir masculino com ativo e feminino com passivo. Para Freud (1933 [1932], p. 124),

Poder-se-ia considerar característica psicológica da feminilidade dar preferência a fins passivos. Isto, naturalmente, não é o mesmo que passividade; para chegar a um fim passivo, pode ser necessária uma grande quantidade de atividade. Talvez seja o caso de que numa mulher, com base na sua participação na função sexual, a preferência pelo comportamento passivo e por fins passivos se estenda à sua vida, em grau maior ou menor, proporcionalmente aos limites, restritos ou amplos, dentre dos quais sua vida sexual serve, assim, de modelo (FREUD, 1933 [1932], p. 124).

Dessa forma, a feminilidade estaria relacionada a uma preferência por fins passivos, o que não é o mesmo que dizer que há uma passividade. É importante destacar que Freud (1933 [1932]) segue seu texto afirmando que devemos ter cautela ao abordarmos a preferência das mulheres por fins passivos, pois não se pode “subestimar a influência dos costumes sociais que, de forma semelhante, compelem as mulheres a uma situação passiva” (FREUD, 1933c[1932], p. 125).

Vemos que, ao longo de vários textos freudianos que abordam a sexualidade feminina, apresentados neste capítulo, Freud não trabalha a importância dos costumes sociais para a compreensão da feminilidade. Destacamos que “Feminilidade” (1933[1932]) é um texto em que Freud apresenta essa perspectiva, o que nos faz considerar um avanço teórico-crítico, apesar de não abordá-lo de forma tão aprofundada, pois, segundo Freud (1933 [1932], p. 125), “tudo isso ainda está longe de uma elucidação”.

Acerca dos costumes sociais, Freud (1933 [1932], p. 125) afirma que

A supressão da agressividade nas mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino.

Assim, a falta de uma agressividade nas mulheres seria também consequência de uma imposição social que favorece o desenvolvimento de impulsos masoquistas. Apesar de, no referido artigo de 1933, Freud trazer essa concepção sobre os costumes sociais e a feminilidade, isso não o impede de, no mesmo texto, abordar a importância da maternidade – desejo da menina de ter um filho como substituto do pênis, por uma equivalência simbólica – e do casamento como meios para se alcançar a feminilidade, contribuindo, assim, com o pensamento existente a partir do século XIX, que buscava restringir a mulher à esfera doméstica, ao casamento e à maternidade, assunto abordado no capítulo anterior.

Reportando-nos novamente ao artigo “Feminilidade”, Freud (1933 [1932]) tenta compreender como há a diferenciação dos organismos vivos em dois sexos. Afirma que as mulheres, por possuírem genitais femininos, são logo caracterizadas como predominantemente femininas. Contudo, ele não concorda com essa perspectiva, dessa forma, a psicanálise não busca descrever o que é uma mulher, mas “indagar como uma mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada da disposição bissexual” (FREUD, 1933 [1932], p. 125). Segundo Nunes (2000), Freud, ao fazer essa afirmativa, coloca o discurso psicanalítico como antagônico ao discurso psiquiátrico e sexológico do século XIX, que tinha por objetivo dizer o que é a mulher, afastando-se de uma concepção naturalizadora.

2.2.6 O tornar-se mulher

Freud (1933 [1932]), em um contexto de reconhecimento da importância das suas colegas psicanalíticas, que trabalharam a distinção entre os sexos, comenta em seu texto que muitas delas afirmavam que existia muito preconceito sobre o feminino por parte dos analistas homens e que isso era responsável pela parcialidade desses psicanalistas. No entanto, ao abordar essas críticas, Freud (1933[1932]) afirma que parte daquilo que era teorizado sobre as mulheres não se aplicaria a essas psicanalistas, já que elas seriam exceção, por serem mais masculinas do que femininas.

Dessa forma, essa afirmativa freudiana nos faz pensar que, apesar de Freud (1933[1932]) avançar na compreensão do feminino, ao se diferenciar de uma perspectiva

biologizante e naturalizadora sobre como a mulher se forma, ele continua marcado pela herança iluminista, pois constrói em sua teoria um caminho “normal” para a feminilidade, que culminaria na maternidade. Talvez essa herança continue muito presente em sua teoria, visto que a grande maioria das mulheres de sua época era, de fato, voltada para a maternidade e o casamento. Segundo a teoria freudiana, as psicanalistas eram uma exceção, ele as considerava masculinas e não femininas, já que não seguiram o caminho para a feminilidade. Certamente, se Freud estivesse presente em nossa época, em que as mulheres conquistaram direitos, como o de trabalhar no espaço público, assumindo vários cargos, ele iria rever sua teoria, como várias vezes fez em diversos assuntos ao longo da sua obra.

Sobre a perspectiva freudiana da diferença sexual entre meninos e meninas, nesse artigo de 1933, Freud assevera que, nas fases iniciais do desenvolvimento libidinal, ambos os sexos atravessam da mesma maneira essas fases, diferenciando-se apenas em um determinado momento da fase fálica. Assim, a agressividade presente na fase sádico-anal está presente tanto em meninos quanto em meninas, não deixando nada a desejar nas meninas. Se antes da fase fálica existia alguma diferença entre os sexos, nessa fase ambos serão bastante semelhantes. Isso faz com que Freud (1933[1932], p. 126) afirme que a “menininha é um homenzinho” nesse período do desenvolvimento, pois, assim como nos meninos há a obtenção de prazer por meio do pênis, nas meninas as sensações prazerosas são obtidas pelo seu “diminuto clitóris”, órgão equivalente ao pênis (FREUD, 1933[1932], p. 127).

Com a mudança para a feminilidade, o clitóris transfere sua sensibilidade para a vagina. Portanto, há uma mudança de zona erógena. Isso a diferenciaria do menino, já que nele não ocorre essa alteração. Podemos constatar que Freud (1933[1932]), nesse texto, retoma sua concepção do monismo sexual presente nos “Três ensaios da teoria da sexualidade”, pois novamente considera a existência de apenas um único sexo tanto em meninos quanto em meninas, o masculino, já que o clitóris seria homólogo ao pênis.

Nesse artigo de 1933, Freud novamente aborda a mudança de objeto amoroso nas meninas durante a fase fálica e novamente se questiona sobre essa mudança. Conforme o próprio autor,

Surge então a questão de saber como isto ocorre: particularmente, como é que a menina passa da vinculação com sua mãe para a vinculação com seu pai? Ou, em outros termos, como passa ela da fase masculina para a feminina, à qual biologicamente está destinada? (FREUD, 1933[1932], p. 127).

Freud (1933 [1932]) inicia seus argumentos para responder a esses questionamentos, comentando primeiramente a relação pré-edípica da menina com a mãe. Assim, ele retoma, nesse artigo de 1933, a importância da fase pré-edípica, um estágio preliminar tão rico e tão duradouro, que Freud (1933[1932]) diz ter a impressão de que a mulher apenas pode ser compreendida a partir da valorização dessa fase de vinculação pré-edípica à mãe.

Dessa forma, é importante uma compreensão da natureza das relações libidinais da menina com a mãe. Tais relações persistem nas três fases da sexualidade infantil e assumem as características das diferentes fases, com isso, se expressam por desejos orais, sádico-anais e fálcos, os quais são passivos e ativos.

Para Freud (1933[1932]), tais desejos podem ser chamados de masculinos e femininos, caso queiram relacionar com a diferenciação do sexo, que surge depois, contudo, essa comparação deve ser evitada. Assim, esses desejos são ambivalentes, pois possuem tanto uma natureza carinhosa, quanto hostil e agressiva. Um desejo da menina em relação à mãe que, segundo Freud (1933[1932]), claramente se expressa (no período da fase fálica) é o desejo de ter um filho do objeto materno.

Ainda sobre a fase pré-edípica, Freud (1933[1932]) destaca a fantasia de sedução presente na pré-história edípica das meninas, só que o sedutor não seria mais o pai, como ocorre no complexo de Édipo das meninas, mas a mãe. Todavia, dessa vez “a fantasia toca o chão da realidade”, já que a mãe, ao realizar a higiene corporal da criança, estimulou e até despertou pela primeira vez nos genitais da criança as sensações prazerosas (FREUD, 1933[1932], p. 129).

Diante dessa poderosa vinculação entre a mãe e a menina, Freud (1933[1932]), assim como fez no texto de 1931, mais uma vez questiona o que levaria ao fim essa relação e assevera que o destino da menina é uma vinculação com o pai. Ele destaca que o afastar-se da mãe é algo que ocorre acompanhado de hostilidade, e a vinculação com a mãe terminaria em ódio. Em suas palavras: “Esse passo no desenvolvimento não envolve uma simples troca de objeto. O afastar-se da mãe, na menina, é um passo que se acompanha de hostilidade; a vinculação à mãe termina em ódio” (FREUD, 1933[1932], p. 130). Freud (1933[1932]), então, comenta as acusações e queixas que a menina faz em relação à mãe.

Na primeira, a censura é feita como falta de amor, pois a mãe deu à criança muito pouco leite. A avidez da criança por aquele que foi o seu primeiro alimento é insaciável e, dessa forma, ela nunca supera o sofrimento de perder o seio materno. A segunda acusação ocorre com o surgimento de um novo bebê e ela também está relacionada com a frustração oral, já que a mãe não pode mais oferecer o leite à criança, pois tem que alimentar o recém-

nascido. Todos os outros cuidados maternos que foram perdidos também serão importantes para a queixa contra a mãe. Assim, a chegada do novo rival faz a criança sentir que “foi destronada, espoliada, prejudicada em seus direitos; nutre um ódio ciumento em relação ao novo bebê e desenvolve ressentimentos contra a mãe infiel” (FREUD, 1933[1932], p. 131). O terceiro motivo para que a criança realize queixas e acusações contra a mãe se dá na fase fálica, quando esta proíbe, com ameaças severas, a atividade prazerosa com os genitais. Ao apresentar em seu texto esses três motivos, Freud (1933[1932], p. 132) afirma que

Daria para pensar que estas são razões bastantes para fazer com que a menina se afaste de sua mãe. Se assim for, seria de julgar que a desavença decorra inevitavelmente da natureza da sexualidade infantil, do caráter ilimitado de suas exigências de amor e da impossibilidade de realizar seus desejos sexuais. Na verdade, poder-se-ia pensar que essa primeira relação amorosa da criança está destinada à dissolução pelo próprio motivo de ser a primeira, pois essas primeiras catexias objetais são, habitualmente, em grau elevado ambivalentes.

Por conseguinte, além desses três motivos, Freud (1933[1932]) levanta outras hipóteses sobre o que levou ao fim a relação amorosa da menina tão intensa com a mãe. Assim, haveria o fato de ser a primeira relação e também marcada pela ambivalência, já que um amor intenso está sempre presente com uma tendência à agressividade. Além disso, quanto mais uma criança ama seu objeto, mais ela apresenta desapontamentos e frustrações dirigidas a ele. Outra hipótese seria a restrição e as coerções que a criança sofre com a educação, o que provoca nela uma inclinação à rebeldia e à agressividade.

Contudo, todos esses motivos também estão presentes na relação da mãe com o menino, os quais, mesmo assim, não afastam o menino do seu objeto materno. Apenas algo específico na relação com a menina, ou que não esteja presente da mesma forma na relação com os meninos, explicaria a separação da menina com o objeto materno. Freud (1933[1932]) afirma que acredita ter encontrado o motivo específico, o qual se situaria no complexo de castração, pois as meninas responsabilizaram suas mães pela falta de pênis nelas e, dessa forma, se afastariam desse primeiro objeto amoroso.

Freud (1933[1932]), então, analisa a diferença entre meninos e meninas. No menino, quando ele se depara com os genitais femininos e se lembra das ameaças feitas quando brincava com seus genitais, ele se depara com o temor da castração. Na menina, por sua vez, ao verem os genitais do sexo oposto, sentem-se injustiçadas e se tornam vítimas da inveja do pênis. Assim, “esta deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação do seu caráter” (FREUD, 1933[1932], p. 133).

Nesse texto, Freud (1933[1932]) novamente retoma a ideia de três linhas de desenvolvimento possíveis para a menina, ao perceber que é castrada: inibição à sexualidade ou à neurose, modificação do caráter, no sentido de um complexo de masculinidade e, por último, feminilidade normal.

Birman (2001) ao comentar esses diferentes percursos da figura feminina, afirma que eles corresponderiam a diferentes posições subjetivas diante do terror da castração. Dessa maneira, haveria, na tese freudiana, uma ruptura com o determinismo natural presente nas concepções neuropatológicas e uma abertura para a história da subjetividade. Assim, existiriam diferentes maneiras de a subjetividade se articular diante do terror da castração, o que nos permitiria afirmar que estamos diante da causalidade histórica e não da causalidade natural, na qual o indeterminismo substitui o determinismo na leitura da subjetividade.

A respeito das três linhas de desenvolvimento na menina, ao perceber que é castrada, e sobre as consequências que a inveja do pênis causará na menina, Freud (1933[1932], p. 134-135) assevera:

[...] ora, devido à influência de sua inveja do pênis, ela perde o prazer que obtinha da sua sexualidade fálica. Seu amor próprio é modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino e, em consequência, renuncia à satisfação masturbatória derivada do clitóris, repudia seu amor pela mãe e, ao mesmo tempo, não raro reprime uma boa parte das suas inclinações sexuais em geral. Seu afastamento da mãe, sem dúvida, não se dá de uma só vez, pois, no início, a menina considera sua castração como um infortúnio individual, e somente aos poucos estende-a a outras mulheres e, por fim, também à sua mãe. Seu amor estava dirigido à sua mãe fálica; com a descoberta de que sua mãe é castrada, torna-se possível abandoná-la como objeto, de modo que os motivos de hostilidade, que há muito se vinham acumulando, assumem o domínio da situação. Isso significa, portanto, que como resultado da descoberta da falta de pênis nas mulheres, estas são rebaixadas de valor pela menina, assim como depois o são pelos meninos, e posteriormente, talvez, pelos homens.

Como podemos observar na leitura desse trecho, é por conta do complexo de castração e conseqüente inveja do pênis que a menina, além de renunciar à masturbação clitoridiana, reprime boa parte das inclinações sexuais em geral. Além disso, é pela comparação com o pênis muito superior do menino que o seu amor próprio se modifica. O seu afastamento da mãe ocorre quando a criança descobre que sua mãe também é castrada, pois seu amor estava dirigido à mãe fálica.

A menina, então, volta-se para o pai com o desejo de possuir o pênis. Contudo, para Freud (1933[1932], p. 136): “[...] a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar de pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica”. Nesse contexto, verificamos que Freud (1933[1932])

atrela a feminilidade à maternidade, designando o último como “caminho normal” para a mulher.

Birman (2001) comenta a importância da maternidade na teoria freudiana a partir da afirmação de que, enquanto a inibição sexual e a virilidade estariam no polo da anormalidade e da patologia, a maternidade representaria o polo da normalidade. Dessa forma, a modalidade de subjetivação esperada para a mulher seria o ser mãe, já que, diante do horror da castração e da ausência do falo, a maternidade seria o caminho para a instalação do pênis, que estava representado na figura da criança.

O autor também afirma que o falo representa a figura da perfeição, e é por meio dele que o sujeito poderia atingir a plenitude e a completude subjetivas. Nesse sentido, “o ideal do sujeito passaria necessariamente pela perfeição, sendo o falo sua condição concreta de possibilidade” (BIRMAN, 2001, p. 208). Aqueles que seriam possuidores do falo se enalteceriam e quem se concebesse como não possuidor seria diminuído no seu valor.

Birman (2001) explica que, na equivalência estabelecida entre falo e pênis, o homem seria o possuidor do falo, enquanto a mulher, um ser faltante e, por isso, teria inveja do pênis/falo. Tal concepção (referida no trecho acima), de uma valorização daqueles que possuem o pênis/falo, fica clara quando Freud (1933, p. 135) afirma que “como resultado da descoberta da falta de pênis nas mulheres, estas são rebaixadas de valor pela menina, assim como depois o são pelos meninos, e posteriormente, talvez, pelos homens”, além disso, declara também que o amor próprio das meninas seria modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino. Desse modo, verificamos uma valoração daquele que é possuidor do falo na teoria freudiana.

Nesse mesmo artigo, Freud trata novamente o pênis como um órgão anatômico de perfeição, quando comenta a diferença na satisfação da mãe ao ter um filho do sexo masculino ou feminino, conforme podemos verificar abaixo:

A diferença na reação da mãe ao nascimento do filho ou de uma filha mostra que o velho fator representado pela falta de pênis não perdeu, até agora, a sua força. A mãe somente obtém satisfação sem limites na sua relação com seu filho menino; este é, sem exceção, o mais perfeito, o mais livre de ambivalência de todos os relacionamentos humanos (FREUD, 1933, p. 122, grifo meu).

Para Birman (2001), pela mediação do falo, Freud apresenta a sua herança da Antiguidade, em que existiria uma hierarquia entre os sexos, na qual o polo masculino representaria a perfeição, e o feminino, a imperfeição. Assim como na concepção antiga, na teoria freudiana, o feminino poderia atingir a perfeição ao possuir o falo ou ser o falo,

perdendo sua condição de falta. Dessa forma, a mulher poderia alcançar a perfeição por meio da maternidade, pois teria o falo a partir do filho. Outra forma de atingir a perfeição seria por meio da sedução, a qual seria uma situação “mais bastarda e menos nobre”, ao fazer de conta que seria o falo (BIRMAN, 2001).

Ao analisar a feminilidade, Freud (1933) afirma que, diante do seu órgão inferior e da consequente inveja do pênis, a mulher teria uma vaidade física que serviria como uma compensação por sua inferioridade sexual original. Além disso, também atribui à feminilidade uma maior quantidade de narcisismo, que afeta a escolha objetal da mulher, pois há maior necessidade de ser amada que de amar. Haveria também na sua conduta a vergonha, uma característica feminina, que teria por finalidade uma ocultação da sua deficiência genital.

Outra consequência da inveja do pênis seria o pouco senso de justiça, já que a reivindicação de justiça seria uma elaboração da inveja e forneceria a condição sob a qual se poderia renunciar a ela. Além disso, as mulheres seriam mais débeis em seus interesses sociais e possuidoras de menor capacidade de sublimar os instintos do que os homens.

A respeito dessa concepção freudiana, Nunes (2000) defende que é por meio da ideia de inveja do pênis e do superego frágil que Freud acaba caucionando todo um imaginário sobre o sexo feminino, que é considerado como rebelde e perigoso, mantendo seu caráter patológico. Assim, a autora conclui que “a mulher freudiana é mais narcísica, invejosa, ciumenta, débil em seus interesses sociais e possuidora de menor capacidade de sublimar seus instintos” (NUNES, 2000, p. 197).

É interessante notar que, após Freud (1933[1932], p. 143) elaborar essas afirmativas sobre a mulher, ele assevera que sua teoria da sexualidade feminina “certamente está incompleta e fragmentada, e nem sempre parece agradável” e sugere que quem queira conhecer mais sobre a feminilidade que consulte os poetas ou espere pelos avanços da ciência, para que ela “possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes” (FREUD, 1933[1932], p. 143).

Freud (1933[1932]), portanto, parece encerrar seu artigo comentando as suas dificuldades para tratar da sexualidade feminina já que, para ele, esse seria um enigma, como comentou anteriormente nesse mesmo texto (FREUD, 1933[1932], p. 139). Sobre o discurso freudiano a respeito da mulher, Birman (2001) afirma que Freud sempre evocou o enigma da feminilidade. Dessa forma, a feminilidade seria algo da ordem do enigmático e do quase indizível. Para o autor: “isto quer dizer, portanto, que a figura da mulher estava sendo concebida por Freud como inconsistente e obscura” (BIRMAN, 2001 p. 182).

Foi a partir de Freud que pudemos pensar em um tornar-se mulher e não em uma sexualidade feminina já estabelecida a partir do sexo biológico. Todavia, Freud, ao conceber a sexualidade a partir de um operador fálico, como afirma Birman (2001), pensa o sexo feminino como aquele que busca o tão desejado pênis/falo e para o qual a maternidade representa a possibilidade de realização desse desejo, o que reforça todo um pensamento sobre a mulher, presente a partir do século XIX, de que ela estaria destinada à maternidade.

Nesse contexto, o tornar-se mulher seria um ponto enigmático, um continente obscuro para Freud, contudo, suas contribuições a respeito do Édipo, da bissexualidade psíquica, da fase pré-edípica e de outros conceitos inovadores foram importantes para que autores pós-freudianos pensassem sobre a mulher. A seguir, analisamos as contribuições de McDougall sobre a sexualidade feminina.

CAPÍTULO 3

AS CONTRIBUIÇÕES DE JOYCE MCDUGALL SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA

A revisão da teoria psicanalítica nos levou ao encontro de psicanalistas mulheres que pensassem, a partir da sua própria clínica psicanalítica, as concepções freudianas de mulher, feminilidade e maternidade. Uma das razões para tomar esse caminho foi a observação de Maria Rita Kehl (2008), a qual articula a ideia de que Freud não poderia ter analisado em seu tempo um tipo de mulher que não existia, ou seja, a mulher que pode realizar seu desejo de trabalhar para conseguir seu sustento ou de participar da vida pública.

Esse percurso nos levou a Joyce McDougall, psicanalista que, segundo Ceccarelli (1997), ocupa um lugar de destaque na psicanálise contemporânea. Sobre a sexualidade feminina, ela postula, a partir de sua própria clínica, a existência de três desejos femininos distintos: o sexual, o maternal e o profissional. Em suas palavras:

A menininha vai querer identificar-se com sua mãe não apenas em sua maternidade, mas também em suas relações amorosas e sexuais, frequentemente devaneando acerca do homem (tipicamente moldado a partir da imagem do pai) que um dia será seu amante, seu marido e pai de seus filhos (MCDUGALL, 2001, p. 11).

Para além da teoria freudiana, mas partindo dela, McDougall (2001) retoma os dois últimos textos mais significativos de Freud sobre as mulheres e apresenta uma concepção de mulher valorizada, que não se encontra nas teses freudianas.

Em sua obra “As Múltiplas faces de Eros: uma exploração psicoanalítica da sexualidade humana”, McDougall (2001) dedica o capítulo “feminilidade e sexualidade” à discussão de questões relacionadas à sexualidade feminina. A autora inicia o referido capítulo falando do fascínio que Freud tinha pelo mistério do sexo feminino e do quão revolucionário ele foi ao escutá-las e considerar o que elas diziam, em uma época tão falocrática. Foi por escutar Ana O., Lucy R., Irma, Emmy Von N., Dora, Katarina e outras, que ele concebeu o conceito de inconsciente. Contudo, foi alvo de várias críticas ao abordar a sexualidade feminina, tornando-se, na visão de McDougall (2001), vulnerável nessa área.

McDougall (2001) realizou uma releitura das teses freudianas sobre esse tema, trazendo uma significativa contribuição a respeito da constituição da sexualidade feminina e da feminilidade. É importante destacar que a autora utilizou o conceito de bissexualidade na compreensão das questões relacionadas à sexualidade feminina. Abordamos esse conceito a

partir do seu livro “Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica”, além disso, utilizamos também, para nos ajudar nesse percurso, o livro “Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise”, o qual foi importante para uma compreensão da relação primordial entre mãe e bebê. Por último, analisamos o artigo “Teoria sexual e psicanálise”, o qual traz importantes contribuições para a compreensão da sexualidade feminina. Na sequência desta discussão, adentramos a perspectiva de McDougall sobre a sexualidade feminina e feminilidade.

3.1 A CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA DA MENINA E AS VICISSITUDES EM SEU DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL:

Para McDougall (2001), Freud, por utilizar a sexualidade masculina como modelo para analisar a sexualidade feminina, só poderia conceber, em sua tese, que a menina teria uma extrema inveja do órgão visível do menino e desejaria possuir um pênis. Assim, foi por conta desse telescópio refrator – a sexualidade masculina – que Freud não considerou que a inveja do pênis é apenas uma explicação parcial das dificuldades da menina em seu percurso para se tornar uma mulher adulta. Além disso, os meninos também teriam sua própria forma de inveja do pênis, característica que não é, portanto, algo específico da menina.

McDougall (2001) esclarece que podemos observar essa inveja do pênis nos meninos quando eles consideram que seus pênis são muito pequenos em comparação com os dos seus pais. A crença de que seu pênis é menor pode persistir na vida adulta, se baseada na fantasia inconsciente de que o sexo paterno é o adequado, o que pode ocasionar “sintomas neuróticos e angústias, com a mesma frequência com que estes ocorrem na vida sexual da mulher jovem, se esta se agarra inconscientemente à temível fantasia de ser um menino castrado” (MCDUGALL, 2001, p. 05).

McDougall (2001) também chama a atenção para algo presente em sua experiência clínica: a admiração e a inveja do corpo e da sexualidade da mãe, que são sentidas pelo menino. Esses sentimentos seriam similares à inveja e à admiração que a menina tem do pênis e das proezas sexuais de seu pai. Assim, para as crianças de ambos os sexos, a mãe também corporificaria o poder mágico de atrair o pênis do pai e de fazer os bebês desejados pelos genitores.

Nesse momento, é importante lembrarmos, como afirma McDougall (2001, p. 05), que falo (que nos ritos itifálicos gregos é o pênis em estado de ereção), a partir de um conceito etimológico, não é “símbolo do órgão sexual masculino, mas sim da fertilidade, da

completude narcísica e do desejo sexual”. Falo, em inglês, é muitas vezes usado para significar pênis, contudo, para McDougall (2001), quando igualam pênis com falo, há, na verdade, uma atitude falocêntrica que está oculta. Assim, não se pode confundir o símbolo (falo) com o objeto parcial, pois se pode toldar a pesquisa de questões capitais à masculinidade e à feminilidade.

McDougall (2001), também considera que a inveja do órgão visível do menino seria apenas uma das preocupações da menina, pois a configuração anatômica da menina pequena apresenta vicissitudes específicas em seu desenvolvimento psicosssexual. Sobre esta questão, McDougall (2001) desenvolve a concepção de que na menina a vagina é uma porta de entrada em seu corpo, e pode ser igualada, no inconsciente, a outras regiões corporais, como o ânus, a boca e a uretra, como se depreende das palavras da autora:

Uma vez que, em essência, seu sexo é uma porta de entrada em seu corpo, a vagina está fadada a ser igualada, no inconsciente, ao ânus, à boca e à uretra e, portanto, é passível de partilhar tanto os investimentos libidinais sádicos e masoquistas quanto as fantasias que essas zonas implicam (MCDUGALL, 2001, p. 07).

Portanto, McDougall (2001) partilha da mesma concepção de outras psicanalíticas, como Melanie Klein e Karen Horney, que defendem a existência de sensações vaginais na menina antes da puberdade, contrapondo-se à concepção freudiana.

Freud (1905), nos *Três ensaios*, concebe que é somente na puberdade que há a transferência da excitação do clitóris para a vagina, ocorrendo, assim, uma mudança de zona erógena e, dessa forma, um abandono da masculinidade na criança do sexo feminino, que se torna passiva e feminina.

McDougall (2001), ao tratar sobre a anatomia do órgão genital feminino e suas vicissitudes psicosssexuais, considera que a menina pequena (e frequentemente a futura mulher) tem maior probabilidade do que o menino de temer que seu corpo seja considerado sujo, já que existem essas confusões zonais e, também, o fato anatômico de não possuir um órgão visível que possa ser controlado e verificado. Há também aquela mulher que, quando já é adulta, “experimenta seu corpo como um continente obscuro no qual monstros anais e orais espreitam” (MCDUGALL, 2001, p. 07).

Contudo, McDougall (2001) destaca que boa parte da representação inconsciente que a menina tem de seu corpo e de seus genitais é reflexo da importância libidinal e narcísica que a mãe dá para o eu físico e psicológico de sua filha. Além disso, deve ser também considerada

a forma como a mãe transmitiu para a menina os seus próprios temores inconscientes, relacionados às suas funções sexuais e corporais.

A autora também chama a atenção para as comunicações não verbais sensuais e para as comunicações verbais entre mãe e filha, que serão determinantes para que o erotismo oral triunfe sobre a agressão oral e que os impulsos eróticos anais predominem sobre os impulsos sádicos anais ou para que haja uma combinação entre eles.

Para McDougall (2001), outro aspecto do destino anatômico feminino se relaciona com a experiência autoerótica. A menina cria uma representação imprecisa dos seus genitais ou os considera zonalmente condensados, já que não consegue verificá-los. Em relação às sensações sexuais, ela também tem dificuldade de localizá-las, dessa forma, sensações clitoridianas, vaginais, uretais, acabam sendo confundidas, o que, de acordo com McDougall (2001), tem repercussões nas fantasias femininas relacionadas à masturbação.

3.2 A BISSEXUALIDADE E A SEXUALIDADE FEMININA

Uma das formulações mais relevantes presentes na obra de McDougall (2001), a qual será fundamental para a compreensão da constituição da feminilidade é o conceito de bissexualidade. Para a autora:

Ser ao mesmo tempo homem e mulher, pleno da magia branca e negra de cada um; ser, portanto, objeto do desejo dos dois, ser em si mesmo pai e mãe, e até mesmo engendra-se a si próprio – quem, no coração infantil não terá querido? (MCDUGALL, 1983, p. 54).

Desta forma, todos já queremos na infância *ser* os dois sexos e *ter* os dois genitores como objeto sexual. Contudo, tivemos que aceitar que nunca seremos os dois gêneros e que seremos apenas metade da constelação sexual, além de que, na crise edípica temos que chegar a um acordo com as dimensões homossexuais e heterossexuais e com a impossibilidade de possuir qualquer dos genitores (MCDUGALL, 2001). Por conta disso, a bissexualidade é considerada pela autora como uma das graves feridas narcísicas da infância.

Embasada na teoria freudiana, McDougall (2001) retoma esse conceito tão importante para a construção do psiquismo dos sujeitos. Antes de analisarmos a perspectiva da autora, realizamos um breve comentário sobre o conceito de bissexualidade em Freud.

3.2.1 Bissexualidade na perspectiva freudiana

Quem sugeriu o termo bissexualidade a Freud foi o seu amigo Wilhelm Fliess. Segundo Ribeiro (2009), provavelmente Fliess apresentou o conceito de bissexualidade a Freud pela primeira vez em 1897. Foi por conta das divergências em relação a esse conceito que houve o término da amizade entre os dois.

De acordo com Jorge (2007), a discussão entre eles ocorreu a partir do momento em que discordaram sobre a relação entre bissexualidade e recalque. Fliess defendia a ideia de que o homem recalcaria elementos femininos, enquanto a mulher recalcaria elementos masculinos. Conseqüentemente, o recalque estaria de acordo com o sexo biológico, ou seja, o sexo biológico prevaleceria e engendraria os processos psíquicos ligados ao recalque. Freud, por outro lado, defendia que bissexualidade seria uma disposição psicológica responsável pelas diferentes escolhas de objeto, homossexual e heterossexual, escolhas essas que existiriam, ambas, em diferentes quantidades, em todos os sujeitos.

Ribeiro (2009) também afirma que, apesar de esse termo aparecer constantemente na obra de Freud, não existe um artigo que seja específico sobre esse tema. Para a autora, pode-se pensar que foi por conta da dificuldade de Freud em abordar a questão da feminilidade e psicosexualidade feminina que ele também teve dificuldade para trabalhar com esse conceito, já que a bissexualidade psíquica é composta por duas vertentes dialéticas e indissociáveis, feminilidade e masculinidade.

Delouya (2003), por sua vez, afirma que Freud se preocupou com a questão da bissexualidade nas neuropsicoses durante quarenta anos, ou seja, de 1897 até o seu grande testamento clínico de 1937. Dessa maneira, a suspeita do papel fundamental da bissexualidade nas neuropsicoses já estava presente em 1900, em “A interpretação dos sonhos”, de Freud. Em 1905, verificamos que nos “Três ensaios da teoria da sexualidade” Freud (1905) já abordava a importância desse conceito para o entendimento da sexualidade humana. Em suas palavras:

Desde que me familiarizei com a noção de bissexualidade, passei a considerá-la um fator decisivo e penso que, sem levá-la em conta, dificilmente se poderá chegar a uma compreensão das manifestações sexuais efetivamente no homem e na mulher (FREUD, 1905, p. 208).

Em 1909, Freud descobre o elo entre a bissexualidade e a ambivalência afetiva primordial, ao analisar o caso do “Homem dos ratos”. Desde a primeira sessão com esse paciente, Freud (1909), diante de um ato falho daquele, descobre uma moção homossexual predominante.

Contudo, ao longo do tratamento, verifica-se que, ao mesmo tempo em que há essa demanda amorosa, há também o desprezo ao pai. Com a descoberta da ambivalência afetiva originária, Freud, em 1913, a insere em seu texto “Totem e tabu”. Isso fica claro no seguinte trecho, em que ele comenta o amor e o ódio sentidos pelos filhos, em relação ao pai totêmico:

[...] a tumultuosa malta de irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que podemos perceber em ação nos complexos-pai ambivalentes de nossos filhos e de nossos pacientes neuróticos. Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem se livrado dele, satisfeito o ódio e posto em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir e assim o fez sob a forma de remorso (FREUD, 1913, p. 151).

Segundo Delouya (2003), com o assassinato do pai, há a possibilidade de elaboração da ambivalência afetiva, ou seja, uma transformação econômica da bissexualidade, já que, em um primeiro momento, a frustração imposta pelo pai e a dependência de seus favores os colocam em uma situação polarizada – bissexual – de amor e ódio. Assim, em um segundo momento, a moção homossexual é transformada em uma identificação horizontal entre os irmãos em torno da lei paterna.

Freud (1920), em seu artigo “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, a partir da análise de sua paciente, faz considerações sobre a bissexualidade como importante para o entendimento da sexualidade, não apenas dos homossexuais, mas de todos os sujeitos. Nesse contexto, ele afirma que “em todos nós no decorrer da vida, a libido oscila normalmente entre objetos masculinos e femininos” (FREUD, 1920, p. 161) e, logo em seguida, acrescenta: “[...] uma medida muito considerável de homossexualismo latente ou inconsciente pode ser detectada em todas as pessoas normais” (FREUD, 1920, p. 174). Assim, ao comentar a escolha do objeto amoroso de sua paciente, que continha tanto o ideal masculino como o ideal feminino, ele deixa claro que a bissexualidade é universal nos seres humanos, como podemos concluir com base neste excerto:

Assim, sua última escolha correspondia não só ao ideal feminino, como também ao masculino; combinava a satisfação da tendência homossexual com a da tendência heterossexual. É bem sabido que a análise de homossexuais masculinos em numerosos casos revelou a mesma combinação, o que deveria nos alertar contra formarmos uma concepção demasiado simples de natureza e gênese da inversão e mantermos em mente a bissexualidade universal dos seres humanos (FREUD, 1920, p. 160).

Como neste trabalho pretendemos destacar a importância da bissexualidade na teoria freudiana para uma interlocução com a perspectiva de McDougall sobre esse tema na constituição da sexualidade feminina, não abordamos a questão da bissexualidade com as controvérsias entre o biológico e o psíquico, já que a amplitude desses aspectos nos levaria a percorrer outros caminhos. Desse modo, analisamos a bissexualidade em Freud como importante para desenvolvimento edípico, como significativa para a compreensão da identificação da criança com a masculinidade e feminilidade, e como relevante para a psicosexualidade.

Assim, examinamos o terceiro capítulo de “O Eu e Id”, no qual Freud (1923b) abordou a importância da bissexualidade no complexo de Édipo. Contudo, antes de discutir tal questão nesse artigo, ele analisou a relação entre o investimento objetual e a identificação com o objeto quando este é perdido. Para Freud (1923b), quando ocorre a perda do objeto, como na melancolia, o investimento objetual é substituído pela identificação do sujeito com o objeto, ocorrendo uma alteração no ego. Assim, a libido do objeto transforma-se em libido narcísica. Ele também afirma que esse processo é muito frequente nas fases primitivas de desenvolvimento e muito importante para a constituição egoica, como atesta o próprio autor: “[...] o caráter do eu é um precipitado dos investimentos objetuais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (FREUD, 1923b, p. 36).

Desse modo, na primitiva infância já ocorre o processo de identificação. A primeira e a mais importante identificação é a que acontece em relação ao pai, em sua pré-história pessoal. Sobre essa fase, Freud (1923b) afirma: “esta não parece ser, à primeira vista, resultado ou consequência de um investimento objetual; é uma identificação direta, imediata, mais antiga do que qualquer investimento objetual” (FREUD, 1923b, p. 39). Contudo, quando há as primeiras escolhas objetuais, no primeiro período sexual, as quais são em relação aos pais, ocorre o processo de identificação como consequência de um investimento no objeto, reforçando, então, o primeiro processo identificatório acontecido anteriormente. A seguir, analisamos de forma mais detalhada esse assunto que, segundo Freud (1923b), se torna mais complicado por conta do caráter triangular da situação edípica e da bissexualidade constitucional de cada sujeito.

O complexo de Édipo simplificado de uma criança do sexo masculino, em que há o desejo sexual em relação à mãe, e o pai é percebido como um rival, terá como consequência para sua demolição o abandono do objeto que foi investido, a mãe, e uma intensificação da identificação com o pai. Diante dessa questão edípica, Freud (1923b) argumenta:

Graças à dissolução do complexo de Édipo, a masculinidade no caráter do menino experimentaria uma consolidação. De modo inteiramente análogo, a postura edípica da menina pode resultar num fortalecimento (ou no estabelecimento) de sua identificação com a mãe, que fixa o caráter feminino da criança (FREUD, 1923b, p. 40).

Nesse trecho, Freud (1923b) destaca como importante o processo de identificação com os pais na triangulação edípica, para que a masculinidade e a feminilidade sejam consolidadas no menino e na menina. Essa identificação não é a que geralmente é esperada, já que o objeto abandonado não foi introduzido no ego. Freud (1923b), então, assevera que esse processo pode acontecer como na menina que, ao abandonar o pai como objeto de amor, põe sua masculinidade como proeminente e identifica-se com ele (objeto que foi perdido) e não com a mãe, como geralmente acontece.

Mas o que determinaria uma identificação com o pai ou com a mãe como vicissitude do complexo de Édipo? Para Freud (1923b), seria a bissexualidade: “o desenlace da situação edípica numa identificação com o pai ou mãe parece depender, em ambos os sexos, da relativa força das duas disposições sexuais” (FREUD, 1923b, p. 41). É por conta também da bissexualidade que Freud (1923b) enuncia que o complexo de Édipo simplificado não seria a sua forma mais comum, este serviria apenas para fins práticos de esquematização. Dessa forma, a bissexualidade faz com que o complexo de Édipo completo seja dúplice, positivo e negativo.

Diante disso, no complexo de Édipo completo do menino, ao mesmo tempo em que há uma atitude ambivalente para com o pai e uma atitude afetuosa direcionada à mãe, a criança do sexo masculino também se conduziria como uma menina, já que “comporta-se como uma garota, exhibe a terna atitude feminina com o pai e, correspondendo a isso aquela ciumenta e hostil em relação à mãe” (FREUD, 1923b, p. 41).

Para Freud (1923b), a bissexualidade seria o elemento complicador que impediria o desenvolvimento de uma visão clara dos fatos relacionados às primeiras escolhas de objeto e às identificações. Ele ainda argumenta que o responsável pelo desenvolvimento da ambivalência demonstrada na relação com os pais pode ser a bissexualidade e não a identificação com o pai, que acontece por conta da rivalidade da criança com este, como o próprio autor já havia comentado antes.

Sobre a dissolução do complexo de Édipo completo, Freud (1923b) afirma que “na dissolução do complexo de Édipo, as quatro tendências nele existentes se agruparão de forma tal que delas resultará uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe” (FREUD, 1923b, p. 42). Dessa forma, na identificação paterna, a mãe continua sendo o objeto amoroso,

preservando, assim, a relação de objeto do complexo positivo e substituirá a relação de objeto com o pai, que fazia parte do complexo negativo invertido, processo também válido quando há a identificação materna. Portanto, haverá a preponderância de uma ou de outra das duas disposições sexuais.

Como afirma Delouya (2003), a bissexualidade originária seria um substrato sobre o qual se processa o Édipo. Seria ela, nesse momento da teoria freudiana, a responsável pela identificação com o pai ou com a mãe, resultando no fim do complexo de Édipo.

Ribeiro (2009), ao comentar em sua tese a importância do conceito de identificação na obra freudiana, defende a ideia de que as identificações seriam marcas do primeiro e intenso amor dirigido à mãe e ao pai. Freud, por sua vez, em 1921, já afirmava que “a identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo” (FREUD, 1921, p. 109).

Diante dessa afirmativa freudiana, a autora destaca que o inconsciente biparental também deve ser levado em consideração. Ele seria como uma complexa rede de identificações bissexuais, femininas e masculinas, a qual é matéria-prima para a identificação da criança com o casal parental. McDougall (2001) aborda de forma aprofundada essa importância do inconsciente bissexual dos pais para a constituição da feminilidade. A seguir, analisamos as contribuições de McDougall para a construção do conceito de bissexualidade, no sentido de compreender o desenvolvimento da sexualidade feminina.

3.2.2 Bissexualidade a partir de McDougall

No seu livro “Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica”, McDougall (1983) define a bissexualidade nos seguintes termos: “a bissexualidade é um fantasma, um ideal, um sonho, ou até mesmo um pesadelo; sonho da criança incestuosa face à cena primitiva, da criança que busca reencontrar a onipotência anterior à queda” (MCDUGALL, 1983, p. 55). Nesse sentido, segundo Silva (2011), Joyce McDougall, ao se debruçar sobre o conceito de bissexualidade, eleva-o, explicitamente, ao estatuto de um ideal narcísico de completude.

McDougall (1983) afirma que o recurso a um ideal bissexual significaria um *recuo* diante da angústia de castração ligada aos desejos proibidos de natureza tanto hétero, como homossexual, contudo, também seria um recuo frente à castração narcísica que é impregnada de sentimentos de exclusão e impotência.

Para a autora é importante considerar que a bissexualidade também tem seus precursores, desta forma, ela defende a tese de que o ideal hermafrodita estaria enraizado no ideal fusional que une a criança ao seio materno. Sobre isto ela assevera que:

Assim, em todas as formas que reveste, a ilusão bissexual está construída sobre a muralha da diferença dos sexos; está embasada, porém, na relação primordial, no desejo sempre atual de anular a distância que separa o sujeito do Outro, de negar a impossível alteridade (MCDUGALL, 1983, p. 55).

Portanto, apesar de a bissexualidade estar construída sobre a “muralha” da diferença sexual, ela está embasada na relação primordial entre a mãe e o bebê. Dessa maneira, para que possamos compreender o conceito de bissexualidade enquanto um ideal, é necessário, segundo McDougall (1983), entendermos os seus precursores, ou seja, a prescrição que ordena a bissexualidade.

Sobre essa relação primordial, McDougall (1991), retomando Freud, afirma, em seu livro “Teatros do Corpo: o psicossoma em psicanálise”, que a experiência de fusão leva à fantasia de que existiria um corpo e um psiquismo para duas pessoas, assim, mãe e bebê seriam apenas um único ser. A mãe, nessa fase, seria também como um ambiente total, uma “mãe universo” para a criancinha. Esta, por sua vez, tornar-se-ia apenas uma parte dessa grande unidade.

McDougall (1983) também assevera que além dos cuidados físicos e alimentares, a mãe também suscita no filho demandas que ela sente prazer em satisfazer. Assim, no início da vida a criança também se torna um objeto de satisfação dos desejos conscientes e inconscientes da mãe. Desta forma, nesta relação amorosa cada um é um instrumento de gratificação para o outro. Esta relação primordial, em que há o esboço de um sujeito e de uma identidade, deixa marcas nas evoluções posteriores, tanto relacional quanto sexual.

A perda deste objeto implicaria em uma nostalgia de retorno ao estado fusional. Além disso, esta perda é a condição primordial para a identidade psíquica e ela só pode ser colmatada quando o sujeito introjeta o objeto perdido, havendo, desta forma, um objeto interno.

Diante destas questões, para McDougall (1983), o ideal bissexual seria fundado sobre um outro ideal cuja natureza é fusional. Em ambos ideais há o mesmo processo: “negação da diferença, em busca de um estado ideal; integração da diferença por *identificação*, ato criador pelo qual o sujeito torna-se simultaneamente sujeito e objeto, podendo desta forma atravessar o espaço que separa o ser do outro, sem medo de ser destruído ou destruir” (MCDUGALL, 1983, p. 58, grifo da autora).

McDougall (2001), ao analisar a importância da bissexualidade para a estrutura psicosexual da humanidade, declara que é de se esperar que uma criança se sinta libidinalmente atraída pelos genitores dos dois sexos, já que a maioria dos bebês possui dois genitores. Assim, apresentam o desejo de obter o amor exclusivo de cada um deles, como de possuírem seus órgãos sexuais e de terem o fantasiado poder tanto do seu pai quanto da sua mãe, de homem e de mulher.

Contudo, como vimos em Freud (1923b), ao final do Édipo há uma identificação com o “masculino” ou com o “feminino”, dessa forma, a criança não poderá ser e ter o falo, mas deverá escolher entre essas duas perspectivas, o que levaria não mais a uma bissexualidade, mas a uma monossexualidade. Para McDougall (2001), a monossexualidade seria uma das graves feridas narcísicas da infância.

Ser e ter os dois sexos merecem, segundo McDougall (2001), um aprofundamento clínico e teórico. Suas reflexões e observações clínicas de mais de trinta anos a fizeram chegar à conclusão de que

*[...] a confusão a que os desejos bissexuais dão origem na organização inicial da estrutura psicosexual afeta consideravelmente muitas áreas da vida adulta. Embora a integração desses desejos seja fonte de enriquecimento psíquico, sua não-integração é causa frequente de sintomas e inibições em muitos aspectos da vida adulta. Assim, as múltiplas maneiras pelas quais tentamos lidar com o desejo impossível de *ser* e *ter* os dois sexos merecem consideração clínica e teórica (MCDUGALL, 2001, p. 12, grifos da autora).*

Dessa forma, a bissexualidade na infância terá suas consequências na vida adulta e a não integração pode causar sintomas e inibições ao sujeito. A autora analisa que os anseios bissexuais estão destinados a permanecer insatisfeitos, já que a menina nunca irá se tornar homem, possuir sexualmente sua mãe e ter bebês com ela ou com seu o pai. Portanto, a criança tem de aceitar que nunca irá possuir os dois gêneros.

Além dessa impossibilidade de ter os dois sexos ou ser de ambos, McDougall (2001) afirma que tal integração complica-se ainda mais pela necessidade de chegar a um acordo com a crise edípica, em suas dimensões homossexuais e heterossexuais, como podemos observar neste excerto:

Finalmente, todas as crianças têm de aceitar o fato de que nunca possuirão os dois gêneros e serão para sempre apenas a metade da constelação sexual. Esta escandalosa afronta à megalomania infantil complica-se ainda mais pela necessidade de chegar a um acordo com a crise edípica, em suas dimensões homossexuais e heterossexuais, bem como com a impossibilidade de possuir sexualmente qualquer dos genitores (MCDUGALL, 2001, p. 15).

Acerca dessa questão, em seu artigo “Teoria sexual e psicanálise”, a autora afirma que, paralelamente à crise edípica, a criança precisa se identificar como “masculina” ou “feminina”, para que possa ter uma identidade sexual, porém esse é um processo que não é conseguido sem luta. McDougall (1999) também destaca que, apesar de Freud se preocupar com a dificuldade da menina no caminho para a feminilidade adulta e não abordar as dificuldades para o menino chegar à masculinidade, fazendo supor que tal processo seria feito sem esforço, isso está longe de ser o caso para a autora.

Portanto, para McDougall (2001), é fundamental o estudo das diversas maneiras pelas quais os anseios homossexuais primários, em sua versão binária, são transformados e integrados na vida de indivíduos adultos, já que “os conflitos acerca dos impulsos bissexuais, conquanto possam criar sofrimento neurótico, podem com a mesma presteza enriquecer a personalidade” (MCDUGALL, 2001, p. 15). A seguir, analisamos a importância da bissexualidade para a sexualidade feminina e para o desenvolvimento da feminilidade.

3.3 A CONSTITUIÇÃO DA FEMINILIDADE

No tópico “Como devorar sua mãe e tê-la também”, do primeiro capítulo do seu livro “As múltiplas faces de Eros”, McDougall (2001) aborda a relação da criança com seus pais e a importância de cada um deles no início da vida dos filhos, pois os bebês dos dois sexos tecem fortes ligações libidinais e sensuais com os pais.

Sobre a relação com a mãe, McDougall (2001) afirma que existe uma profunda relação homoerótica da menina com a mãe. Essa fase inicial com a mãe abordada pela autora remete-nos à fase pré-edípica comentada por Freud em seus artigos de 1931 e 1933. Nesses dois artigos, Freud (1931; 1933) destaca a importância dessa fase, a qual analisamos no capítulo anterior. Sobre essa importância, em 1933, ele afirma que “em suma, fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edípica à mãe” (FREUD, 1933, p. 128).

Na fase pré-edípica, há uma ligação exclusiva da menina com a mãe e a ligação com o pai seria construída a partir dessa primeira relação. Nos dois artigos, ele também questiona qual seria o motivo de a menina abandonar sua fixação em relação à mãe em favor de seu pai. Freud responde a esse questionamento em 1933, afirmando que a menina responsabiliza a mãe pela falta de pênis nela e, assim, não a perdoa, afastando-se da figura materna. Para Freud (1933), esse afastamento da menina em relação à mãe seria importante para o desenvolvimento da feminilidade.

McDougall (2001), por outro lado, embora concorde que tal afastamento represente um genuíno desafio à consecução da feminilidade adulta e do prazer sexual, afirma que ele não seria exaustivo enquanto conceito explicativo. Dessa forma, ao longo do seu trabalho, analisa outras questões importantes para a feminilidade.

Sobre a importância da relação do pai com as crianças, McDougall (2001) considera que, no início da vida, a atitude do pai na transmissão de investimento libidinal também é igualmente vital. Assim, um pai ausente, ou que considere a mãe como a única responsável pela criança, pode deixar os filhos vulneráveis a representar um papel que é resultado apenas das necessidades libidinais e dos problemas inconscientes da mãe.

A relação entre os genitores também será importante para a criança, já que elas se identificam com o modelo parental na vida adulta. Dessa forma, as crianças, quando observam seus pais como um par amoroso que se respeita e que se deseja sexualmente, tenderão a seguir esse modelo.

Em relação à menina, McDougall (2001) interpreta que ela se identificará com sua mãe não apenas na sua maternidade, mas também em suas relações amorosas e sexuais. Dessa forma, também escolherá seu marido, pai dos seus filhos, a partir da imagem paterna.

A respeito da feminilidade, McDougall (2001) afirma que, para a menina se identificar com o lugar de mulher é importante que o pai valorize a feminilidade da filha, assim como a da esposa. A mãe, por sua vez, também deve valorizar o marido, a sua vida sexual e social enquanto mulher e a identidade sexual da filha, conforme as ideias expressas neste enunciado de McDougall:

[...] a menina precisa ouvir de seu pai expressões de apreço e valor por sua feminilidade e pela feminilidade da mãe dela – sua esposa. Precisa ouvir sua mãe expressar valor e respeito pelo pai, bem como pela identidade sexual de sua filhinha, assim como também atribuir valor a sua própria vida social e sexual como mulher (MCDUGALL, 2001, p. 12).

Além disso, quando é dito para uma menina que os homens são porcos egoístas que só se aproveitam das mulheres, ela terá dificuldade de se interessar por alguém do sexo masculino e de se separar de sua mãe. Também afirma que, se o pai ensinar que as meninas são fracas, incapazes, menos inteligentes que os meninos, ela pode criar uma imagem narcísica prejudicada de seu eu e de seu sexo e sentir medo e ódio do sexo masculino.

Portanto, para McDougall (2001; 1999), as representações psíquicas dos pais, transmitidas por meio dos seus discursos, serão fundamentais para o desenvolvimento da feminilidade, assim como para o desenvolvimento da masculinidade. Em seu artigo “Teoria

sexual e psicanálise”, a autora também afirma que a realização das duas identidades fundamentais – a de gênero e a identidade sexual – não seriam transmitidas por herança hereditária, mas pelas representações presentes no inconsciente biparental. Textualmente, a autora argumenta:

Acrescento que podemos seguramente propor que a realização destas duas identidades fundamentais – por exemplo, nossa identidade de gênero, assim como nosso senso de identidade sexual – não são de forma alguma transmitidas por herança hereditária, mas pelas representações psíquicas transmitidas, em primeiro lugar, pelo discurso de nossos pais, juntamente com a importante transmissão proveniente do inconsciente biparental – ao qual, mais tarde, é adicionado o *input* do discurso sociocultural do qual os pais são uma emanção (MCDUGALL, 1999, p. 15).

Dessa forma, é também por meio dos pais que o discurso sociocultural será transmitido às crianças de ambos os sexos, o qual é fundamental para o desenvolvimento da masculinidade e feminilidade.

A importância da cultura no desenvolvimento da feminilidade nos faz pensar nas origens culturais que fazem com que, em nossa sociedade ocidental, a feminilidade seja associada à passividade e à maternidade, enquanto a masculinidade tem como atributos ser ativo e viril.

No primeiro capítulo desta dissertação, abordamos a construção desse perfil feminino baseado na doçura, passividade, submissão e maternidade. Dessa forma, ao pensarmos na afirmativa de McDougall (2001), de que os pais serão fundamentais na emanção do discurso sociocultural, podemos pensar na existência de um desejo feminino não apenas atrelado à maternidade, como observamos em Freud (1931; 1933) e no modelo de feminilidade estabelecido por Rousseau. Mas, em uma feminilidade em que a mulher possa desejar ser uma grande profissional, ser ativa e ter uma vida sexual satisfatória.

McDougall (2001), ao abordar essa perspectiva sobre a feminilidade, retoma Freud em seus artigos “Sexualidade feminina”, de 1931, e “A feminilidade”, de 1933, e faz um breve comentário sobre quais seriam as causas dos desejos presentes na menina. A autora afirma que o primeiro desejo da menina, presentes nesses artigos freudianos, é de a criança do sexo feminino possuir sua mãe sexualmente; depois há o desejo de possuir um pênis; em seguida, há o desejo de ter um filho com seu pai e, por último, ter um filho do sexo masculino.

McDougall (2001) realiza uma crítica à concepção freudiana de que o desejo da menina de ter um filho é apenas um substituto do desejo de ter um pênis que ela não possui.

Além disso, discorda da perspectiva freudiana de que o amor da menininha por seu pai é mera consequência da inveja do pênis. Diante disso, McDougall (2001) assevera que

Embora as fantasias em que Freud baseou sua teoria sejam frequentes no universo psíquico da mulher, estão longe de ser os únicos fatores; ou sequer os principais, dentre as complexidades que contribuem para a imagem de feminilidade e maternidade de cada mulher (MCDUGALL, 2001, p. 12).

Portanto, para McDougall (2001), há uma complexidade que contribui para a imagem da feminilidade e da maternidade que não pode ser restrita a apenas alguns fatores, como a inveja do pênis.

Outra crítica que a autora faz está relacionada à interpretação freudiana sobre a homossexualidade da menina. Segundo McDougall (2001), Freud afirma que as ligações homossexuais da menina são simplesmente eliminadas por conta da inveja do pênis. Como abordamos anteriormente, para Freud (1933), a menina abandonaria a relação homoerótica com a mãe e se voltaria para o pai com o objetivo de obter o tão desejado pênis. McDougall (2001) retoma essa questão e desenvolve uma teoria sobre a importância dessa primeira fase da menina com a mãe. A seguir, analisamos essa perspectiva da autora.

3.4 MCDUGALL, FREUD, A MULHER E TRÊS DESEJOS DISTINTOS: sexual, maternal e profissional

Segundo McDougall (2001), na infância a menina quer possuir sua mãe sexualmente, ser amada e gerar filhos com ela. Quer também substituir seu pai nessa relação, quer ser como ele, possuir os genitais dele e ter suas qualidades que são idealizadas por ela. Como não há uma satisfação dessa pulsão, ela tende a ficar associada a uma ferida narcísica.

Para a autora, a dupla polaridade da libido homossexual é forte em ambos os sexos, contudo, a menina apresenta o problema de não ser complementar à sua mãe, diferente do que ocorre no menino. Assim, a filha considera que não teria um valor específico aos olhos da mãe, já que não tem uma configuração sexual singularmente diferente. Além dessas complicações, McDougall (2001) afirma que há ainda a forte atração erótica da menina em relação ao pai, o que a impele a introjetar diferentes aspectos da imagem materna. Sobre esses aspectos, relacionados à imagem da mãe, McDougall (2001) sustenta que

Estes, por sua vez, vão coalescer para formar uma figura fundamental de identificação que vai afetar todo o desenvolvimento feminino futuro. Nesse ponto, há uma quantidade de “mães internas” diferentes no mundo psíquico feminino. Um

objeto maternal introjetado é *adorado*, outro é *desejado*, outro *desperta ressentimento*, outro é profundamente *temido* (MCDOUGALL, 2001, p. 13, grifos da autora).

Portanto, o desenvolvimento futuro da menina será afetado por essas introjeções de “mães internas”, as quais irão formar uma figura fundamental de identificação que será importante para o desenvolvimento feminino.

Além disso, McDougall (2001) considera que é importante para a menina ser ela própria e também se identificar com sua mãe em seu mundo psíquico interno, contudo, também precisa de sua mãe no mundo externo, desempenhando as funções de guia, de auxiliadora e consoladora.

McDougall (2001), ao abordar a questão da identificação da menina com a figura materna, afirma que existem crianças do sexo feminino que se identificam com a mãe como adultas, contudo não desejam ter filhos, mas vivenciam as atividades profissionais, artísticas e intelectuais como nascimento de filhos simbólicos. Nesse sentido, McDougall (2001) também destaca que a identificação da menina com a mãe possibilitaria o surgimento de três desejos distintos – o sexual, o maternal e o profissional. Muitas vezes, pode haver conflitos entre esses desejos, como podemos verificar neste excerto:

Muitas mulheres, na análise, revelam um temor de que tenham de optar entre a maternidade e as atividades profissionais; outras expressam sentimento semelhante de dicotomia entre suas vidas como amantes e suas vidas como mães. A realização desses três desejos distintos – o sexual, o maternal e o profissional – exige delicado equilíbrio, para que as mulheres possam evitar a convicção de serem impelidas a sacrificar suas próprias necessidades libidinais e narcísicas em qualquer uma dessas áreas (MCDOUGALL, 2001, p. 14).

O que é bastante significativo na tese de McDougall (2001) é a existência desses três desejos distintos na subjetividade feminina. Com isso, McDougall (2001) demonstra o quanto é uma autora que busca estudar o feminino a partir de sua especificidade, diferenciando-se de Freud, que tomou a figura do masculino como modelo para entendermos a sexualidade humana. É a partir da identificação com a mãe, enquanto adulta sexual, enquanto profissional e enquanto mãe que há a possibilidade do surgimento desses diferentes desejos na menina.

Nesse contexto, McDougall (2001) destaca a existência de mulheres que trabalham, que são mães e que possuem uma vida sexualmente ativa; ou, ainda, há aquelas que apenas trabalham e não são mães; existem também mulheres que são mães, não trabalham e possuem uma vida sexual satisfatória, ou seja, é a partir dos processos identificatórios que há o surgimento de diferentes desejos na mulher, o que permite que haja diversas possibilidades no

que se refere à feminilidade. McDougall (2001) também destaca a importância de um equilíbrio entre esses desejos, para que não haja o sacrifício das suas necessidades libidinais e narcísicas em relação a eles.

Freud, em sua tese sobre a sexualidade feminina, apresenta a maternidade como desejo presente na subjetividade feminina por conta da inveja do pênis. A perspectiva sobre a existência do desejo profissional na mulher não foi muito abordada nos textos freudianos. Em seu texto de 1933, ao se deparar com mulheres que trabalham, que estudam, que são psicanalistas e que realizam críticas à sua teoria sobre a feminilidade, Freud (1933) afirma que “isto não se aplica às *senhoras*. As senhoras são exceção; neste ponto, são mais masculinas do que femininas” (FREUD, 1933, p. 125, grifos do autor).

Dessa forma, Freud (1933) justifica a conduta dessas mulheres por meio da masculinidade existente nelas. Claro que, na época de Freud, trabalhar, ser independente não era a realidade da maioria das mulheres, diante disso, as psicanalistas seriam exceção.

Sobre a sublimação nas mulheres, Freud considera que elas não possuiriam uma sublimação igual à do homem. Em 1933 ele retoma a ideia de que as mulheres teriam uma menor capacidade de sublimar, acrescenta também que elas teriam pouco senso de justiça, por conta da inveja do pênis, e seriam mais débeis em seus interesses sociais. Anteriormente, em 1925, ao abordar o superego nas mulheres, considera que ele não seria forte, já que não haveria um motivo para o fim do complexo de Édipo, como há nos meninos com o temor da castração.

Dessa forma, diante de uma menor capacidade de sublimar, de possuir pouco senso de justiça, de ter um superego fraco, como Freud poderia conceber a mulher enquanto possuidora do desejo de ser uma profissional, de estudar, de ser independente financeiramente e de ter uma vida sexual satisfatória sem necessariamente ter filhos? Além disso, por considerar que elas seriam débeis em seus interesses sociais, como ele conceberia a mulher enquanto participante da sociedade, da cultura, da moral?

Sobre esse assunto, Birman (2001) afirma que, na perspectiva freudiana, as mulheres não teriam a mesma relação com a lei moral que os homens. Em suas palavras: “aquelas [as mulheres] não se submeteriam a esta lei como uma instância de transcendência a ser reverenciada e sacralizada” (BIRMAN, 2001, p. 199). Dessa forma, como a civilização é permeada pela transcendência da lei moral e de seus imperativos, a mulher não estaria a favor da civilização. Isso fica claro quando Freud (1930) afirma, em seu texto “O mal-estar na civilização”, que:

as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora – as mesmas mulheres que, de início, estabeleceram os fundamentos da civilização pelas reivindicações de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual. O trabalho de civilização tornou-se cada vez mais um assunto masculino, confrontando os homens com tarefas cada vez mais difíceis e compelindo-os a executarem sublimações instintivas de que as mulheres são pouco capazes (Freud, 1930, p. 110).

Depreende-se das palavras de Freud que o trabalho de civilização seria algo masculino, ao passo que a mulher seria incapaz de realizar essa função, por conta da sua dificuldade de sublimar. Para Birman (2001), na concepção freudiana, haveria, na subjetividade feminina, uma periculosidade que se daria por conta da inveja do pênis e da falta da grandiosidade ética. Assim, a figura da mulher seria fonte de perigo para a civilização e para a sociedade.

Birman (2001, p. 202) afirma também que “a figura da mulher poderia encontrar, na maternidade, uma barragem e um anteparo seguros a essa periculosidade virtual, que a possui como um todo”. Diante disso, a mulher poderia contribuir com a civilização por meio da condição de mãe, barrando, então, sua propensão à periculosidade, já que, na busca insaciável do pênis/falo, a maternidade daria uma espécie de segurança e referência à mulher, pois teria acesso à plenitude fálica.

Portanto, vemos, ao longo da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina, a maternidade como o único caminho para que a menina alcance a feminilidade. Em suas palavras: “a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar de pênis” (FREUD, 1933, p. 136). Desse modo, para Freud (1933), o desejo da maternidade se constituiria a partir do desejo do pênis, já que seria por meio de uma equivalência simbólica entre pênis e filho que a mulher teria o tão desejado órgão genital masculino.

Desde 1925, Freud estabelece um percurso para que a menina pudesse chegar à feminilidade. Assim, a constatação de que se é castrada tem como consequência para o desenvolvimento sexual na menina três linhas de desenvolvimento: a inibição sexual, a virilização e a maternidade. Como já foi desenvolvida a análise de cada uma dessas linhas de desenvolvimento no capítulo anterior, pretendemos retomar apenas a última, para podermos comparar com a perspectiva de McDougall sobre o desejo de maternidade.

Assim, segundo Neri (2005), na concepção freudiana, o tornar-se mulher se daria pela via da maternidade e pela passividade, já que a menina renunciaria à masculinidade para encontrar o caminho do feminino verdadeiro, que ocorreria com a substituição do desejo masculino de ter um pênis do pai pelo desejo feminino de maternidade. Além disso, também

haveria a substituição do clitóris – órgão análogo ao pênis, portanto, masculino – pela vagina, considerada feminina.

Birman (2001) considera que ser mãe seria a modalidade de subjetivação esperada da figura da mulher, seria a maneira de ela encontrar o seu lugar devido no mundo e no próprio corpo. Dessa forma, no discurso freudiano, a maternidade seria a modalidade maior de harmonia da mulher para com o seu ser.

Sobre o desejo de ser mãe presente na mulher, McDougall (2001), por outro lado, destaca as complexidades que contribuem para o desejo de maternidade, contexto em que a relação entre mãe e filha faz-se importante para a constituição desse desejo.

Uma das críticas que McDougall (2001) faz a essa perspectiva freudiana refere-se ao fato de o desejo da menina de ter um bebê ser um simples substituto do desejo de ter o pênis. Para a autora, os desejos bissexuais e a libido homossexual na mulher adulta serão importantes para uma intensificação dos sentimentos maternos, já que a mãe, ao ter um filho do sexo masculino ou do sexo feminino, pode apresentar sentimento de orgulho pelos órgãos genitais de cada filho, como se fossem seus e sentir apreço pelos gestos femininos ou masculinos deles. Retomamos essa questão, de forma mais detalhada, no tópico seguinte, ao abordarmos a integração da libido homossexual na mulher adulta.

Outra crítica que McDougall (2001) faz é sobre o fato de o amor dirigido ao pai ser mera consequência da inveja do pênis. Sobre o desejo sexual na mulher adulta, a autora considera que a menina identifica-se com sua mãe não apenas em sua maternidade, mas também em suas relações amorosas e sexuais, moldando-se, a partir da figura parental, o homem desejado e que um dia será seu amante, marido e será o pai dos seus filhos. Assim, muitas mulheres podem identificar-se com sua mãe, como adultas sexuais, mas não desejarem ter filhos. Na perspectiva freudiana, vimos o quanto o tornar-se mulher está relacionado com o ser mãe.

Birman (2001) chama atenção em seu texto para a importância de se delimitar as matrizes, inscritas no tempo histórico da modernidade, sobre as quais se fundou o discurso freudiano acerca da diferença sexual. Assim, autores como Nunes (2000), Neri (2005), Laqueur (2001) e Birman (2001) conceberam que Freud herdou algumas concepções presentes no século XIX sobre a sexualidade feminina. Dessa forma, pode-se afirmar que essas concepções contribuíram para a sua perspectiva sobre a maternidade, sobre a mulher profissional e sobre o lugar da mulher na civilização. Nas palavras de Birman (2001),

Contudo, a construção freudiana se funda no paradigma da diferença sexual construído no século XIX, sendo que deste se apossou o discurso freudiano para realizar uma leitura libidinal dos destinos do feminino. Vale dizer, a interpretação freudiana dos destinos da mulher se funda nos valores instituídos no século XIX, isto é, estes pré-conceitos é que estão na base dos conceitos propostos por Freud (BIRMAN, 2001, p. 203).

É importante ressaltar que, apesar de Freud ter sido herdeiro dessas matrizes, ele submeteu-as a uma reinterpretação psicanalítica. Desse modo, construiu certos conceitos a partir dessas matrizes, mas também as reconfigurou com originalidade e elas adquiriram outra consistência e novos horizontes (BIRMAN, 2001). McDougall (2001), por sua vez, concebe a constituição da sexualidade feminina a partir de uma concepção que se diferencia do padrão de feminilidade existente no século XIX.

McDougall (2001), contrapondo-se a esse modelo de feminilidade, problematiza a questão da sexualidade feminina, abordando a relação arcaica entre mãe e filha e destaca a introjeção de muitos aspectos da imagem materna que se unem para formar uma figura fundamental de identificação, a qual afeta todo o desenvolvimento feminino. Portanto, podem existir diferentes desejos femininos distintos – o sexual, o maternal e o profissional – e não apenas aqueles relacionados à maternidade.

Diante dessas considerações sobre a vida sexual, profissional e maternal das mulheres, McDougall (2001) retorna a discussão sobre o desejo bissexual e a libido homossexual na mulher adulta. Assim, faz os seguintes questionamentos: onde seria investido esse componente homossexual da mulher? Como os desejos complementares de *ter* a mãe e *ser* o pai são transformados e integrados na vida adulta? No tópico seguinte, analisamos essas questões.

3.5 INVESTIMENTOS DA PULSÃO HOMOSSEXUAL NA VIDA DA MULHER ADULTA

É a partir de sua clínica, trabalhando há cerca de trinta e cinco anos com o sexo feminino, que McDougall (2001) conclui que há “cinco caminhos potenciais para a integração da constelação edipiana homossexual” (MCDUGALL, 2001. p. 15). Esses cinco caminhos podem ser aplicados tanto para o sexo feminino, quanto para o sexo masculino, apesar das diferenças entre sexualidade masculina e feminina. São eles: a estabilização da autoimagem, a intensificação do prazer erótico, a intensificação dos sentimentos maternos, o emprego

criativo das identificações homossexuais e, por último, o enriquecimento das amizades de mesmo sexo.

Iniciemos explicando a estabilização da autoimagem. O amor e o apreço que a menina sente por si mesma foram experimentados inicialmente na relação homossexual, pois nessa relação houve o amor e o apreço da menina por sua mãe e pelo corpo desta. Assim, a relação inicial homossexual foi importante para que a criança do sexo feminino tenha estima por seu próprio Eu e órgãos sexuais femininos. Dessa forma, a libido homossexual feminina servirá para enriquecer e estabilizar a autoimagem narcísica. A menina, então, deixa de querer ter a mulher para ser a mulher.

A intensificação do prazer erótico pode ser explicada da seguinte forma: o desejo de ser do outro sexo é abandonado e investido no relacionamento amoroso e especialmente no relacionamento sexual da mulher. Assim, na relação sexual há uma identificação com o prazer e desejo do seu parceiro, intensificando o seu próprio prazer erótico, ou seja, “é no ato sexual que podemos recriar a ilusão de sermos dos dois sexos e de perdermos, ainda que momentaneamente, os limites narcísicos que a monossexualidade impõe à humanidade” (MCDUGALL, 2001, p. 15).

Para a compreensão da intensificação dos sentimentos maternos, McDougall (2001) cita como exemplo a sua própria experiência como mãe. Quando o seu filho nasceu, sentiu orgulho por seu pênis, como se fosse dela. No nascimento da sua filha, McDougall (2001) sentiu orgulho por seu corpo feminino e expressou o desejo narcísico de que sua filha realizasse tudo aquilo que não conseguiu realizar por conta de suas próprias falhas. Dessa forma, na relação da mãe com seus filhos, há também “um tesouro de riquezas homossexuais”, como afirma McDougall (2001, p. 15), que são importantes para uma intensificação dos sentimentos maternos.

Em relação ao emprego criativo das identificações homossexuais, McDougall (2001) interpreta que pode ser observado, nas produções artísticas e intelectuais, fantasias narcísicas e homossexuais. Com isso, nessas produções, cada um pode ser homem e mulher. Suas observações clínicas a levaram a concluir que quando há conflitos relacionados aos polos homossexuais femininos – o desejo inconsciente de possuir o poder criativo da mãe e a potência do pênis do pai – pode haver uma inibição ou até uma esterilidade na “produção de filhos simbólicos”.

No que diz respeito ao enriquecimento das amizades do mesmo sexo, McDougall (2001) afirma que as amizades entre as mulheres é investida por libido homossexual, que são

“despidas” do seu objetivo sexual consciente, proporcionando riqueza às amizades afetuosas e essenciais.

Dessa forma, apresentamos os cinco caminhos teorizados por McDougall (2001), que representam “uma descrição algo idealista da maneira pela qual os desejos narcísicos e homossexuais podem ser harmoniosamente investidos na vida sexual, na vida de família, nas atividades sociais e profissionais” (MCDUGALL, 2001, p. 16). A partir dessa perspectiva, McDougall (2001) afirma que, no trabalho analítico com mulheres heterossexuais, pode existir conflito homossexual de forma profundamente inconsciente, originando sintomas e inibições para os campos de investimentos mencionados acima.

McDougall (2001), sem dúvida, trouxe contribuições bastante significativas para se pensar a sexualidade feminina. Destaca, por exemplo, a importância dos pais, no início da vida de um bebê do sexo feminino, para o desenvolvimento da sexualidade feminina. A perspectiva freudiana sobre a feminilidade passa, então, a ser desenvolvida e reinterpretada por McDougall, em cuja teoria o conceito de bissexualidade é importante.

Dessa forma, a identificação da menina com a mãe, o desejo homossexual vivido pela menina, o investimento libidinal da mãe no corpo, nos genitais da filha refletirão nas representações inconscientes da menina. Portanto, McDougall leva em consideração a especificidade da figura feminina para a compreensão da sexualidade feminina, diferenciando-se da perspectiva freudiana que, no início da sua teoria, tomou a sexualidade masculina como paradigma para entender a sexualidade da mulher. Apesar de ele abordar, na segunda tópica, algumas especificidades para a sexualidade feminina, Freud acabou caucionando valores misóginos já existentes em sua época. Para McDougall (2001), há uma complexidade que contribui para a imagem de feminilidade de cada mulher e que não se restringe a certas fantasias femininas, nas quais Freud baseou sua teoria.

Para aprofundarmos essa complexidade, abordamos, no capítulo subsequente, a importância dos ideais culturais para a constituição do modelo de feminilidade presente em nossa cultura, já que são os ideais os responsáveis por organizar a posição do homem e da mulher nas relações sociais.

CAPÍTULO 4

IDEAIS E MORAL SEXUAL CIVILIZADA: A FEMINILIDADE A PARTIR DO DISCURSO DOS HOMENS

No capítulo anterior, abordamos, a partir da leitura de McDougall (2001), como as representações psíquicas dos pais, transmitidas por meio dos seus discursos, são importantes para o desenvolvimento da feminilidade. Nesse processo, os pais também emanam os discursos socioculturais que irão servir como referenciais identificatórios para as meninas.

Sobre a importância da cultura no desenvolvimento da feminilidade, Ceccarelli (2010b) afirma que é inicialmente por intermédio dos pais e do grupo primário que a criança adquire as informações sobre o sistema simbólico relativo à sociedade em que está inserida. Em consequência disso, também adquire os códigos responsáveis por delimitar o que é ser menino e menina em nossa cultura, aos quais a criança está submetida. Assim, “o que se espera de uma criança está intimamente atrelado a convenções sociais e a regras de conduta oriundas de um sistema simbólico no qual ela se locomove” (CECCARELLI, 2010b, p. 275).

Ceccarelli (2010b) também assevera que Freud ao trabalhar com as perspectivas de masculino e feminino é revolucionário, pois recusa a definição que se baseia em uma realidade anatômica. Assim, para Freud a masculinidade e feminilidade são pontos de chegada e não de partida, sendo importante considerar que o ponto de chegada é único, pois estar relacionado com a particularidade dos processos identificatórios de cada sujeito.

Nesse sentido, os ideais socioculturais construídos ao longo da história serão fundamentais para o desenvolvimento da feminilidade ou masculinidade, já que eles servem como possibilidades identificatórias às pulsões.

Em nossa cultura, encontramos ideais que definem o que é ser mulher e o que é ser homem, constituindo, assim, padrões de normalidade. Analisamos, nesta dissertação, que, ao longo da história, houve a criação de um paradigma do ideal de feminilidade baseado na dedicação, na doçura e na submissão, perspectiva da qual Rousseau é o principal filósofo, conforme afirmam alguns autores, como Kehl (2008), Badinter (1985), Laqueur (2001) e Nunes (2000). Já assinalamos também, neste trabalho, que Kehl (2008) assevera que até hoje escutamos ressonâncias desse modelo de Rousseau, tão bem articulado àquela época.

Nesse capítulo pretende-se abordar este ideal como um discurso criado a partir de uma perspectiva masculina, já que, como afirma Ceccarelli (2013b), os discursos sobre a sexualidade sempre foram ditados pelos homens. Assim, foram eles os responsáveis por estabelecer normas de conduta para as mulheres ao longo da história.

Além disso, levando em consideração o texto “A nova ordem repressiva” de Ceccarelli (2010a) abordamos que este discurso criado a partir dos homens buscava controlar, etiquetar, punir a conduta das mulheres, contribuindo, assim, para construção de uma ordem repressiva referente a sexualidade feminina.

Ademais, abordamos a importância dos ideais no processo de recalçamento das pulsões sexuais em prol de uma moral sexual civilizada, processo em que as mulheres são as que mais sofrem com as restrições socialmente estabelecidas. Para isso, tomamos como base o texto de Freud “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, de 1908, no qual ele se contrapõe às propostas normatizantes e essencialistas desses ideais presentes na contemporaneidade. Iniciemos, então, abordando um conceito que nos auxilia na reflexão acerca dessas perspectivas, o de pulsão, já que com ele podemos pensar a sexualidade a partir do desejo e da história de cada sujeito.

4.1 PULSÃO SEXUAL: uma sexualidade não normativa

Nos séculos XVIII e XIX, houve a produção de discursos repressores que buscavam adequar a conduta de mulheres à nova família burguesa. Segundo Maria Rita Kehl (2008), os homens foram os produtores desses discursos, e, à época, não foi possível às mulheres tomarem consciência de que aquela era a verdade do desejo de alguns homens médicos e filósofos responsáveis pelas formações ideológicas modernas. É nesse contexto social que surge, no século XIX, a histeria como forma do mal-estar feminino (KEHL, 2008).

Foi a partir da escuta de mulheres e da concessão de voz a elas que Freud, em seu consultório, pôde investigar o sexual na neurose e o infantil na sexualidade (KEHL, 2008). A partir dessa escuta, em 1905 ele publicou o seu polêmico artigo “Três ensaios da teoria da sexualidade”, em que rompia, segundo Nunes (2000), com o dispositivo “perversão-degenerescência-hereditariedade”, o qual norteava as formulações psiquiátricas do século XIX. Com isso, além de criticar a concepção existente sobre o sexual, ele afastou essa concepção da perspectiva biológica e hereditária.

É nesse artigo que ele concebe um dos seus principais conceitos, o de pulsão sexual. A partir desse conceito, ele passa a pensar a sexualidade com base na perspectiva do desejo. Dessa forma, a sexualidade não estaria a serviço da reprodução nem seria sentida apenas na puberdade, como se imaginava no senso comum de sua época, mas estaria presente em todas as atividades e na mais tenra idade, conforme se constata em seu escrito:

A opinião popular faz para si representações bem definidas da natureza e das características dessa pulsão sexual. Ela estaria ausente na infância, far-se-ia sentir na época e em conexão com o processo de maturação da puberdade, seria exteriorizada nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e seu objetivo seria a união sexual, ou pelo menos os atos que levassem nessa direção. Mas temos plena razão para ver nesses dados uma imagem muito infiel da realidade; olhando-os mais de perto, constata-se que estão repletos de erros, imprecisões e conclusões apressadas (FREUD, 1905, p. 128).

Sem dúvida, Freud (1905) trouxe uma mudança de paradigma muito significativa. Segundo Salles e Ceccarelli (2010), foi a partir da sua perspectiva que a sexualidade, inclusive a perversa, tornou-se humana, passando a ser considerada como o núcleo mais profundo do sujeito. Assim, para os autores, não faz sentido falar em “sexo sadio ou doente” ou em “bom ou mau sexo”, uma vez que a sexualidade é incompatível com as exigências da civilização.

Em 1915, em seu texto “Pulsões e destinos da pulsão”, Freud define pulsão como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, além disso, seria o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique. Por estabelecer essa relação com o corpo, ela também seria uma exigência de trabalho imposta ao psíquico. Assim, nesse conceito de pulsão, Freud (1915) desloca a sexualidade do domínio da biologia para o da representação psíquica.

É nesse mesmo texto de 1915 que ele decompõe a pulsão em quatro termos: pressão, meta, fonte e objeto da pulsão. A pressão seria o seu fator motor, uma medida de exigência de trabalho; a meta da pulsão seria a satisfação, e caminhos que conduzem a essa meta são diversos; a fonte é onde se origina o estímulo, que é representado pela pulsão no psiquismo, assim, é o processo somático que ocorre em um órgão; o objeto é o elemento mais variável da pulsão, pode ser uma parte do próprio corpo e é por meio dele que a pulsão pode alcançar sua meta.

A pulsão, então, seria uma força constante que nunca estaria totalmente satisfeita, havendo, por isso, uma tentativa de obter novamente uma primeira satisfação. Além disso, não teria um objeto específico pré-determinado, assim, “um homem pode fixar seu interesse sexual em uma mulher, em outro homem, em uma criança ou até mesmo em um sapato”, como afirma Nunes (2000, p. 171). Dessa forma, a sexualidade humana seria múltipla, variável, diferente do que é observado no cio, em que há um ritmo regulador (NUNES, 2000).

Assim, diante de uma pulsão que não teria um objeto fixo, Salles e Ceccarelli (2010) asseveram que nada existe que seja biologicamente programado. Nesse sentido, não haveria apenas uma única forma de manifestação da sexualidade, considerada como a certa, já que a

atividade sexual resultaria de um percurso pulsional, de uma história individual e única. Dessa maneira, a sexualidade será particular e dependente da história de cada sujeito (SALLES; CECCARELLI, 2010).

Nesse sentido, em uma moral que estabelece para todos os sujeitos uma mesma conduta sexual, sem levar em consideração a subjetividade, a história pulsional de cada um, estaria cometendo uma grande injustiça social, como afirmou Freud, já em 1908. Ao se pensar nas mulheres que foram submetidas a uma moral que buscava naturalizar as suas condutas, restringindo-as a determinadas formas de agir, de pensar e de contribuir com a sociedade, só poderia restar para elas a neurose, como se pode observar com a histeria, que atingiu tantas mulheres no século XIX. A partir dessa perspectiva, analisamos, na sequência deste estudo, a relação entre o ideal de feminilidade de Rousseau, que surgiu a partir da necessidade de uma nova ordem familiar burguesa, e a existência de uma moral sexual para as mulheres.

4.2 MORAL SEXUAL CIVILIZADA E RECALCAMENTO DA SEXUALIDADE FEMININA

Seguramente, a concepção freudiana sobre a pulsão foi revolucionária, pois a partir dela podemos pensar em uma sexualidade que não possui objeto fixo, que tem por objetivo o prazer e não a procriação, contrapondo-se a perspectivas como a da cultura judaico-cristã, que, segundo Ceccarelli (2000), foi responsável por criar uma sexualidade dita normal, conforme a natureza, cujo desvio, a depravação, é definido como “contra a natureza”.

Essa relação entre a moral sexual civilizada e a pulsão sexual foi abordada por Freud (1908a), em seu texto “Moral sexual civilizada e doenças nervosas modernas”. Nesse artigo, ele afirma que a civilização repousa sobre a supressão das pulsões, assim, cada sujeito renuncia uma parte do seu sentimento de onipotência ou da sua agressividade, o que resulta no acervo cultural de bens materiais e ideais. Em consequência disso, o processo civilizatório levaria ao recalçamento das pulsões sexuais.

Sobre a importância dos ideais nesse processo, Ceccarelli (2000), em seu texto “Sexualidade e preconceito”, defende a ideia de que as renúncias pulsionais impostas pela civilização não bastariam para que houvesse o retorno do sexual recalçado. Dessa forma, os ideais seriam importantes para auxiliar nesse processo. O autor afirma também que haveria dois movimentos simultâneos: o primeiro, presente na origem da história da espécie humana, que está relacionado com as grandes modificações psíquicas, para que houvesse o

recalcamento das moções pulsionais; e o segundo movimento, que reforçaria o recalcamento a partir dos ideais, já que há pouca eficácia no primeiro movimento. Nas palavras do autor:

Temos, então, dois movimentos simultâneos: o primeiro, presente na origem mesmo da história da espécie humana, diz respeito à renúncia do gozo narcísico em detrimento dos valores culturalizados, o que levou a grandes modificações psíquicas para que as moções pulsionais fossem recalcadas; o segundo movimento, devido à pouca eficácia deste primeiro expediente, lança mão dos ideais para reforçar o recalcamento (CECCARELLI, 2000, p. 31).

Essa renúncia à pulsão tornou-se problemática, pois, como abordamos anteriormente, a pulsão não tem objeto fixo e está submetida à dimensão do desejo, assim, ela escapa das formas de controle, como nos afirma Ceccarelli (2000). Desse modo, os ideais, que são construções que dependem das formas culturais das quais emergem, serão criados para normatizar, controlar, enquadrar e direcionar as pulsões. Contudo, o sexual infantil acaba retornando por meio dos sonhos, dos atos falhos, dos sintomas, das fantasias e dos desejos (CECCARELLI, 2000).

Freud (1908a), ao abordar essa relação conflituosa entre as exigências sociais e as pulsões sexuais, assevera que, com a supressão da pulsão, há o surgimento de fenômenos substitutivos, as doenças nervosas. Assim, apesar de as pulsões pervertidas serem suprimidas, essa supressão seria frustrada, já que elas continuam se expressando de outras formas, como podemos ler neste trecho:

Os instintos sexuais inibidos não são mais, é verdade, expressos como tais – e nisto consiste o êxito do processo –, mas conseguem expressar-se de outras formas igualmente nocivas para o sujeito, e que o tornam tão inútil para a sociedade quanto o teria inutilizado a satisfação de seus instintos suprimidos. Aí reside o malogro do processo, malogro que um cômputo final mais do que contrabalança a sua parcela de êxito. Os fenômenos substitutivos surgidos em consequência da supressão do instinto constituem o que chamamos de doenças nervosas ou, mais precisamente, de psiconeuroses (FREUD, 1908a, p. 176).

Portanto, o recalcamento das pulsões sexuais a partir de uma moral sexual é responsável pelo surgimento de neuroses. Para Freud (1908a), uma das grandes injustiças sociais seria a exigência de uma idêntica conduta sexual pelos padrões de civilização, como assinalamos anteriormente.

É também nesse artigo de 1908 que Freud aborda a existência de uma dupla moral sexual. Ela se daria a partir da existência de uma maior liberdade sexual para os homens, enquanto as mulheres manteriam sua conduta de acordo com a moral vigente, sucumbindo a graves neuroses. Nas palavras de Freud,

A experiência mostra que, com muita frequência, eles recorrem – embora com relutância e em segredo – à parcela de liberdade sexual que lhes é concedida até mesmo pelo código sexual mais severo. Essa moral sexual ‘dupla’ que é válida em nossa sociedade para os homens é a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos (FREUD, 1908a, p. 180).

Sobre as mulheres, Freud (1908a) afirma que as decepções do casamento sofrido por elas seriam a causa de graves neuroses, assim, não concorda com a ideia de que o casamento seria a solução para a cura de distúrbios nervosos femininos, como pensavam médicos e psiquiatras de sua época. Diante disso, Freud (1908a), um homem à frente de seu tempo, sugeriu para elas a infidelidade conjugal como possibilidade de cura das doenças nervosas decorrentes do casamento, já que, dessa forma, as mulheres poderiam viver o prazer sexual tão restrito pela moral sexual vigente.

Claudia Garcia (1997), em seu texto “Psicanálise e mulher contemporânea: novas questões, antigas soluções”, afirma que Freud (1908a) considera que, nessa moral sexual civilizada, as sexualidades das mulheres teriam se constituído no objeto privilegiado das restrições socialmente estabelecidas. Em consequência disso, as jovens, além de não poderem ter relação sexual antes do casamento, também não poderiam saber nada sobre o assunto. Dessa forma, seria por conta dessa supressão radical da sexualidade das jovens que elas teriam dificuldades nas atividades intelectuais. Sobre isso, Freud (1908a) afirma:

A educação das mulheres impede que se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora o assunto lhes desperte uma extrema curiosidade, e as intimida condenando tal curiosidade como pouco feminina e como indício de disposição pecaminosa. Assim a educação as afasta de *qualquer* forma de pensar, e o conhecimento perde para elas o valor [...]. Não acredito que a ‘debilidade mental fisiológica’ feminina seja consequência de um antagonismo biológico entre o trabalho intelectual e a atividade sexual [...]. Acredito que a inegável inferioridade intelectual de muitas mulheres pode antes ser atribuída à inibição do pensamento necessária à supressão sexual (FREUD, 1908a, p. 182-183, grifos do autor).

Dessa forma, Freud (1908a) considera que as mulheres seriam inibidas de pensar com a supressão sexual, o que as tornaria inferiores intelectualmente. Seria também porque as mulheres são “instrumentos dos interesses sexuais da humanidade” (FREUD, 1908a, p. 180) que elas teriam pouca capacidade de sublimar. Assim, em 1908, Freud já abordava a dificuldade da mulher em sublimar. Contudo, ao longo da sua teoria sobre a sexualidade feminina, Freud modificou a justificativa sobre o sexo feminino ter pouca capacidade de sublimar, como abordamos em outro capítulo desta dissertação.

Sobre essa questão, Garcia (1997) afirma que o argumento apresentado no texto de 1908 se sofisticava nas outras décadas, tanto no que se refere à sexualidade feminina, quanto no que diz respeito à sublimação. No texto de 1908, o principal eixo são as restrições sexuais impostas pela moral sexual dominante. Após a década de 1920, mais especificamente nos textos de 1931 e 1933, essas mesmas questões são retomadas e têm como pano de fundo o complexo de Édipo e a tese da primazia fálica. Assim, as restrições sexuais impostas pela moral sexual não são o centro da discussão.

Segundo Garcia (1997), a preocupação principal de Freud é a construção da segunda tópica e da segunda teoria pulsional. Para a autora, o argumento freudiano assume um aspecto essencialista, pois não aborda a relação existente entre o social e o psíquico, tão presente em seu texto de 1908. Nesse sentido, apesar de mudar sua justificativa teórica, ele ainda preserva a relação inconciliável entre mulher e atividade sublimatória. Acerca dessa trajetória freudiana, Garcia (1997) afirma que

[...] no início, é justamente o excesso de supressão da sexualidade que impede ou prejudica o exercício da sublimação, a partir da década de 20 é justamente a insuficiência do recalque secundário, na saída do Édipo, que leva ao mesmo resultado. Assim parece que, seja por excesso ou por insuficiência de recalque, a mulher permanece sempre marcada por um a-menos no que diz respeito ao exercício da sublimação, e, portanto, na construção do cultural, no texto freudiano (GARCIA, 1997, p. 102).

Sem dúvida, esse artigo freudiano é bastante significativo para compreendermos o quanto os ideais construídos ao longo da história contribuíram para a manutenção de uma moral sexual que buscava controlar, normatizar a conduta de homens e mulheres, situação em que as mulheres eram as principais vítimas dessa moral, já que era permitida aos homens uma parcela de liberdade sexual, constituindo, assim, uma dupla moral sexual.

Nesta dissertação, abordamos o ideal de feminilidade presente no projeto amoroso de Rousseau, como um ideal que contribuiu para o surgimento de uma moral sexual, já que estabeleceu às mulheres normas de conduta, consideradas mais adequadas para a nova família burguesa. Assim, elas deveriam ser iguais à Sofia, o grande modelo de mulher, ou seja, deveriam apresentar certas funções, como a maternidade e o cuidado do lar, além disso, deveriam apresentar determinadas condutas avaliadas como mais adequadas para o sexo feminino, como a docilidade, o recato e uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e dos filhos (KEHL, 2008).

Seria por conta da sua natureza, ou seja, do seu sexo que elas estariam destinadas a tais funções. Contudo, Kehl (2008) declara que, nesse modelo proposto, há uma contradição,

pois, nos discursos sobre a feminilidade vigentes no século XVIII e XIX e no de Rousseau, ao mesmo tempo em que há a ideia de que naturalmente a mulher estaria voltada para determinadas funções, há também a concepção de que a “natureza feminina” deveria ser domada por meio da educação, pois só assim elas cumpririam o destino ao qual naturalmente foram designadas.

Sobre a educação a que as mulheres deveriam se submeter Kehl (2008, p. 68), assevera: “os defensores da sujeição feminina no século XIX seguiram os argumentos de Rousseau e Kant, de que a mulher é um animal selvagem que é preciso domar com mão de ferro para que ela possa, pacificada, encarregar-se da paz doméstica”.

Foi por conta dessa domesticação das mulheres, de uma educação rigorosa que buscava reprimir a sexualidade feminina, que começaram a surgir doenças nervosas, como a histeria, modo dominante de expressão de sofrimento psíquico, tão presente naquele século. Portanto, com o discurso masculino, a mulher passou a se sujeitar ao desejo dele. A seguir analisamos como o discurso dos homens contribuiu para a criação de uma ordem repressiva para as mulheres, a partir das contribuições de Ceccarelli (2010) e Kehl (2008).

4.3 ORDEM REPRESSIVA: a mulher alienada ao discurso do homem

Maria Rita Kehl (2008, p. 65) utiliza, ao longo do seu livro “Deslocamentos do feminino”, o termo feminilidade, o qual, segundo a autora, seria: “uma construção discursiva produzida a partir da posição masculina [...]”. Assim, como já afirmamos anteriormente, nos séculos XVIII e XIX, os homens produziram uma quantidade de discursos que tinham o objetivo de promover a adequação das mulheres a determinadas funções. Kehl (2008) também afirma que esse padrão de feminilidade sobrevive ainda hoje. Apesar de atualmente ser considerado tradicional, apresenta uma história recente, fazendo parte da constituição do sujeito moderno. Nas palavras da autora:

Também é importante ressaltar que os discursos que construíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, transmitido através da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica que determinava o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente uma mulher (KEHL, 2008, p. 44).

A autora destaca em seu texto que, quando as mulheres passaram a assumir a posição de mantenedoras da ordem e da harmonia do lar, elas se inscreveram sobre duas formas de alienação. A primeira seria no sentido político, já que elas mantiveram-se distantes das

disputas de poder que definiriam seus próprios destinos. A segunda forma seria subjetiva, pois elas renunciaram falar por si próprias, deixando de participar do que Freud chamou de grandes tarefas da cultura. Com isso, haveria uma posição subjetiva que não produz discurso e que apenas espera corresponder o que já está designado no discurso do Outro.

Nesse sentido, Ceccarelli (2013b), por sua vez, afirma que os discursos sobre a sexualidade sempre foram ditados pelos homens, responsáveis por estabelecer o certo e o errado, sobretudo a respeito da sexualidade da mulher. No que se refere ao estudo da sexualidade de ambos os sexos, o autor assevera que pouco se estuda sobre a sexualidade masculina, até mesmo no meio psicanalítico, e mais: que a bibliografia de base analítica sobre a sexualidade masculina é escassa ou quase “inexistente”. Por outro lado, o arsenal bibliográfico da psicanálise sobre a sexualidade feminina sempre cresceu desde os escritos de Freud até os tempos atuais. Diante dessa questão, Ceccarelli (2013b) propõe a seguinte hipótese:

[...] a elaboração teórica sobre a sexualidade feminina seria, no fundo, um recurso utilizado pelos homens para não terem que enfrentar a construção de sua própria sexualidade e, mais ainda, para manter o discurso androcêntrico dominante: a palavra final é sempre dos homens (CECCARELLI, 2013b, p. 84).

Sobre a importância dos discursos, Ceccarelli (2010a, p. 739), em seu artigo “A nova ordem repressiva”, considera as produções discursivas como responsáveis por gerar regras sociais e normas de conduta que servem para “classificar, etiquetar, punir, enfim, para determinar como os sujeitos devem proceder de acordo com um suposto projeto coletivo, ou ainda, com uma natureza humana”, fator que gera uma ordem repressiva.

A partir desta perspectiva de Ceccarelli (2010), questionamos se o discurso rousseauiano que buscava regular, normatizar e padronizar a conduta das mulheres também não serviu para a manutenção de uma ordem repressiva para as mulheres?

Para Ceccarelli (2010a), o discurso sexista, machista e misógino, responsável por regular os costumes e a sexualidade, sempre foi prerrogativa das elites dominantes, da religião e do Estado. Assim, não haveria nenhuma sociedade que não tivesse estabelecido limites para o uso da libido. Contudo, não percebemos que as normas que controlam nossa inserção social são construções, já que as consideramos como verdades imutáveis. Para o autor, a necessidade de verdades que estão disfarçadas em regras de conduta sempre esteve presente desde os primórdios da humanidade.

Apesar de uma normatização da conduta dos sujeitos, por que eles ainda buscam verdades que os mantêm em uma ordem repressiva? Na construção de uma possível resposta a esse questionamento, Ceccarelli (2010a) afirma que o sujeito sempre buscou recursos internos e externos com o objetivo de lidar com seu desamparo (*Hilflosigkeit*) constitucional. É importante considerar que esse desamparo não se refere apenas ao longo período de tempo que o ser humano está sob condições de desamparo e dependência, mas refere-se a uma outra forma de desamparo, chamada de desamparo psíquico. O jovem da espécie humana não tem como lidar com as demandas pulsionais filogeneticamente herdadas, por isso, o Eu busca dar representação às pulsões. Segundo o autor, “Uma das astúcias utilizadas pelo Eu em constituição para lidar com a angústia oriunda do desamparo psíquico é utilizar-se dos elementos do imaginário social da cultura no qual está inserido para dar representações às pulsões” (CECCARELLI, 2010a, p. 745).

Portanto, criamos representações, ideais culturais com os quais nos identificamos como forma de lidar com o desamparo psíquico. Contudo, muitos desses ideais são construídos a partir de discursos misóginos, como o ideal de feminilidade de Rousseau, que propôs um padrão de feminilidade para as mulheres que pode persistir no imaginário social como verdade. O amor materno tão presente nesta proposta de Rousseau e muito discutido por Badinter (1985), seria uma dessas verdades, assim como a desqualificação das mulheres para assumirem certas profissões, certos cargos políticos, já que seriam incapazes, por sua natureza feminina, de executarem determinadas funções ditas masculinas.

Nesse sentido, cada cultura produz discursos que criam ordens repressivas, as quais estão presentes no imaginário social como verdades. Entretanto, ao tratá-los tais discursos como verdades, esquecemos que são construções sociais, o que impede que cada sujeito possa viver a partir da sua singularidade, da sua história pulsional, do seu desejo e não a partir do desejo do outro, como observamos ao longo da história em que mulheres estiveram identificadas aos discursos construídos a partir de uma perspectiva masculina.

No contexto do século XXI, de que forma esse discurso continua normatizando e regulando a conduta das mulheres? As mulheres identificadas a esses discursos misóginos, tornando-se objetos do desejo masculino, seriam capazes de se posicionar diante do outro enquanto sujeitos?

Toda essa análise sobre a sexualidade feminina, sobre a feminilidade e os ideais que servem para normatizar a conduta das mulheres será importante para pensarmos em uma possível relação entre o ideal de feminilidade, presente na proposta de Rousseau, e o caso de mulheres infectadas pelo HIV em relacionamentos estáveis.

Diante desse objetivo, no próximo capítulo, na contramão dessa lógica misógina, procuramos dar voz às mulheres, já que são elas quem contam suas histórias, seus sofrimentos psíquicos ao receberem o diagnóstico de infecção pelo vírus HIV quando estavam em um relacionamento estável e sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas ao se depararem com o diagnóstico de “positivas”. Analisamos suas falas a partir do aporte teórico psicanalítico, o qual é importante para abordarmos uma possível relação entre o ideal de feminilidade de Rousseau e o crescente número de mulheres infectadas pelo vírus.

CAPÍTULO 5

QUEBRANDO O SILÊNCIO: DEPOIMENTO DE MULHERES INFECTADAS EM RELACIONAMENTOS ESTÁVEIS

Iniciamos esta dissertação abordando o ideal de feminilidade presente na proposta romântica de Rousseau e constatamos como as concepções de passividade, maternidade e do lar influenciaram outras produções de saberes sobre o sexo feminino, construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, como a psicanálise freudiana.

Contrapondo-se a essas concepções, abordamos as contribuições de McDougall sobre a sexualidade feminina, a qual assevera que o tornar-se mulher está para além de uma concepção falocêntrica, já que enfatiza a importância da bissexualidade, da identificação da menina com a mãe enquanto adulta sexual, enquanto profissional e enquanto mãe, o que possibilita o surgimento de diferentes desejos na mulher.

Por último, analisamos as construções de ideais como importantes para o processo de recalque das pulsões sexuais, estruturando, assim, uma moral sexual em que a sexualidade das mulheres seria o principal objeto das restrições socialmente estabelecidas diante de uma cultura em que há uma dupla moral sexual.

Todo esse percurso teórico possibilita pensarmos no significativo aumento de mulheres infectadas em relacionamentos estáveis, já que, para tratar sobre o tema do HIV/aids, é importante considerarmos a sexualidade, a diferença sexual, as representações culturais sobre a sexualidade feminina que, como abordamos, são construções históricas e subjetivas.

Dessa forma, pensando na subjetividade de mulheres identificadas ao ideal de feminilidade, presente na perspectiva romântica de Rousseau, questionamos se elas conseguiriam negociar o preservativo no relacionamento afetivo sexual estável, como o casamento ou o namoro. Para nos ajudar nesse processo, analisamos o depoimento de mulheres que contaram suas histórias e suas perspectivas sobre a aids no documentário “Positivas”, um filme brasileiro de longa-metragem produzido em 2009, cuja diretora foi Susanna Lira. Esse documentário venceu o prêmio “Melhor longa-metragem documentário”, do “Festival de Cinema do Rio 2010”, pelo voto popular, e é tido como uma importante produção fílmica, pois mostra a realidade de mulheres consideradas de “bom comportamento” que foram infectadas pelo HIV em relacionamentos estáveis, realidade que se contrapõe à perspectiva de que a aids é doença de prostitutas e mulheres promíscuas sexualmente.

Como vimos anteriormente, no início da epidemia, a aids foi associada à ideia de “grupos de risco”, do qual faziam parte os grupos de homossexuais, prostitutas, hemofílicos, usuários de drogas injetáveis e haitianos. O que contribuiu para a constituição desses grupos foram as primeiras descobertas sobre as formas de contágio do vírus, como as práticas sexuais sem preservativo, o compartilhamento de seringas e a exposição a sangue e agulhas contaminados. Dessa forma, as estratégias de prevenção voltaram-se para os componentes desses grupos (POLISTCHUCK, 2010)

Segundo Ayres (1997), a partir do conceito de “grupos de risco”, as estratégias criadas ao combate de novas incidências do vírus foram consideradas ineficazes do ponto de vista epidemiológico, além de ter gerado preconceitos contra os infectados pelo HIV. Nesse sentido, Guimarães (1996) afirma que uma das formas de prevenção teriam sido os próprios relacionamentos heterossexuais, pois a associação entre Aids e homossexuais sugeriria que ser heterossexual possibilitaria estar protegido da epidemia.

Com isso, mulheres heterossexuais, casadas ou namoradas, não faziam parte desses grupos, o que fez com que, no início da epidemia, não houvesse estratégias de prevenção voltadas para elas, fato que culminou em um agravamento da epidemia, pois houve um crescente número de mulheres em relacionamentos estáveis infectadas pelo vírus e, conseqüentemente, uma feminização da epidemia.

Apesar das críticas voltadas para a concepção de “grupos de risco”, ainda hoje ela está presente no imaginário social, impedindo que o uso do preservativo faça parte da vida sexual de mulheres em relacionamentos estáveis.

Para ilustrar essa questão, trago um caso registrado no documentário, o de Cida, uma professora da rede pública de ensino, de cinquenta e quatro anos de idade e que vive há nove anos com o vírus. Foi infectada pelo HIV em um relacionamento estável, que durou três anos. Em 1999, por estar sentindo alguns sintomas, consultou vários especialistas, os quais não pediram o teste para HIV. Somente um ano depois foi solicitado o teste e o ela fez, com a certeza de que o resultado seria negativo, contudo foi diagnosticada com o vírus:

Jamais eu poderia imaginar que um dia a aids viesse a fazer parte da minha vida. Eu sempre achei que nunca fizesse parte do “grupo de risco” que se falava, né?... No início da epidemia. Porque sempre se falava que quem era vulnerável era as pessoas que tinham muitos parceiros, que usavam drogas, que tinham feito transfusão. Nada disso era o meu caso.

Ceccarelli (2013a), em seu artigo “Acaso, repetição e sexualidade: como colocar camisinha na fantasia”, ao abordar sobre a relação entre aids e criação de grupos minoritários

para o combate da epidemia, afirma que, a partir da estratégia de criação desses grupos, evitou-se analisar o centro da questão: a sexualidade e suas práticas, o que contribuiu para a proliferação do vírus. Para o autor, essa ideia “tranquilizadora” ainda persiste em homens e mulheres, o que permite que aconteçam atitudes preconceituosas em relação à aids.

Dessa forma, mais uma vez, persiste um silêncio diante da sexualidade feminina, que sempre foi problemática para o imaginário da cultura ocidental (CECCARELLI, 2013). É justamente sobre a sexualidade feminina, sobre a feminilidade e a epidemia do HIV que se pretende tratar neste momento, já que, pensar nessa relação é fundamental para um combate da epidemia entre mulheres. Tal percurso é feito “quebrando o silêncio” de mulheres que contaram suas histórias no documentário “Positivas” e analisando a possível relação entre mulheres infectadas em relacionamentos estáveis e a identificação ao ideal de feminilidade presente na proposta de Rousseau.

5.1 RELACIONAMENTO ESTÁVEL E OS DESAFIOS DA NEGOCIAÇÃO DO PRESERVATIVO: a passividade e a submissão diante do desejo masculino

Abordamos, no primeiro capítulo desta dissertação, o ideal de feminilidade de Rousseau, que traz um modelo de mulher ideal, o qual segundo Kehl (2008), é o paradigma do ideal de feminilidade, Sofia. Para autores como Kehl (2008), Carvalho (2003), Costa (2003) e Nunes (2000), ainda hoje podemos escutar as ressonâncias desse modelo de mulher submissa, frágil, dócil e recatada. Assim, a pulsão parcial, perversa, polimorfa se inscreve no psiquismo de diferentes maneiras, em que a identificação com esse modelo também é uma forma possível de inscrição do sujeito na ordem cultural.

No ideal de feminilidade proposto por Rousseau, vimos que a mulher deveria sofrer um verdadeiro adestramento para poder suportar esse lugar de submissão, como afirma Nunes (2000). De acordo com Rousseau ([1762] 1973), a educação das mulheres estaria voltada para agradar e satisfazer as necessidades do marido, com isso, poderiam desde cedo sofrer constrangimentos para que se atingisse tal propósito. Acerca desse assunto, referindo-se às mulheres, Rousseau declara:

Estarão a vida inteira escravizadas a constrangimentos contínuos e severos, os de decoro e das conveniências. É preciso exercitá-las desde logo a tais constrangimentos, a fim de que não lhes pesem; a dominarem suas fantasias para submetê-las às vontades dos outros (ROUSSEAU, [1762] 1973, p. 429).

Esse processo educativo, preconizado por Rousseau ([1762] 1973), seria a base para o sucesso da vida do casal e da família. Como se analisou anteriormente, esse projeto rousseauiano é considerado por Nunes (2000) como uma verdadeira tortura, já que a subjugação das mulheres era o principal objetivo dessa educação. Nesse processo educativo, Rousseau ([1762] 1973) instituiu a doçura como qualidade das mulheres. Essa qualidade seria importante para que a mulher suportasse as injustiças e os erros do marido sem reclamar, como podemos ler neste excerto:

A primeira e a mais importante qualidade de uma mulher é a doçura: feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto um homem, amiúde cheio de vícios, e sempre cheio de vícios, ela deve aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar (ROUSSEAU [1762] 1973, p. 430).

Segundo Nunes (2000), nessa proposta rousseauiana o sacrifício seria considerado como algo natural na mulher, na verdade, seria um dos seus dons. Dessa forma, as mulheres deveriam sacrificar seus anseios, seus projetos, sua capacidade de pensar, seus direitos pessoais e civis, em nome dos filhos e do marido. A mãe passa, então, a ser comparada como um mártir da modernidade, e a essa característica atribuiu-se um valor positivo e inexistente. Assim, seria por meio da maternidade, do sacrifício, do sofrimento, que a mulher considerada a pecadora, a Eva, poderia ser redimida.

Diante desse ideal de feminilidade, questionamos se as mulheres identificadas a esse modelo de sujeição conseguiriam negociar o preservativo na relação sexual. No contexto do relato das participantes do documentário “Positivas”, Cida comenta sobre o aumento no número de mulheres infectadas, por meio desta afirmação:

Eu acredito que o número de mulheres infectadas tenha aumentado porque **nós mulheres fomos educadas para não discutirmos relação, aceitamos o que o parceiro quer. Se a mulher tem já algum tempo já de casada, muito menos. Como ela vai pedir pro marido usar preservativo?** E ainda existe aquela coisa de que o casamento imuniza. E nós sabemos bem na nossa cultura é que o homem pode até está feliz em casa, mas se alguém na rua der confiança ele tem que ir atrás. Nós, em casa, aceitamos os nossos parceiros, às vezes sabendo que eles têm outras relações fora de casa e aceitamos sem o uso do preservativo. **Negociar o preservativo ainda é muito difícil. Eu acho que o que tem que ser feito é a mulher se empoderar e dizer: “não, sem preservativo eu não vou transar”. Então, a partir do momento que as mulheres começarem a observar que elas têm o direito de dizer não.** Se as pessoas acham que a prova de amor maior é não usar o preservativo, eu falo sempre nas palestras o contrário. Prova de amor maior é você usar o preservativo, porque aquele companheiro não usa contigo ele não vai usar com mais ninguém também na sua vida.

Essa fala de Cida é sem dúvida bastante significativa, pois aborda vários aspectos importantes para pensarmos em mulheres infectadas pelo vírus HIV em relacionamentos estáveis, como a educação das mulheres, a negociação do preservativo no casamento, a relação amorosa e o empoderamento feminino.

A respeito da educação e do aumento de mulheres infectadas, Cida afirma: “Eu acredito que o número de mulheres infectadas tenha aumentado porque nós mulheres fomos educadas para não discutirmos relação, aceitamos o que o parceiro quer”. Dessa forma, para Cida, não discutir relação e aceitar o desejo masculino seriam atributos do sexo feminino, já que elas são educadas para isso. Outra conduta que mulheres também apresentam é a dificuldade de “dizer não” ao marido, de dizerem “não, sem preservativo eu não vou transar”, apesar de muitas saberem que eles possuem outros relacionamentos fora do casamento.

Sobre os atributos da mulher em nossa cultura e da sexualidade feminina, analisamos, a partir de McDougall, que os pais são uma emanção do discurso sociocultural, o qual serve como referencial identificatório para a constituição da sexualidade feminina. Ceccarelli (2010b), por sua vez, também afirma que é por meio dos pais e do grupo primário que a criança adquire os elementos de informação sobre o sistema simbólico em que está inserida. Com isso, adquire os códigos que determinam as condutas do que é ser menino ou menina.

Para o autor, seria por meio das identificações que a criança poderia adquirir os atributos do gênero. A identificação, segundo Ceccarelli (2010b), é um processo inconsciente que possui uma dinâmica própria e é importante na constituição do Eu, já que este é formado a partir de uma série de identificações.

Ceccarelli (2010b) também assevera que, como os processos identificatórios são tributários do simbólico, da cultura da qual fazem parte, é por esse processo que a cultura “humaniza”, mostrando sua diversidade. A partir dessa perspectiva, podemos pensar na não existência de uma natureza intrínseca no ser humano, em uma essência, mas em ideais culturais responsáveis por normatizar, por regular, por definir o que é ser masculino e feminino em nossa sociedade, já que “por falta de identidade somos condenados à identificação” (CECCARELLI, 2010b, p. 281).

Dessa forma, a família e as instituições sociais transmitem, por meio dos processos educativos e dos seus desejos inconscientes, os ideais culturais, com os quais a criança se identifica e que são responsáveis por organizar a posição do homem e da mulher na ordem cultural. No depoimento de Cida, ela nos alerta sobre as condutas que muitas mulheres

possuem diante do homem e que seriam motivos para que o número de mulheres infectadas aumentasse.

Assim, não discutir relação nem dizer não ao marido, podendo apenas aceitar o que o parceiro quer, por exemplo, o não uso do preservativo na relação sexual, são condutas que muitas mulheres do século XXI ainda apresentam, mas que surgiram nos séculos XVIII e XIX, a partir de Rousseau, o que nos faz pensar em uma identificação a um modelo de mulher ideal rousseauiano.

A frase de Cida sobre a educação e conduta das mulheres remete a uma característica que elas deveriam apresentar. Tal modelo, prescrito por Rousseau ([1762] 1973), refere-se à ideia de que a mulher deveria obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, assim, ela deveria até sofrer injustiças, suportando os erros do marido sem se queixar. Dessa forma, as mulheres deveriam permanecer caladas na relação conjugal, submetendo-se ao marido. Acerca dessa conduta presente na proposta de Rousseau, Nunes (2000) afirma que

[...] outro aspecto importante a ser ressaltado nesse projeto pedagógico é ele pressupor que a menina aprenda não só a se submeter calada, como a fazê-lo de bom grado, extraíndo daí satisfações. É como se a educação das jovens devesse se constituir num exercício constante de disciplinarização do prazer feminino, de forma a fixá-lo nesse modelo de uma relação conjugal de submissão (NUNES, 2000, p. 46).

Dessa forma, além de a mulher permanecer calada, realizando o que o parceiro quer, deve fazê-lo de bom grado e obter satisfação nessa conduta que a submete ao marido. Além disso, o prazer feminino deveria ser disciplinado, controlado, para que ela permanecesse nesse modelo de relação de submissão.

Em relação ao desejo, segundo Nunes (2000), para que a mulher se voltasse apenas para a maternidade e para o marido, ela não só deveria abdicar de atividades sociais e intelectuais, como também de algo mais profundo, ou seja, de qualquer desejo pessoal. Dessa forma, quando Cida afirma que “aceitamos o que o parceiro quer” e comenta a dificuldade da mulher em dizer que sem preservativo não haverá relação sexual, questionamos como se posicionar como sujeito do seu desejo? Pensando na infecção do HIV, como a mulher, identificada a esse ideal de feminilidade, conseguirá negociar o uso do preservativo com um parceiro que não quer usá-lo?

Para pensarmos mais sobre essas questões, trago também outro depoimento gravado no documentário, o de Heli, uma senhora de sessenta e cinco anos de idade, soropositiva há catorze anos, que possui quatro filhos, dona de casa, moradora de Piedade, no Rio de Janeiro,

e que viveu trinta e um anos casada. Na semana em que adoeceu, seu marido morreu diagnosticado com aids. Sobre o seu casamento, além de contar sobre a traição do marido, também relata:

Eu fiquei casada trinta e um anos, não tinha nenhuma regalia pra nada, eu não saía, eu não ia a cinema, não íamos à festa, não íamos a lugar nenhum. Quando ele adoeceu que morreu, eu pensei assim: “bom... agora eu tô livre!”. Mas aí não fiquei livre, porque trinta e um anos de casamento, sem usar camisinha, não podia dar outra, outro resultado que não esse.

Interessante verificar como Heli, ao falar sobre os seus desejos, sobre aquilo que lhe dá prazer – como sair, ir ao cinema e ir à festa – trata-os como se fossem regalias, o que nos remete à figura de uma prisioneira que foi condenada a não ter nenhum tipo de privilégio, ou seja, não poderia realizar seus desejos próprios de lazer, cultura, diversão e arte. Aprisionada ao seu casamento, imaginava que, com a morte daquele que ela coloca na posição de inquisidor imaginário, seu marido, estaria livre. Contudo, viu-se diante de uma nova prisão, o HIV, deixada por aquele que a condenou a viver presa.

Heli é a típica mulher destinada apenas ao espaço privado, que renuncia aos seus desejos – sair, ir à festa, ir ao cinema –, mantendo-se “presa” ao casamento e submissa ao desejo do marido. Ao ter essa conduta, abre mão da sua posição de sujeito, tornando-se objeto do desejo masculino.

Para Kehl (2008), quando a mulher se coloca na dependência do desejo dos homens, instala-se em uma posição que equivale à da castração infantil, na qual quem sabe do desejo (e se responsabiliza por ele) é sempre o outro. Com isso, ela não consegue escrever sua narrativa singular, ou seja, escrever sua história e escolher que mulher ela gostaria de ser, a partir do seu próprio desejo.

Segundo Nunes (2000), a mulher, no projeto de Rousseau, é aquela que se sacrifica e abre mão dos seus próprios desejos, da sua condição de sujeito em nome do homem. Dessa forma, ela seria puro objeto de desejo e de gozo masculino. Com isso, a mulher identificada a esse ideal de feminilidade estaria submetida a uma posição de objeto e não a uma posição de sujeito.

Assoun (1993, p. 152), por sua vez, ao comentar sobre as mulheres presentes no século XIX, em seu livro “Freud e a mulher”, elabora esta afirmação:

Condenada a entrar no desejo apenas através da união com o homem, ela lhe devia até mesmo a propriedade de sua angústia. Quando se sentia frustrada, o essencial de

sua alienação social já fora decidido, uma vez que era seu ingresso no casamento que a condenava a ligar ao homem sua economia de gozo.

Dessa forma, nesse modelo de feminilidade, o próprio desejo da mulher surge a partir do desejo masculino, como afirmou Assoun (1993), já que ela se sacrifica e abre mão de sua condição de sujeito em nome do homem, em nome da família. Dessa forma, não poderia satisfazer seus próprios desejos, já que eles estavam submetidos ao desejo do marido.

Podemos verificar tal conduta em Heli, ao relatar que nunca possuiu “regalia”, e em Cida, que, ao comentar sobre a dificuldade da mulher em negociar o preservativo, afirmou: “aceitamos o que o parceiro quer”. Desse modo, são mulheres que estavam sintonizadas com o desejo masculino e com o destino que a cultura lhes reserva.

A partir dessa perspectiva, levantamos como hipótese que a mulher identificada a esse ideal não conseguiria negociar o uso do preservativo na relação sexual, pois não se posicionaria enquanto sujeito na relação com o parceiro sexual estável, permanecendo em uma posição de objeto, o que a manteria calada diante do desejo do marido ou do namorado. Assim, o preservativo seria usado a partir da decisão do homem.

Para Costa (2003), o ideal cultural romântico de Rousseau reforça a atitude submissa das mulheres diante dos gestos, das palavras e dos desejos masculinos. Assim, muitas aceitam as solicitações masculinas como imperativas, dentre as quais a pior é a solicitação da relação sexual sem preservativo. Dessa forma, as mulheres se conduzem tuteladas, quando se trata de afirmar seus desejos e interesses na interação sexual com os homens (COSTA, 2003).

Ceccarelli (2013 p. 72) aborda a questão da importância de as mulheres se posicionarem enquanto sujeitos, para que possam negociar o uso da camisinha. Em suas palavras: “posicionar-se diante do parceiro quanto ao uso do preservativo é, antes de mais nada, posicionar-se como cidadã e sustentar uma fala de sujeito para sujeito”. Dessa forma, essa posição subjetiva passiva, submissa, em que não se pode “discutir relação” nem falar sobre o seu desejo, como verificamos no depoimento de Cida e de Heli, dificultaria a negociação do preservativo.

5.2 IDEAL DE FEMINILIDADE E MASOQUISMO

Mostramos que a mulher, nesse ideal de feminilidade proposto por Rousseau, seria aquela que sofreria injustiça, faria sacrifícios e até suportaria os erros do marido, mantendo-se doce e extraindo satisfação dessa relação de submissão. A partir dessa perspectiva, pensamos

que as mulheres identificadas a esse ideal estariam submetidas a um modelo de subjetividade masoquista. Sobre essa questão, Nunes (2000), ao analisar essa perspectiva, afirma que

A possibilidade de que uma mulher se colocasse em uma posição de submissão ao outro masculino estava inscrita nas práticas sociais que não davam às mulheres o lugar de cidadãs e de sujeito. Portanto, o masoquismo feminino nas mulheres torna-se possível e pensável tanto no que diz respeito às condições concretas a que elas estavam submetidas, como também em relação ao universo simbólico dos primórdios do século XX. Da segunda metade do século XIX às primeiras décadas de nosso século, repetiu-se cada vez mais alto que o devotamento à família seria parte integrante da natureza feminina e que nele estaria a fonte mais segura de sua felicidade, mesmo que implicasse em sofrimento e sacrifício.

Dessa forma, a partir de Nunes (2000), podemos pensar no masoquismo feminino como fazendo parte da subjetividade de mulheres identificadas a esse modelo presente na proposta rousseauiana, já que elas estariam submetidas a certas práticas sociais que exigem delas submissão ao homem e sacrifício, ao abdicarem seus desejos com o intuito de serem mães e esposas dedicadas, o que acaba gerando sofrimento psíquico a elas. Esse foi o caso de Heli, mulher dedicada à família, que passou trinta e um anos “aprisionada” ao casamento, suportando a traição do marido, além de não poder ter “regalia”, ou seja, não podia realizar seus desejos enquanto sujeito, enquanto autora da sua própria história.

Segundo Nunes (2000), a descrição de feminilidade feita por Rousseau possibilita que a fórmula “ser mãe é padecer no paraíso” nasça com muita força e forneça a base para que o século XIX considere a mulher como portadora de uma essência masoquista.

Essa relação de que o masoquismo seria essência da feminilidade foi feita primeiramente por Krafft-Ebing, em sua obra “Psicopatologia sexual”, uma referência clássica que surgiu no século XIX e norteou os debates sobre sexualidade e perversões. Desde esse autor, o imbricamento da dor no prazer não era considerado como a única característica do masoquismo, mas, ao se referir ao masoquismo presente na mulher, a ideia de submissão e servidão já justificava a denominação de “masoquismo feminino”, mesmo que ele não fosse considerado como patológico (NUNES, 2000).

Fortes (2012), em seu livro “A dor psíquica”, e Nunes (2000) afirmam que Freud escolheu o termo masoquismo, pois essa palavra enfatiza a posição de submissão e não apenas a ideia de sentir prazer com a dor, aproximando-se, com isso, do sentido que Krafft-Ebing deu ao masoquismo. Nesse contexto, Birman (2017, p. 28), ao abordar a relação entre prazer e dor no masoquismo, declara:

Assim, é preciso dizer literalmente que o masoquismo não é o simples deleite com o sofrimento, mesmo que tenha sido esta a representação maior que se constituiu no discurso psicopatológico desde a sexologia, na segunda metade do século XIX. Não se trata, pois, na experiência masoquista, para o sujeito, do simples usufruto do prazer e do gozo com a dor.

Dessa forma, segundo Birman (2017), a dor seria apenas um resultante da posição servil. Assim, mais do que um deleite com o sofrimento, o masoquismo seria uma modalidade de subjetivação, na qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil para fugir do horror do desamparo. Não abordamos, nesta pesquisa, a relação entre masoquismo e desamparo para não fugirmos dos objetivos propostos. Neste momento, vale ressaltar a posição do masoquista diante do outro, já que essa questão nos dá subsídio para pensar em mulheres que, submetidas ao homem, não conseguem negociar o uso do preservativo na relação sexual.

Fortes (2012), por sua vez, propõe uma análise do masoquismo como uma figura da servidão, assim, ele ocuparia uma posição de humilhação e assujeitamento na relação com o outro. Seria essa a posição que muitas mulheres identificadas ao ideal de feminilidade dos séculos XVIII e XIX ainda assumem?

Para Nunes (2000), o conceito de masoquismo não se desenvolveu de forma linear, já que se modifica a partir das mudanças na teoria das pulsões. Dessa maneira, em sua primeira perspectiva sobre o masoquismo, Freud considera-o uma atitude passiva, aproximando-se da passividade presente nas mulheres. Desde o início, há uma ligação entre masoquismo, feminino e passividade, assim como entre sadismo, masculino e atividade. Sobre essas relações, podemos verificar, nos “Três ensaios”, a seguinte afirmativa:

É ainda evidente que a existência do par de opostos sadismo-masoquismo não é dedutível, em termos imediatos, da mescla de agressão. Ao contrário, ficaríamos tentados a relacionar a presença simultânea desses opostos com a oposição entre masculino e feminino que se combina na bissexualidade, oposição que amiúde é substituída pelo contraste entre o ativo e passivo (FREUD, 1905, p. 151).

A partir dessa perspectiva, Nunes (2000) considera que, nesse primeiro momento de sua teoria, Freud, ao relacionar passividade e feminino, associa mulher e masoquismo, reeditando o ideário do século XIX. É importante afirmar que o masoquismo, no primeiro momento da obra freudiana, é abordado como uma derivação do sadismo, dessa forma, os componentes pulsionais agressivos seriam dirigidos a objetos externos e depois esse sadismo se voltaria contra o próprio ego, passando a ser chamado de masoquismo. Essa perspectiva sobre o masoquismo e sadismo pode ser verificada desde os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, em 1905, até em “Uma criança é espancada”, de 1919.

É no texto de 1924, “O problema econômico do masoquismo”, que Freud formula a existência de três formas de masoquismo: masoquismo erógeno, que estaria na base das duas outras formas de masoquismo, seria uma espécie de reservatório da pulsão de morte e surgiria no momento em que a pulsão de morte fosse erogeneizada; um masoquismo moral, que estaria relacionado a um sentimento de culpa edípico inconsciente e um masoquismo feminino.

Este último seria, para Freud (1924b), o mais acessível à observação e estaria com maior frequência presente nos homens. Nesse tipo de masoquismo, há a realização das fantasias em forma de jogo, cujo conteúdo manifesto é o seguinte: “ser amordaçado, amarrado, golpeado, chicoteado de maneira dolorosa, maltratado de algum modo, obrigado à obediência incondicional, sujado, humilhado” (FREUD, 1924b, p. 189). Ainda sobre essas fantasias, Freud (1924b, p. 189) afirma que: “[...] é fácil perceber que elas põem o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina, isto é, significam ser castrado, ser possuído ou dar à luz. Por causa disso chamei de feminina essa forma de masoquismo [...]”.

Para Nunes (2000), apesar de Freud não afirmar que a mulher seja masoquista por excelência e o seu trabalho trata de um fantasma masculino de se colocar no papel da mulher, objeto de amor paterno, isso não anula a relação que ele faz entre masoquismo e feminino. Além disso, “se o desejo masoquista é de se colocar no lugar da mulher, o que o masoquista encena é o lugar reservado à mulher na relação com o homem” (NUNES, 2000, p. 212). A partir dessa concepção sobre o masoquismo, Freud reforça a relação entre mulher, passividade e masoquismo, tão presente nos discursos do século XIX, que sustentavam uma essência masoquista para a mulher.

Propomos, neste momento, pensar o masoquismo feminino presente nas mulheres não como uma essência, mas como resultado da identificação a um ideal de feminilidade misógino que as submete a certas práticas sociais, como a passividade, a servidão e a submissão diante do desejo masculino.

Para pensarmos nessa modalidade de subjetivação em mulheres e sua relação com o aumento de infectadas em relacionamentos estáveis, trago o caso de Rosário, também recortado do documentário “Positivas”, uma senhora evangélica de cinquenta e três anos de idade, soropositiva há dez anos, morou doze anos com o companheiro que lhe transmitiu o HIV e possui três filhas e doze netos. Rosário é uruguaia, vive há vinte e três anos no Brasil e atualmente mora no Estado da Bahia.

Em seu depoimento, ela comenta a dedicação que sempre teve à família e também relata a falta de cuidado que tinha com ela própria. Contudo, com a descoberta de que era

portadora do vírus, conta que sua vida “mudou”. Hoje, Rosário faz parte dos movimentos sociais, fez um curso de Direitos Humanos no “Grupo de Apoio à Prevenção da aids” (GAPA), tornando-se uma promotora legal popular:

Minha vida começou depois de eu descobrir ter HIV. **Eu era uma mulher que eu vivia para as minhas filhas, para os meus netos, para o meu marido, nunca me cuidei, nunca fui no ginecologista, a não ser quando eu ia ter meus filhos.** Depois que eu tive HIV minha vida mudou, sabe? A luta no movimento social, tudo depois do HIV. As pessoas que me conhecem, que eu conheço, foram depois do HIV. Eu não seria a Rosário, a gringa, aquela mulher da Bahia, do sotaque. Eu não seria conhecida, se eu não tivesse o vírus do HIV.

Ainda sobre a conduta de Rosário antes da infecção pelo HIV, trago também o comentário da sua filha: “Antes, mainha não era assim do jeito que ela é agora. Ela era assim passiva, calma, no cantinho dela. Como ela mudou, realmente ela mudou, se transformou em outra mulher”.

Podemos verificar, a partir do depoimento de Rosário e de sua filha, que ela era uma mulher passiva, que vivia em prol do outro e, dessa forma, seria mãe, avó e esposa dedicada, mas que nunca se cuidava, priorizando apenas a família. Diante disso, haveria na subjetividade de Rosário uma identificação ao ideal de feminilidade muito presente no século XIX, o qual, como analisamos, coloca como responsabilidades das mulheres a família, o espaço doméstico e a maternidade e, como conduta, o sacrifício, a subordinação, a docilidade e a passividade diante do marido.

A partir da descoberta do HIV, Rosário passa a realizar os seus desejos enquanto mulher, enquanto sujeito do seu desejo. Assim, o começo da vida de Rosário, ao qual se refere no início de seu depoimento, seria uma nova posição que passou a assumir, uma posição de sujeito e não mais de objeto que buscava satisfazer o desejo do outro.

Abordamos essa questão a seguir, de forma mais detalhada. Contudo, é interessante verificar que essa nova posição vem acompanhada de uma valorização narcísica e isso fica claro quando Rosário afirma que “eu não seria a Rosário, a gringa, aquela mulher da Bahia, do sotaque. Eu não seria conhecida, se eu não tivesse o vírus do HIV”.

O enunciado “nunca me cuidei, nunca fui no ginecologista, a não ser quando eu ia ter meus filhos” faz-nos refletir sobre o fato de que, até mesmo o momento em que Rosário vai ao médico, é para tratar da única função que poderia assumir, a maternidade. Desse modo, ir ao ginecologista não teria o significado de cuidar de si enquanto sujeito, da sua própria saúde, como a proteção sexual, mas de algo que lhe traz uma responsabilidade com o outro, a maternidade, já que este seria o seu destino: ser mãe.

A maternidade seria a única possibilidade sublimatória para as mulheres do século XIX (NUNES, 2000). Rosário, assim como Heli, identificadas ao ideal de feminilidade rousseauiano, teriam como possibilidade sublimatória o ser mãe.

Kehl (2008) considera que o que a cultura dos séculos XVIII e XIX interditou às mulheres foram outras possibilidades identificatórias, pois apenas era permitido para a menina a identificação à mãe, não enquanto mulher no sentido amplo, mas na posição materna. Dessa forma, ao se pensar em Rosário e Heli, ser mãe e ser esposa dedicada também seriam as únicas posições assumidas por elas antes da descoberta da infecção pelo HIV.

Para Nunes (2000), no ideal proposto por Rousseau, o exercício da maternidade era diretamente vinculado à necessidade de um sacrifício por parte das mulheres. Assim, elas sacrificavam seus anseios, seus projetos em nome dos filhos e do marido. Rosário parece ser essa mulher que se sacrifica, que não cuida de si para cuidar do outro, que não realiza os seus desejos para se dedicar apenas à família. É apenas com a descoberta de que foi infectada pelo HIV que o ser mulher passa a ter um novo significado, não mais apenas de ser mãe, de ser esposa que vive em prol do outro, mas de mulher que participa dos movimentos sociais, tornando-se uma promotora legal popular.

Dessa forma, levantamos como hipótese que Rosário – antes da descoberta do HIV – e Heli apresentariam uma subjetividade masoquista. Como comentamos anteriormente, o masoquismo feminino poderia ser pensado nas mulheres a partir da passividade, da submissão, da não realização dos seus desejos, enquanto sujeitos, e do sacrifício. Diante disso, haveria ideais que possibilitam o surgimento de subjetividades masoquistas, e não uma “essência” masoquista, como verificamos na tese freudiana sobre o masoquismo.

5.3 ESCREVENDO SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

“Positivas” é um documentário que, além de contar como mulheres foram infectadas pelo HIV em relacionamentos estáveis, aborda também as consequências da infecção em suas vidas. Michele, uma das mulheres cuja história está no documentário, foi demitida do emprego quando descobriram que era portadora do vírus, Cida ficou cega por conta de uma doença oportunista, Ana Paula esteve cinco dias em trabalho de parto, pois nenhum médico quis fazer uma cesárea porque era soropositiva e, devido a isso, perdeu o bebê.

Apesar dessas consequências, elas conseguiram se posicionar diante do sofrimento e atualmente fazem parte de movimentos sociais com o intuito de combater a epidemia do HIV entre mulheres. Ana Paula, Silvia, Medianeira, Rosário e Cida participam do “Movimento

nacional das cidadãs positivas”, uma ONG cujo objetivo é atuar como rede em defesa e para a garantia dos direitos das mulheres, bem como atuar no controle social de políticas para mulheres e também promover o fortalecimento individual e coletivo das mulheres que vivem com HIV/aids, para atuação em ações de prevenção à infecção pelo HIV entre mulheres e na prevenção secundária, contribuindo no controle da epidemia de HIV/aids no Brasil.

Dessa forma, apesar do diagnóstico positivo para HIV, considerando que, segundo Moreira e outros autores (no prelo), toda comunicação de diagnóstico HIV/aids é sempre traumática, essas mulheres conseguem viver de forma saudável, sem doenças oportunistas, engajando-se na luta por seus direitos e no combate à epidemia do HIV em mulheres.

Neste momento, analisamos o caso de Rosário, cujo depoimento traz uma “mudança de vida” a partir do diagnóstico do HIV, pois ela deixou de ser apenas passiva, mãe e esposa para lutar nos movimentos sociais, assumindo, assim, uma posição de sujeito, como mostramos há pouco. Dessa forma, depreende-se que houve uma mudança em sua posição subjetiva a partir da descoberta do vírus.

Para pensarmos acerca dessa questão, recorremos ao trabalho de Moreira e outros (no prelo), que corresponde a uma pesquisa desenvolvida no HUIBB (Hospital Universitário João Barros Barreto), localizado em Belém do Pará. Essa pesquisa teve por objetivo identificar e analisar determinantes sócio-históricos e sobredeterminantes inconscientes que dificultam às mulheres negociar o uso do preservativo. Como procedimento, utilizou-se o método clínico psicanalítico, dessa forma, houve, concomitantemente, pesquisa e intervenção terapêuticas. O atendimento psicoterápico foi realizado no período entre 2012 e 2014, com cem mulheres, com idades entre vinte e sessenta anos, vivendo com aids e que estavam internadas no referido hospital.

Foi identificada, por meio da escuta clínica, a presença de um padrão de feminilidade que impõe a elas os ideais de mãe e esposa como modo de subjetivação. Além disso, verificou-se que, com a descoberta do diagnóstico, surge um conflito psíquico entre os seus próprios ideais de mulher dedicada à família e o imaginário de que aids atinge apenas prostitutas e homossexuais. Dessa forma, seus ideais não se sustentam diante da realidade da infecção, já que eles não foram suficientes para que a aids não fizesse parte da sua vida, conforme se pode ler neste trecho:

Pode-se descrever os processos psíquicos observados da seguinte maneira: elas são encontradas imersas em sofrimento resultante de um conflito psíquico entre seus ideais de esposa e mãe e, a concepção imaginária de que aids é doença de prostituta e homossexuais. Isso as coloca diante de um enigma: não sendo promíscuas, como se contaminaram com o HIV? Essa dúvida as leva a se indagar se foram

contaminadas por seus maridos e abre um novo conflito psíquico, onde a questão passa a ser: então ser esposa de um homem só e mãe de seus filhos não foi suficiente para protegê-la da aids? (MOREIRA et al., no prelo).

Diante desse conflito, Moreira e outros (no prelo) afirmam que os referenciais identificatórios que sustentavam o sentimento de identidade feminina, que possuíam antes do diagnóstico, foram perdidos, o que resultou em estados depressivos. Além disso, houve também a perda do ideal romântico de completude e o ideal de corpo saudável. Assim, a realidade psíquica de mulheres internadas por aids no hospital giraria em torno da perda, já que a nova realidade não corresponderia a que estavam identificadas, contudo, as antigas identificações continuariam investidas como um objeto perdido.

Todavia, há também uma negociação subjetiva diante do sofrimento psíquico que possibilita um reposicionamento psíquico, de acordo com o que Moreira e outros (no prelo) afirmam:

[...] afinal a destruição também é um ato criador; na perda, também há um ganho. Essa dimensão criativa, a possibilidade de uma renegociação de quem se pode ser agora, mediante um novo posicionamento subjetivo, mesmo que sob os escombros de quem se foi [...].

Desse modo, a partir das perdas, da quebra dos ideais identificatórios, haveria a possibilidade de um novo posicionamento subjetivo. Nesse sentido, ao analisarmos o depoimento de Rosário, supomos que essa “mudança de vida”, presente em seu depoimento e que ocorreu a partir da descoberta do diagnóstico, seria uma nova posição subjetiva assumida diante do outro. Sobre essa nova conduta assumida por Rosário, uma de suas filhas comenta:

Antes, mainha não era assim do jeito que ela é agora. Ela era assim passiva, calma, no cantinho dela. Como ela mudou, realmente ela mudou, se transformou em outra mulher. Ela luta pelos ideais que ela tem, que ela pensa, que ela acha. Eu vejo ela aqui noites adentro escrevendo relatório e fazendo aquilo que ela gosta, como ela se identificou. Como ela ficou bem mesmo depois desta reviravolta que teve na vida dela. Ela conseguiu dar a volta por cima.

O relato da filha deixa patente a mudança de Rosário, que também enfatiza em seu relato as mudanças que ocorreram em sua vida depois que descobriu que havia sido infectada pelo HIV. Pode-se pensar que, diante do diagnóstico, surge um conflito psíquico entre os ideais de esposa e mãe e a concepção imaginária de que aids é doença de prostitutas e homossexuais e, como resultado desse conflito, a identificação ao ideal de feminilidade que a submetia ao desejo do marido, já não lhe serviu mais, pois, apesar de ser uma esposa e mãe

dedicada, foi infectada pelo vírus. Com a perda dos antigos ideais, Rosário, então, buscou outros modelos de identificação, menos repressores e misóginos.

É importante destacar que, como afirma Nunes (2000), abrir mão de uma insígnia identificatória não é possível sem suportar a angústia e a dor do desamparo. Nesse sentido, apesar de Rosário não comentar o sofrimento e o conflito psíquico gerado com a descoberta da sua soropositividade, enfatizando as mudanças satisfatórias que ocorreram com a descoberta da infecção, pode-se afirmar que esse processo de mudança subjetiva foi acompanhado de angústia e sofrimento.

Como abordamos anteriormente, Nunes (2000) afirma que as mulheres identificadas a esse modelo de feminilidade teriam a maternidade como única possibilidade sublimatória, o que podemos verificar no depoimento de Rosário, quando afirma que era uma mulher que vivia para as filhas, os netos e o marido. A identificação a novos ideais possibilitou que Rosário passasse a sublimar, não apenas a partir da maternidade, mas por meio da participação nos movimentos sociais. Atualmente ela é promotora legal popular e ativista contra a aids, divulga meios de prevenção, realiza palestras para grupos e comunidades, na tentativa de que outras mulheres não se infectem com o HIV, como podemos verificar a partir deste excerto do documentário:

Essas mulheres que acreditam nos maridos, que os maridos têm uma relação fora do casamento, infectam as mulheres. A falta de reconhecimento, de negociação com os maridos por causa do preservativo, isto me preocupa muito. Então trato de trabalhar nos bairros, nas comunidades pra poder estar passando isto que eu sei, isso que eu aprendi, essa minha lição de vida, para que as mulheres tomem uma iniciativa, aprendam a negociar com seus maridos.

Dessa forma, a partir de novas identificações, a concepção de mulher em nossa cultura passa a ter um novo significado para Rosário, o que nos faz supor a mudança de uma posição subjetiva passiva, masoquista, para uma posição subjetiva ativa, enquanto sujeito.

Ao pensarmos na perspectiva freudiana sobre a sexualidade feminina e na nova posição subjetiva assumida por Rosário, ou seja, de mulher que luta pelos seus direitos, participando de movimentos sociais, esta seria como uma das psicanalistas que Freud se referiu em seu texto de 1933, ou seja, seria mais masculina do que feminina, pois não estaria apenas voltada para a maternidade. Por outro lado, ao pensarmos na perspectiva de McDougall sobre a sexualidade feminina, Rosário seria uma mulher com diferentes desejos, como o maternal e o de ser uma promotora legal popular, não deixando, portanto, de saber o que é ser uma mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres estiveram silenciadas, pois não podiam contar suas concepções sobre o lugar que ocupavam na sociedade. Além disso, eram impedidas de decidir, a partir dos seus desejos, que mulheres gostariam de ser, assim como não podiam produzir saberes sobre o feminino na cultura ocidental. Os homens eram os grandes teóricos sobre o corpo da mulher, a sexualidade feminina e a feminilidade. Dessa forma, elas estavam condenadas a se identificarem com discursos misóginos que as mantinham submetidas aos desejos masculinos.

Um desses homens foi Jean Jacques Rousseau, cuja teoria sobre a existência de uma essência feminina dominou a Europa dos séculos XVIII e XIX. Considerado o pai do ideal de amor romântico, foi responsável por construir um projeto amoroso que também é uma proposta filosófica, moral e política para a sociedade burguesa em ascensão. Nesse projeto, ele conjuga sexo, amor e casamento, além disso, estabelece uma relação de complementaridade entre homens e mulheres, que se baseava na anatomia, ou seja, cada um apresentaria uma função na sociedade, a partir do seu sexo biológico.

Ao determinar essa relação, Rousseau concebeu um modelo de mulher ideal. Nesse modelo, a passividade, o sacrifício, a doçura, a submissão e a maternidade seriam atributos das mulheres. É em seu livro quinto da obra “Emílio ou da Educação” que ele aborda o conjunto de funções e restrições às mulheres e cria a personagem Sofia, que, segundo Kehl (2008), seria o paradigma do ideal de feminilidade.

A partir dessa proposta rousseauiana, a mulher deixou de ser identificada como a Eva, como a diabólica, e passou a se aproximar da imagem de Maria, da mãe que cuida da família. A maternidade passa, então, a ter um papel fundamental nessa nova proposta de feminilidade, como o único destino possível para a mulher. Diante disso, ela deveria renunciar seus desejos, “aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar” (ROUSSEAU [1762] 1973, p. 430), para que assim se tornasse mãe e esposa dedicada. Nesse sentido, a partir de Rousseau, criou-se um novo ideal de feminilidade responsável por normatizar, controlar, regular e definir o que é ser feminina em nossa cultura.

No século XIX, a partir da perspectiva de que, por conta da sua natureza, a mulher suportaria sofrimento, sacrifícios, servidão e submissão em nome da família, foi atribuída ao sexo feminino uma essência masoquista, dessa forma, ser mulher se resumiria a ser mãe, submissa e masoquista.

Abordamos também que Freud, ao teorizar sobre a sexualidade feminina, acabou reforçando toda essa perspectiva ideológica, criada discursivamente, sobre as mulheres. Para Freud, existiria um percurso para as mulheres que culminaria na maternidade. Dessa forma, assim como Rousseau, Freud acaba restringindo a mulher à passividade e à maternidade, já que, do ponto de vista libidinal, aquela que não fosse mãe estaria no campo da patologia ou seria mais masculina do que feminina. Assim, o encontro com a feminilidade se daria por meio da assunção da maternidade.

Todos esses discursos, essas produções de saberes sobre o sexo feminino, possibilitaram o surgimento de uma ordem repressiva para as mulheres, já que eles buscavam normatizar, adequar, restringir as mulheres a certas funções, a certos deveres e direitos. Essa construção discursiva acerca do papel social feminino é tão poderosa, que ainda hoje podemos escutar as ressonâncias desses discursos na subjetividade de muitas mulheres.

Nesta dissertação, buscamos que as próprias mulheres falassem, contassem suas histórias e suas perspectivas sobre a infecção do HIV no sexo feminino. Dessa forma, a partir dos depoimentos de Cida, Rosário e Heli, presentes no documentário “Positivas” (2009), buscamos “dar voz” às mulheres, possibilitando que elas se posicionassem como sujeitos do seu desejo e não como objeto, posição subjetiva que sempre assumiram quando se identificavam a ideais misóginos.

É importante considerar que o saber psicanalítico, ao criar o conceito de pulsão, permitiu que escutássemos cada sujeito, cada mulher a partir do seu desejo e não a partir de uma norma. Dessa forma, uma moral que estabelece para todos uma única possibilidade e não leva em consideração a história pulsional de cada subjetividade acaba produzindo neuroses, como foi o caso da histeria, mal-estar feminino tão presente no século XIX. A histérica tinha como universo simbólico a maternidade, a passividade e a submissão ao homem, assim, era uma cultura que não possibilitava que ela escolhesse que mulher gostaria de ser a partir do seu desejo.

Além disso, essa mesma cultura também foi produtora de subjetividades masoquistas, como pudemos verificar a partir da pesquisa de Nunes (2000). Nessa perspectiva, a mulher, no ideal de feminilidade rousseauiano, assumiu o lugar de submissão, de passividade e sacrifício e, por isso, se tornaria apenas puro objeto de desejo e de gozo masculino.

Ainda no século XXI, encontramos mulheres identificadas a esse modelo de subjetividade masoquista, como foi o caso de Heli, que era mãe, dona de casa, que não tinha “regalia pra nada” e ainda suportava a traição do marido, conforme ela mesma declara. No

caso de Rosário, ela nunca se cuidou e “vivia” para as filhas, os netos e o marido, sacrificando, assim, os seus desejos enquanto sujeito. Dessa forma, a única possibilidade sublimatória para elas seria a maternidade.

Foi apenas com a descoberta de que havia sido infectada pelo HIV durante o casamento que Rosário passou também a sublimar, participando dos movimentos sociais e se tornando uma promotora legal popular. Dessa forma, levantamos como hipótese que houve a quebra dos ideais identificatórios, o que possibilitou que Rosário assumisse uma nova posição subjetiva diante do outro. Assim, passou a construir sua narrativa singular, escolhendo que mulher gostaria de ser.

Uma das hipóteses também levantadas nesta dissertação foi que a mulher identificada ao ideal tradicional de feminilidade não conseguiria negociar o uso do preservativo na relação sexual, pois não se posicionaria enquanto sujeito diante do parceiro estável, permanecendo em uma posição de objeto. Como afirma Ceccarelli (2008), para que ocorra a negociação do preservativo, é necessário que a mulher possa se posicionar como cidadã e sustentar uma fala de sujeito para sujeito. Nesse sentido, essa posição subjetiva passiva, submissa, dificultaria a negociação do preservativo.

McDougall, por sua vez, possibilitou pensarmos o feminino para além da perspectiva da maternidade e da passividade, já que ela analisa a sexualidade feminina a partir da sua especificidade e não das lentes da sexualidade masculina, como fez Freud. Desse modo, para a autora, o conceito de bissexualidade é importante para uma compreensão do feminino. Assim, a identificação da menina com a mãe, o desejo homossexual vivido pela menina, o investimento libidinal da mãe no corpo, nos genitais da filha e a perspectiva que o pai possui sobre a feminilidade da filha refletem nas representações inconscientes da menina.

É importante considerar que, como afirma Ceccarelli (2013b), não estamos questionando a pertinência de uma teoria que usa o falo como organizador social. Todavia, a teoria falocêntrica, assim como qualquer teoria, é um arranjo sintagmático que utilizamos para ler o real. Com isso, quando se determina a diferença dos sexos a partir da referência fálica, essa teoria serve de apoio à desigualdade dos sexos.

Dessa forma, pensar a sexualidade feminina e a feminilidade, sem uma perspectiva misógina, só é possível se a psicanálise for “plástica o suficiente para acompanhar e compreender as mudanças sofridas pelos sujeitos na medida em que muda a sociedade em que vivemos” (KEHL, 2008, p. 257), caso contrário, a psicanálise apenas servirá para manter uma ordem repressiva para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ASSOUN, Paul-L. **Freud e a mulher**. Zahar, 1993.

AYRES, J. R. C. M. **Sobre o risco**: para compreender a epidemiologia. São Paulo: Hucitec, 1997.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETO, A. M. L. Aceitação e recusa de limites na prática sexual entre homens: o papel do imaginário. In: CARDOSO, M. R. C. **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004.

BIRMAN, J. **aids e sexualidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UERJ, 1994.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLOOM, A. **Amor e amizade**. São Paulo: Mandarim, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas. Coordenação Nacional de DST e aids. **Boletim Epidemiológico da aids**, 2016.

CARVALHO, J. A. **O amor que rouba os sonhos**: Um estudo sobre a exposição feminina ao HIV. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CECCARELLI, P. R. Acaso, repetição e sexualidade: como colocar “camisinha” na fantasia. **Cuidando da saúde - práticas e sentidos em construção**. Belém: Paka-tatu, 2013a.

_____. A nova ordem repressiva. In: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 4, n. 30, p. 738-751, 2010a.

_____. As bases mitológicas da modernidade. Trabalho apresentado no VII ENCONTRO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. Petrópolis, 04 a 07 set. 2003.

_____. Joyce McDougall: uma apresentação. **Percurso**, v. 18, 1997.

_____. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, C. PEDRO, J; ARENDE, S. (Org.). **Diversidades**: Dimensões de Gênero e sexualidade Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010b.

_____. Reflexões sobre a sexualidade masculina. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 35, n. 66, dez. 2013b.

_____. Sexualidade e preconceito. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 18-37, set. 2000.

CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. **Sexualidade Feminina**: uma abordagem psicanalítica contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

CHINALIA, M. S. **Mulheres na prisão**: estudo psicanalítico sobre um documentário brasileiro. 2012, 78f. Dissertação (Mestrado em psicologia profissão e ciência). Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Via. PUC, Campinas, 2012.

COSTA, J. F. Prefácio. In: CARVALHO, J. A. **O amor que rouba os sonhos**: Um estudo sobre a exposição feminina ao HIV. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DELOUYA, D. A bissexualidade no eixo da escuta psicanalítica: considerações teóricas acerca da clínica. **Ágora**, v. 6, n. 2, p. 205-214, 2003.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. VII.

_____. (1908a). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. IX.

_____. (1908b) **Sobre as teorias sexuais das crianças**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. IX.

_____. (1909). **Notas sobre um caso de neurose obsessiva (Homem dos ratos)**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. X.

_____. (1913). **Totem e tabu** In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. X.

_____. (1915). **Pulsões e destinos da pulsão**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004, vol. I.

_____. (1919). **Uma criança é espancada**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVII.

_____. (1920). **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVIII.

_____. (1921). **Psicologia de grupo de análise do ego**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVIII.

_____. (1923a). **A organização genital infantil**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIX.

_____. (1923b). **O eu e o id**. In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, vol. 16.

_____. (1924a). **A dissolução do Complexo de Édipo**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIX.

_____. (1924b). **O problema econômico do masoquismo**. In: Obras completas Psicológicas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, vol. 16.

_____. (1925). **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIX.

_____. (1931). **Sexualidade feminina**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXI.

_____. (1930). **O mal-estar na civilização**. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XXI.

_____. (1933 [1932]). **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXII.

FORTES, Isabel. **A dor psíquica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.

GARCIA, Cláudia Amorim. **Psicanálise e mulher contemporânea: novas questões, antigas soluções**. In: DÁVILA NETO, Maria Inácia; GARCIA, Cláudia Amorim (Orgs.). **Mulher: cultura e subjetividade**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1997.

GUIMARÃES, C. D. **Mulheres, homens e AIDS: o visível e o invisível**. In: Bastos, C.; Galvão, J.; Paker, R. et al(Org.). *A aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMSUERJ, 1994, p. 217-230.

GUIMARÃES, Kátia. **Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina e a prevenção do HIV/AIDS**. In: Richard Parker e Jane Galvão, **Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMSUERJ, 1996.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **A teoria freudiana da sexualidade 100 anos depois (1905-2005)**. *Psychê*, v. 11, n. 20, p. 29-46, 2007.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEJARRAGA, A. L. **Paixão e Ternura: um estudo sobre a noção do amor na obra freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumarah; Faperj, 2002.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013, vol. 1.

MCDOUGALL, J. **As múltiplas faces de Eros** – uma exploração psicanalítica da sexualidade humana. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Em defesa de uma certa anormalidade**: teoria e clínica psicanalítica. Trad. C. E. Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. **Teatros do corpo** – o psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. Teoria sexual e psicanálise. In: CECCARELLI, P. R. et al. **Diferenças sexuais**. São Paulo: Escuta, 1999.

MEZAN, R. **Freud, o Pensador da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA, A. C. G. et al. Sofrimento psíquico e vulnerabilidade de mulheres paraenses ao HIV: resultados de pesquisa. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, no prelo.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes. **Clínica da melancolia**. São Paulo/Belém: Escuta/Edufpa, 2002.

MOURA, A. M. **As Relações de gênero em casais Heterossexuais vivendo com HIV/AIDS**: Análise do discurso sobre os vínculos afetivos-sexuais. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, M. S. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POLISTCHUCK, L. **Mudanças na vida sexual após o sorodiagnóstico para o HIV/AIDS**: uma comparação entre homens e mulheres. 2010, 96f. Dissertação (Mestrado em saúde pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, M. F. R. **De mãe em filha**. A transmissão da feminilidade. 2009, 182f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

ROUDINESCO, E. **Théroigne de Méricourt**: uma mulher melancólica durante a revolução. São Paulo: Rocco, 1997.

ROUSSEAU, J. J. (1762). **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SALLES, A. C. T.; CECCARELLI, P. R. Invenção da sexualidade. **Reverso**. Belo Horizonte, v. 60, p. 15-24, 2010.

SAMPAIO, R. **Do universal ao particular**: uma discussão sobre o masculino na psicanálise. 2010. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SIGAL, A. **Escritos Metapsicológicos e Clínicos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SILVA, Marcella Monteiro de Souza. Ambiguidade e bissexualidade: desdobramentos da recusa no campo transferencial e do pensamento. **Jornal de Psicanálise**, v. 44, n. 81, p. 175-186, 2011.

TOLEDO, M. T. **Psicanálise**: a clínica do amor. Um estudo sobre a relação entre o ideal de amor romântico e a criação do saber psicanalítico. 2002, 133f. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro, 2002.